

- LEI Nº 4.942, X "DENOMINA PRAÇA" BAIRRO NOVA SUIÇA.
- LEIS Nº 4.950, "INTRODUZ PARÁGRAFO UNICO, NO ART. 163. DA LEI 3.522, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1971".
- LEI Nº 4.951, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 4.952, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 4.953, "TRANSFORMA EM COMERCIAL, VIA RESDENCIAL DE GOIÂNIA".
- LEI Nº 4.954, "AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICIPIO A CONTRAIR EMPRESTIMOS BANCÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".
- LEI Nº 4.955, "AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICIPIO A CONTRAIR FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".
- LEI Nº 4.956, "AUTORIZA A PREFEITURA DE GOIÂNIA A CONTRAIR COM O BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO - BNH, ATRAVÉS DE AGENTE FINANCEIRO POR EEE AUTORIZADO, EMPRESTIMOS PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL DE GOIÂNIA".
- LEI Nº 4.957, "CRIA CARGOS NO QUADRO GERAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".
- LEI Nº 4.959, "CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO".
- LEI Nº 4.960, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE GOIÁS".
- LEI Nº 4.961, "DÁ NOVA DENOMINAÇÃO A RUA 2 EM VILA AURORA NESTA CAPITAL".
- LEI Nº 4.962, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA INDEPENDENTE DO BRASIL".
- LEI Nº 4.968, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO ESPIRITA SANTA HELENA".
- LEI Nº 4.969, "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O POSTO DE AUXÍLIO -PAE-SE - DIADO NESTA CAPITAL".
- LEIS Nº 4.970, "INSTITUI O "DIA DO ROTARY".
- LEI Nº 4.971, "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A CLÍNICA ESPÍRITA DE REPOUSO, SEDISDA NESTA CAPITAL".
- LEI Nº 4.972, "AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA A FIRMAR CONVENIO COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. COM INTERVENIÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE GOIÁS, PARA FINS QUE ESPECIFICA".
- LEI Nº 4.973, "AUTORIZA A SUPERINTENDÊNCIA DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA CAPITAL PAVICAP A TRANSFERIR PARA A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA COMURG, A TÍTULO DE INDEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OS BENS QUE ESPECIFICA".
- LEI Nº 4.976, "CRIA CARGOS E DÁ OUTRA PROVIDENCIA".
- LEI Nº 4.978, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 4.979, "CONSIDERA UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PRO MELHORAMENTOS DOS BAIRROS AEROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS CIDADE JARDIM E ADJACENTES".
- LEI Nº 4.980, "DÁ DENOMINAÇÃO A ESTABLECIMENTO DO ENSINO DA REDE MUNICIPAL".

- LEI Nº 4.981, "AUTORIZA A PREFEITURA DE GOIÂNIA A CONTRAIR EMPRÉTIMO".
- LEI Nº 4.982, "CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR CONVENIO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). E UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (UCGO). E UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFGO). ESPECÍFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 4.983, "AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITOS ESPECIAIS".
- LEI Nº 4.984, "AUTORIZA O CHEFE DE PODER EXECUTIVO A DOAR ÁREA DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";
- LEI Nº 4.989, "DÁ DENOMINAÇÃO AO CENTRO COMUNITÁRIO DE VILA NOVO HORIZONTE
- LEI Nº 4.996, "CONCEDE TITULO CIDADANIA GOIANIENSE".
- LEI Nº 4.985, "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DOAR ÁREA DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 4.986, "ALTERA A LEI Nº 4.546, DE 16 DE MARÇO DE 1972".
- LEI Nº 4.987, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 4.988, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA";
- LEI Nº 4.990, "DENOMINA VIA PÚBLICA" X
- LEI Nº 4.991, "TRANSFORMA EM COMERCIAL, VIA PÚBLICA DE GOIÂNIA".
- LEI Nº 4.992, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA". X
- LEI Nº 4.993, "DÁ NOVA DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA".
- LEI Nº 4.994, "AUTORIZA A PAVICAP A ADQUIRIR ÁREA DE TERRAS".
- LEI Nº 4.995, "CONCEDE TITULO HONORIFICO DE CIDADÃO GOIANIESE".
- LEI Nº 4.997, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÂNIA".
- LEI Nº 4.998, "CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA A SERVIDRO QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 4.999, "REVOGA A LEI 4.822 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1.973 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.000, "AUTORIZA A PREFEITURA A CELEBRAR CONVENIOS COM O PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO-PRÊMIO/GGO-? E COM O ESTADO DE GOIÁS ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.001, "DÁ NOVA DENOMINAÇÃO AO SALÃO DE LEITURA DA BIBLIOTECA DA PREFEITURA".
- LEI Nº 5.002, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA". X
- LEI Nº 5.004, "DENOMINA CENTRO COMUNITÁRIO" VILA UNIÃO".
- LEI Nº 5.005, "DENOMINA CENTRO COMUNITÁRIO" VILA REDENÇÃO
- LEI Nº 5.006, "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.008, "AUTORIZA A PREFEITURA DE GOIÂNIA A ALIENAR ÁREA DE TERRAS".
- LEI Nº 5.009, "AUTORIZA SUPERINTENDENCIA DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA CAPITAL- PAVICAP ALIENAR, MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, VEÍCULOS E MAQUINÁRIO INSERVÍVEIS".

- LEI Nº 5.010, "DÁ NOVA DENOMINAÇÃO A ESCOLA NORMAL MUNICIPAL PROF. NASSER";
- LEI Nº 5.012, "DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT ART. 1º DO ART.1º DA LEI Nº 4.664, DE 1º DE MARÇO DE 1 973".
- LEI Nº 5.013, "FAZ AUTORIZAÇÃO".
- LEI Nº 5.014, "CONCEDE AUXÍLIO AO DEPARTAMENTO DE FUTEBOL AMADOR DA FEDERAÇÃO GOIÂNIA DE DESPORTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
- LEI Nº 5.015, X "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 5.017, X "DÁ DENOMINAÇÃO A PRAÇA".
- LEI Nº 5.018, X "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 5.019, "ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.523. DE 31 DE DEZEMBRO DE 1.971. QUE APROVA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA" .
- LEI Nº 5.020, "MODIFICA A LEI Nº 1.977. DE 27 DE OUTUBRO DE 1961. QUE REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO EM GOIÂNIA".
- LEI Nº 5.021, "CONSIDERA TÍTULO DE CIDADANIA" JOSÉ DE MORAIS JÚNIOR,
- LEI Nº 5.022, "AUTORIZA ALIENAÇÃO DE ÁREA" A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
- LEI Nº 5.023, X "DENOMINA PRAÇA" JOSÉ XIMENES".
- LEI Nº 5.024, "CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO GOIANIENSE" MARCO PAULO CARDOSO".
- LEI Nº 5.025, "CRIA GRUPO ESCOLAR" SETOR MEIA PONTE".
- LEI Nº 5.027, "CONCEDE ISENÇÃO DA TAXA DE LICENÇA A ENTIDADE QUE ESPECIFICA";
- LEI Nº 5.028, X "DÁ DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA".
- LEI Nº 5.029, "AUTORIZA ELABORAR PROJETO DE LOTEAMENTO. ISENTA DE TAXA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.030, "AUTORIZA A DOAÇÃO DE LORES URBANOS E ESPECIFICA".
- LEI Nº 5.031, "CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA GOIANINENSE".
- LEI Nº 5.032, "AUTORIZA CONSTRUÇÃO DE GRUPO ESCOLAR".
- LEI Nº 5.033, "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA ESPECIAL".
- LEI Nº 5.034, "CRIA A UNIDADE DE VALOR FISCAL DE GOIÂNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.035, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DE GOIÁS".
- LEI Nº 5.036, X "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA".
- LEI Nº 5.037, "ESTABELECE PROIBIÇÃO".
- LEI Nº 5.038, "AUTORIZA CONSTRUÇÃO DE GRUPO ESCOLAR".
- LEI Nº 5.039, "CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA GOIANIANSE".

- LEI Nº 5.041, "CONCEDE TÍTULO HONORÍFICO".
- LEI Nº 5.042, "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
- LEI Nº 5.043, "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA ESPECIAL".
- LEI Nº 5.044, "CONCEDE DIPLOMA HONORÍFICO DE CIDADANIA GOIANIENSE".
- LEI Nº 5.045, "CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GOIANAENSE".
- LEI Nº 5.046, "A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO";
- LEI Nº 5.047, "DOA ÁREA DE TERRAS AO CENTRO COMUNITÁRIO ESPLANADA DO ANICUNS".
- LEI Nº 5.048, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSELHO METROPOLITANO DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA, TODOS OS CONSELHOS CENTRAIS, PARTICULARES CONFERÊNCIAS E OBRAS ESPACIAIS, SEDIADOS NESTA CAPITAL".
- LEI Nº 5.050, "DÁ DENOMINAÇÃO A PRAÇA".
- LEI Nº 5.051, "CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GOIANIENSE".
- LEI Nº 5.052, "MODIFICA A LEI Nº 5.022, DE 16 DE OUTUBRO DE 1975".
- LEI Nº 5.053, "CONCEDE TÍTULO CIDADÃO GOIANIENSE".
- LEI Nº 5.054, "INSTITUI O DIA DO CARROCEIRO".
- LEI Nº 5.055, "DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 1º DA LEI Nº 7.599 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1.972 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.056, "REAJUSTA A REMUNERAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.057, "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES ECONÔMICOS DE GOIÁS ASEG".
- LEI Nº 5.058, "CRIA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO DEPARTAMENTO DA RECEITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.059, "CONCEDE AJUDA DE CUSTO E ESPECÍFICA".
- LEI Nº 5.060, "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1.976".
- LEI Nº 5.061, "REVOGA DISPOSITIVO DE LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.062, "REVOGA A LEI Nº 4.522, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1971 e INSTITUI O NOVO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES PARA O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA";
- LEI Nº 5.063, "CONCEDE BENEFÍCIOS A EX-COMBATENTES, REVOGA AS LEIS QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.065, "AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 5.066, "AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO MUNICÍPIO A REALIZAR, SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO".
- LEI Nº 5.067, "CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GOIANIENSE".
- LEI Nº 5.068, "RESTRINGE O USO DE VIAS PÚBLICAS PARA ESTACIONAMENTO, CRIA TAXA DE LICENÇA PARA ESTACIONAR, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E AUTORIZA A PREFEITURA A FIRMAR CONVENIO COM A POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS E RISCALIZA

LEI Nº 5.069, "CONCEDE ABONO ESPECIAL".

LEI Nº 5.070, X "DÁ NOVA DENOMINAÇÃO A VIA PÚBLICA RODOLFO TAVARES DE, MORAIS, A ATUAL RUA C-118 JARDIM AMÉRICA".

LEI Nº 5.071, X "DENOMINA PRAÇA DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL A ATUAL CONFLUENCIA DAS RUAS 99 COM 101, SETOR SUL".

LEI Nº 5.072, X "DENOMINA PRAÇA BENEDITO SOARES DE CASTRO, A ATUAL CONFLUENCIAS DAS RUAS 110 COM 113, SETOR SUL".

LEI Nº 5.076, "CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI Nº 5.077, "MODIFICA A LEI Nº 5.056, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1975. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

09 - 02 - 1976

WILDELSON



# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.942, DE 19 DE ABRIL DE 1975.

"Denomina Praça"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Praça WILSON  
SALLES, a atual Praça C-251, no Bairro Nova Suíça,  
nesta Capital

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em con-  
trário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos 19 dias do mes de abril de hum mil nove -  
centos e setenta e cinco ( 1.975)

Dep. FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

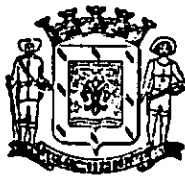
Rubens Carneiro dos Santos

Antonio Felix da Silva

Hélio Seixo de Brito Junior

Nair Stival Pereira

Nelson Guimarães



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.950, DE 17 DE JANEIRO DE 1.975.

"Introduz Parágrafo Único, no art. 163, da Lei 4.527, de 31 de dezembro de 1971".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI : -

Art. 1º - Fica acrescido ao art. 163, da Lei nº 4.527, de 31 de dezembro de 1.971, o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Exclue-se da proibição de que fala este Artigo o uso de aparelhos sonoros musicais instalados no interior de veículos de transporte coletivo urbano, cujos sons sejam gerados por estações de radiodifusão detentoras de concessões outorgadas pelo Governo Federal, e funcionem ao nível de intensidade de ruído abaixo de 85 db (oitenta e cinco decibéis).

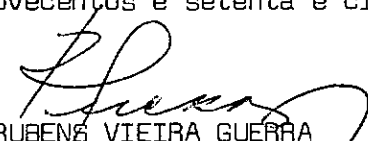
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 17 dias do mes de JANEIRO de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

  
SOLON ALBERTO DO RÉGO MAIA

JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

  
RUBENS VIEIRA GUERRA  
Prefeito

  
PEDRO DOS SANTOS UMBELINO

  
PAULO DE TARSO DAHER

  
GOIÁMY POIVA

A 1ª Via foi assinada  
pelo Exmo. Sr. Pre-  
feito Municipal.

EM...../...../19.....

SOLON ALBERTO DO RÉGO MAIA  
SECRETÁRIO DO PREFEITO



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.951, DE 20 DE Janeiro DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

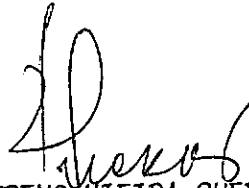
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a Associação Civil "VETERANOS GOIANOS DE FUTEBOL", com sede nesta Capital.

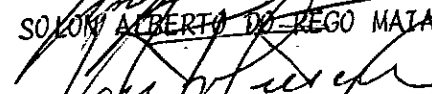
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
20 dias do mês de Janeiro de 1.975


  
RUBENS VIEIRA GUERRA  
PREFEITO

  
SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

  
JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA

  
PEDRO DOS SANTOS UMBELINO

  
PAULO DE TARSO DAHER

  
GOIAMY PÓVOA





**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 4.952, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

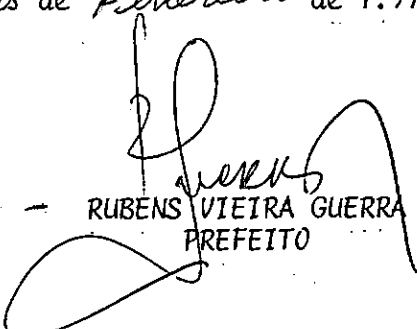
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a FACULDADE ANHANGUERA DE CIÊNCIAS HUMANAS, com sede nesta Capital.

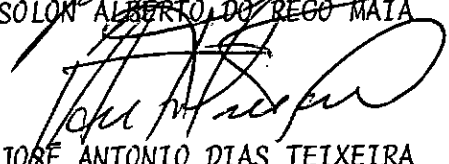
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
03 dias do mês de Fevereiro de 1.975

  
RUBENS VIEIRA GUERRA  
PREFEITO

  
SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

  
JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA

  
PEDRO DOS SANTOS UMBELINO

  
PAULO DE TARSO DAHER

  
GOIÁMY PÓVOA

GABINETE



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.953, DE 20 DE Janeiro DE 1.975

"Transforma em comercial, via residen-  
cial de Goiânia."

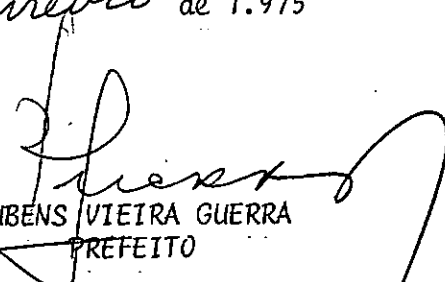
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:

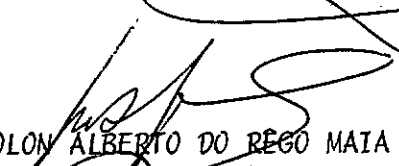
Art. 1º - Fica transformada em via comercial, a  
Rua 210, entre a Praça "A" e Praça "B", em VILA COIMBRA, nesta Ca-  
pital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-  
rio.

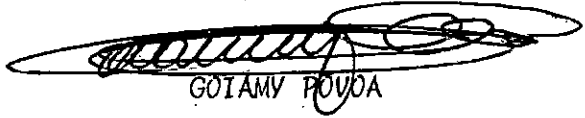
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
20 dias do mês de Janeiro de 1.975

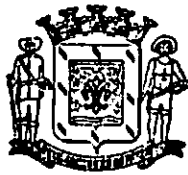
  
RUBENS VIEIRA GUERRA  
PREFEITO

  
SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

  
PEDRO DOS SANTOS UMBELINO

  
PAULO DE TARSO DAHER

  
GOTAMY POUDA



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.954, DE 26 DE Fevereiro DE 1.975

"Autoriza o Departamen-  
to de Estradas de Roda-  
gem do Município a con-  
trair empréstimos bancâ-  
rios e dá outras provi-  
dências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Departamento de Estradas de Roda-  
gem do Município autorizado a contrair empréstimos junto  
às agências bancárias locais, como antecipação da recei-  
ta prevista no corrente orçamento até a importância de  
Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros).

Parágrafo Único - Vencida a obrigação, em haven-  
do necessidade, poderá o Departamento de Estradas de Ro-  
dagem do Município reformar o título, obedecida a legis-  
lação específica em vigor.

Art. 2º - A Prefeitura de Goiânia concederá  
aval, quando exigido, em garantia das operações de crê-  
dito de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
26 dias do mes de Fevereiro de hum mil novecentos  
e setenta e cinco (1975).

RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

SOLOM ALBERTO DO REGO MAIA

PAULO DE TARSO DAHER

JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

GOIAMY POVOA

PEDRO DOS SANTOS UMBELINO



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.955. DE 26 DE FEVEREIRO DE 1.975.

"Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Município a contrair financiamento para aquisição de máquina e de outras providencias".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE

LEI:-

Art. 1º - É o Departamento de Estradas de Rodagem do Município autorizado a promover operação de crédito para financiamento de 1 (uma) Vibro - Acabadora Nacional, modelo 873, para pavimentação com motor Diesel Perkins, modelo 3-152-I, com 30 CV a 1800rpm, devidamente equipada, no valor de R\$302.876,88 (trezentos e dois mil, oitocentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta e oito centavos), junto à Companhia Real de Investimento, a ser adquirida da firma BRASIF - Comercial Brasileira de Ferro Ltda., na forma da concorrência pública nº... 005/74 DER-MU.

Parágrafo único - Dar-se-á em garantia do financiamento o bem financiado, aval bancário ou aval da Prefeitura de Goiânia, bem como máquinas ou veículos, a título de garantia adicional.

Art. 2º - Para cumprimento da obrigação prevista no artigo anterior, inclusive na parte dos recursos próprios a que o Departamento de Estradas de Rodagem do Município terá de ocorrer, como condição para a obtenção do financiamento, empenhar-se-á na dotação 16.88 5341 215 - equipamentos e reequipamentos do DER-MU, constante do orçamento em vigor.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mes de Fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

RUBENS VIEIRA GUEBRA  
Prefeito

SOLON ALBERTO DO REGO, MATA  
JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

PEDRO DOS SANTOS UMBELINO  
PAULO DE TARSO DAHER

GOIAMY POVOA



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.956 , DE 03 DE Março DE 1.975.

"Autoriza a Prefeitura de Goiânia a contrair com o Banco Nacional da Habitação - BNH, através de Agente Financeiro por ele autorizado, empréstimos para conclusão dos trabalhos de elaboração e implantação do Cadastro Técnico Municipal de Goiânia."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

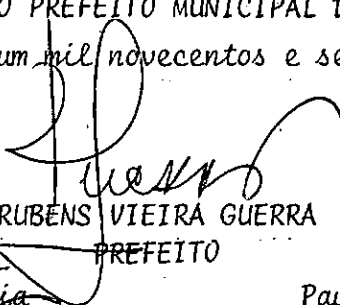
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair com o Banco Nacional da Habitação - BNH, através de Agente Financeiro por ele autorizado, empréstimos até o montante de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), destinados à conclusão dos serviços técnicos de elaboração e implantação do Cadastro Técnico Municipal de Goiânia.

Parágrafo Único - o valor do empréstimo efetivamente concedido fica sujeito à correção monetária, na forma estabelecida em regulamento do BNH, juros de até seis por cento ao ano, prazo de carência - até seis meses após o término do trabalho contratado, além das taxas estabelecidas, em caráter geral, pelo BNH para a transação.

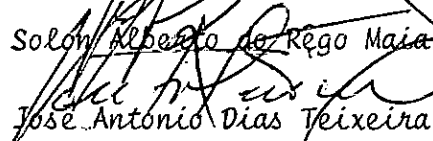
Art. 2º - Poderá o Prefeito Municipal, em garantia do empréstimo, oferecer hipoteca de imóvel, bens imobiliários ou rendas do Município, na forma que for ajustada, bem como solicitar fiança para a transação, com o mesmo fim.

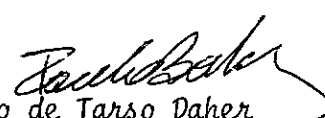
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

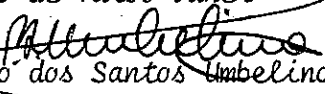
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de *março* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

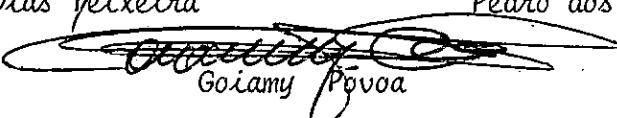
  
RUBENS VIEIRA GUERRA  
PREFEITO

  
Solon Alberto de Rego Maia

  
José Antonio Dias Teixeira

  
Paulo de Tarso Daher

  
Pedro dos Santos Umbelino

  
Goiânia Povo



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.957 DE 20 DE MARÇO DE 1.975

"Cria cargos no Quadro Geral dos Funcionários da Câmara Municipal e dá outras providências."

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro Geral dos Funcionários da Câmara Municipal cinco (5) cargos de Recepcionistas, Símbolo C-5; um (1) cargo de Assessor Legislativo, Símbolo C-2; um (1) cargo de Chefe de Gabinete da 3a. Secretaria, Símbolo C-4, todos de provimento em comissão.

Parágrafo Único - Os cinco (5) cargos de Recepcionistas, Símbolo C-5 e o de Assessor Legislativo, Símbolo C-2, ora criados, serão preenchidos por servidores em atividade na Câmara Municipal, até esta data.

Art. 2º - O Presidente da Câmara Municipal estabelecerá, através de atos próprios, as funções inerentes aos cargos criados por esta lei.

Art. 3º - Fica indicada, como recurso, para fazer face ao que dispõe esta lei, a dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 20 dias do mês de março de 1.975.

RUBENS VIEIRA GUERRA  
PREFEITO

SOLON ALBERTO DO REGO MAIA

JOSÉ ANTONIO DIAS TEIXEIRA

PAULO DE TARSO DAHER

PEDRO DOS SANTOS LUMBELINO

GOIAMY ROVOA



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.959 DE 20 DE março DE 1.975

"Concede título honorífico".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:

Art. 1º-Fica concedido ao Sr. SALOMÃO ASSAD DAVID o  
Título Honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º-Esta lei entrará em vigor na data de sua pu  
blicação.

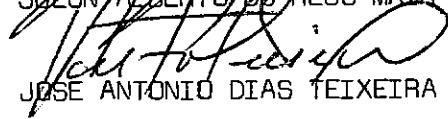
Art. 3º-Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 20  
dias do mes de março de hum mil novecentos e setenta e cin  
co (1975).

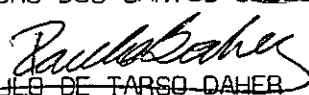
  
RUBENS VIEIRA GUERRA

PREFEITO

  
SOLON ALBERTO DE REGO MATA

  
JOSE ANTONIO DIAS TEIXEIRA

  
PEDRO DOS SANTOS UMBELINO

  
PAULO DE TARSO DAHER

  
GOIAMY POVOA



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4960, DE 27 DE MARÇO DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública a Associação de Delegados de Polícia do Estado de Goiás."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a Associação de Delegados de Polícia do Estado de Goiás, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

NAIR STIVAL PEREIRA  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO





*Anquiro*

# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.961, DE 27 DE MARÇO DE 1.975.

"Dá nova denominação à Rua 2 em Vila Aurora, nesta Capital".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada " RUA DILERMANDO ORSIDA", a atual Rua 2, em Vila Aurora, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR

  
ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA

  
NELSON GUIMARÃES

  
NAIR STIVAL PEREIRA



# **prefeitura Goiânia**

## GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.962, DE 27 DE MARÇO DE 1975.

"Considera de Utilidade Pública a  
IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA INDE  
PENDENTE DO BRASIL."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, considerada de utilidade pública, com to  
dos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "Igreja Católi  
ca Apostólica do Brasil, da Ordem dos Sacerdotes Católicos do Bra  
sil", com sede à Av. Francisco Magalhães, nº 37, Setor Urias Maga  
lhães, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica  
ção

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 27 dias do  
mês de março de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

HÉLIO SELIXO DE BRITO JÚNIOR

ANTÔNIO FELIX DA SILVA

NELSON GUIMARÃES

NAIR STIVAL PEREIRA



# prefeitura Goiânia

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.968, DE 18 DE abril DE 1.975.

"Considera de Utilidade Pública  
o CENTRO ESPIRITA SANTA HELENA".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCI  
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. - 1º -Fica considerado de Utilidade Públi  
ca com todos os direitos e vantagens assegurados em  
lei, o " CENTRO ESPIRITA SANTA HELENA ", com sede nesta  
Capital.

Art. 2º -Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação.

Art. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
dias do mes de de hum mil novecentos e setenta  
e cinco ( 1.975).

Dep. FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

Rubens Carneiro dos Santos

Antonio Felix da Silva

Hélio Seixo de Brito Junior

Nair Stival Pereira

Nelson Guimarães



PREFEITURA GOIANIA  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.969, DE 25 DE ABRIL DE 1.975.

"Declara de utilidade pública o Pos-  
to de Auxílio Espírita - PAE - se -  
diado nesta Capital".

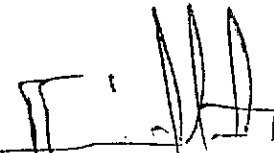
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO  
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Pos-  
to de Auxílio Espírita - PAE - sediado nesta Capital.

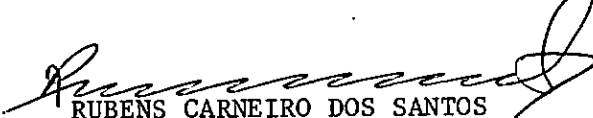
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25  
dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e cinco. ( 1.975.)

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS



# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.970, DE 25 DE ABRIL DE 1975.

"Institui o "DIA DO ROTARY":

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído o "DIA DO ROTARY", a ser co  
memorado anualmente, no dia 23 de fevereiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu  
blicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25  
dias do mes de abril de hum mil novecentos e setenta e cin  
co (1975).

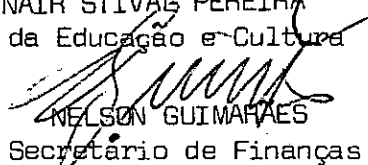
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

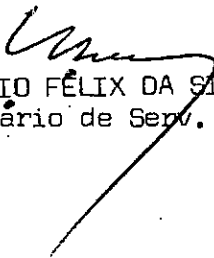
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

  
ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos



*Arquivo*

PREFEITURA GOIANIA  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.971, DE 23 DE abril DE 1975.

"Declara de utilidade pública a  
Clínica Espírita de Repouso, se  
diada nesta Capital".

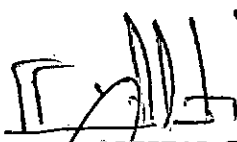
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Clíni  
ca Espírita de Repouso, sediada nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu  
blicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
dias do mes de                      de hum mil novecentos e setenta e cin  
co (1975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

  
HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR

  
ANTONIO FÉLIX DA SILVA

  
NAIR STIVAL PEREIRA

  
NELSON GUIMARÃES



# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.972, DE 24 DE ABRIL DE 1.975.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiânia a firmar Convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás, para fins que especifica."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Goiânia, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem do Município, autorizada a firmar Convênio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás (DER-GO), visando a união de esforços na adoção de providências comuns para a elaboração de estudos, projetos e construção e pavimentação, de Rodovias integrantes do Plano Viário da Capital, com prioridade a BR-060, no trecho compreendido entre o entroncamento da GO-080 (antiga GO-05) e o Rio Meia Ponte.

Art. 2º - Caberá à Prefeitura Municipal de Goiânia o cumprimento das seguintes obrigações: a) executar a obra de acordo com o projeto elaborado pelo D.N.E.R; b) providenciar os recursos, instalações, serviços e outras medidas úteis à execução da



# **prefeitura Goiânia**

## GABINETE DO PREFEITO

obra; c) proceder todas as desapropriações, remoções e tudo que se fizer necessário ao desembaraço das áreas em que se desenvolverá a obra; d) apresentar as faturas ao D.N.E.R., em obediência às cláusulas do Convênio, para o conseqüente desembolso dos recursos do PROGRES, que serão destinados ao financiamento da obra; e) apresentar, juntamente, com as faturas ao 12º Distrito Rodoviário Federal, relatórios sobre os andamentos dos serviços.

Art. 3º - É autorizado o Chefe do Poder Executivo a abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, 24 aos dias do mes de abril de 1.975.

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

NELSON GUIMARÃES

NAIR STIVAL PEREIRA

ANTONIO FELIX DA SILVA

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR





# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.973, DE 24 DE ABRIL DE 1.975.

"Autoriza a Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital - PAVICAP a transferir para a Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, a título de integraliza-  
ção de capital social, os bens ' que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO'  
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica a Superintendência das Obras de Pavi-  
mentação da Capital - PAVICAP, autarquia Municipal, autorizada a trânsferir para a Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, a título de integralização do capital social subscrito pela Prefeitura Municipal ' de Goiânia, os seguintes bens de sua propriedade:

A) - Todo o acervo que constitui a " Central de Bri-  
tagem" instalada no local denominado " Chácara Porteira Preta", no Município de Aparecida de Goiânia, com os equipamentos e edificações existentes; avaliada por Cr\$ 4.812.742,00 (quatro milhões, oitocentos e doze mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros);

B) - A "Usina de Asfalto", instalada à rua Santa Maria, na Vila Perdiz, em Goiânia, com todos os equipamentos e edifica-  
ções; assim como a área discriminada nos registros nºs 14.231 e 6.014, da 2a. Zona da Capital, avaliados englobadamente por Cr\$ 2.845.801,68 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e um cru-  
zeiros e sessenta e oito centavos);



# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

C) - A "Fábrica de Tubos", com todas as suas edificações e equipamentos, instalada à Rua Santa Maria, na Vila Perdiz, nesta Capital, avaliada por Cr\$ 2.541.456,32 ( dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros e trinta e dois centavos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 24 dias do mes de abril de hum mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

  
NAIR STIVAL PEREIRA

  
NELSON GUIMARÃES

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA

  
HÉLIO SEIX DE BRITO JÚNIOR



# prefeitura Goiânia

## GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.976, DE 13 DE MAIO DE 1.975

"Cria Cargos e dá outra providência."

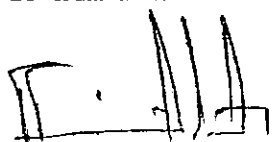
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO  
A SEGUINTE LEI:

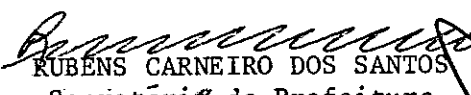
Art. 1º - São criados um (1) cargo de Chefe de Gabinete e um (1) de Oficial de Gabinete, Símbolo C-2 e C-6, respectivamente, de provimento em Comissão, que passam a integrar o Anexo VI, da Lei nº 4.531, de 04 de janeiro de 1.971.


Art. 2º - É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário ao cumprimento do disposto nesta Lei.


Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

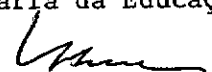
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de Maio de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

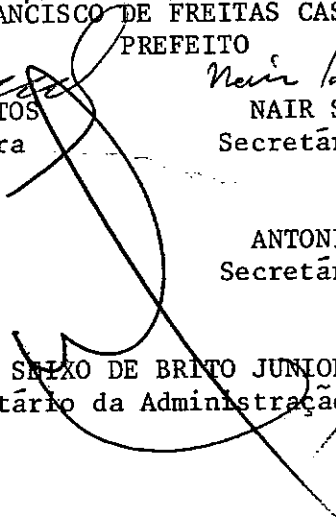
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Secretária da Educação

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

  
ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serviços Urbanos

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.978, DE 04 DE Junho DE 1.975

"Considera de utilidade pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o CENTRO DOS PROFESSORES DE GOIÁS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos 04 dias do mês de Junho de hum mil, novecentos e se  
tenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Secretária da Educação

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.979, DE 04 DE Junho DE 1.975.

"Considera de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO  
PRÓ MELHORAMENTOS DOS BAIRROS AEROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS,  
CIDADE JARDIM E ADJACENTES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica pela presente lei considerada de utilidade  
Pública a ASSOCIAÇÃO PRÓ MELHORAMENTOS DOS BAIRROS AEROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS,  
CIDADE JARDIM E ADJACENTES, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do  
mês de Junho de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SIQUEIRA DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.980 DE 04 DE Junho DE 1.975

"Da denominação à Estabelecimento do Ensino da Rede Municipal".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, denominado GERALDA DE AQUINO, o Grupo Escolar Municipal da Cidade Jardim, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de Junho de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.981 DE 27 DE MAIO DE 1.975

"Autoriza a Prefeitura de Goiânia a  
contrair empréstimo."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a  
contrair empréstimo até o montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez mi-  
lhões de cruzeiros), destinados a atender compromissos financeiros  
assumidos pela Municipalidade e classificados como Despesas Corren-  
tes nos termos do anexo 4 que integra a Lei nº 4.320, de 17 de  
março de 1.974.

Parágrafo Primeiro - O empréstimo objeto da  
presente lei destinar-se-á a solver compromissos da Prefeitura com  
fornecedores, funcionários públicos, aluguéis, bem como conclusão  
de obras prioritárias da Cidade..

Parágrafo Segundo - Os valores dos empréstimos  
efetivamente concedidos ficarão sujeitos aos serviços de juros e -  
taxas estabelecidas em caráter geral pela legislação específica  
que disciplina a realização de operações desta natureza.

Art. 2º - O prazo de amortização é fixado em  
24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura dos con-  
tratos, considerados os 12 meses primeiros como prazo de carência.



# **prefeitura** **Goiânia**

## GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - Poderá o Prefeito oferecer garantias na forma que for ajustado, bem como solicitar fiança para transação, com o mesmo fim.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
*27* dias do mês de *MAIO* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serviços Urbanos

HÉLIO SNIYO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Secretária da Educação

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.982, DE 06 DE *junho* DE 1.975

"Concede autorização para celebrar convênio com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), Universidade Católica de Goiás (UCGo) e Universidade Federal de Goiás (UFGO), especifica e dá providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

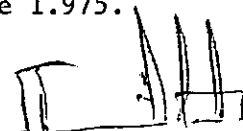
Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Executivo Municipal a celebrar convênios com a FUB, UCGO e UFGO, visando a cooperação mútua em estudos, pesquisas, assessoria técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos e técnicos em Planejamento Urbano.

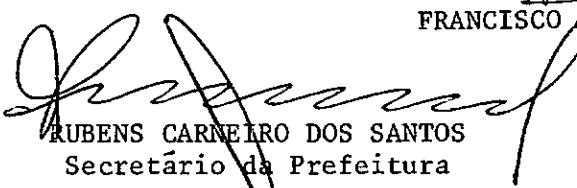
Art. 2º - As despesas decorrentes da execução dos convênios ora autorizados, serão cobertas com recursos disponíveis e incluídos na Lei nº 4.918, de 4 de novembro de 1974.

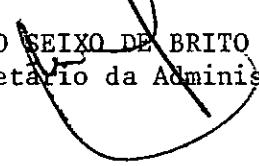
Art. 3º - Os orçamentos subsequentes consignarão as dotações próprias à execução dos referidos convênios em exercícios futuros.


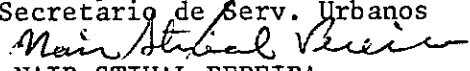
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogando-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de *junho* de 1.975.

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos  
  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Secretária da Educ. e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.983, DE 17 DE Junho DE 1.975

"Autoriza a abertura de Créditos Especiais."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a abrir no corrente exercício, créditos adicionais de natureza especial até o montante de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), para atender às despesas com ampliação e implantação dos Fundos Rotativos, respectivamente do Escritório de Planejamento e da Secretaria de Administração.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, são criados:

I - Na Função 03 - Administração Superior e Planejamento Global

Programa 07 - Administração

Subprograma 0202 - Supervisão e Coordenação Superior

Atividade - 221 - Assessoramento Superior

Elemento 4.2.4.0 - Constituição de Fundos Rotativos, no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

II - Na Função 07 - Administração Superior e Planejamento Global

Programa 07 - Administração

Subprograma 0212 - Administração Geral

Atividade 311 - Assessoramento Administrativo

Elemento 4.2.4.0 - Constituição de Fundos Rotativos, no valor de Cr\$ 10.000,00 - (dez mil cruzeiros).



# **prefeitura**

## **Goiânia**

Art. 39 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS <sup>17</sup>  
DIAS DO MÊS DE *Junho* DE HUM MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO  
(1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.984, DE 25 DE Junho DE 1.975

"Autoriza o Chefe de Poder Executivo a doar área de terreno urbano e dá outras providências!"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar ao Governo do Estado de Goiás, uma área de terreno urbano situada no Setor Pedro Ludovico, desta Capital, constante da totalidade da Quadra "R" do referido setor, com a área total de 12.520 m<sup>2</sup> (doze mil e quinhentos e vinte metros quadrados), limitada pelas Ruas de nºs 1 027 e 1 029 e as Alamedas Xavier de Almeida e Couto Magalhães.

Art. 2º - A área objeto da presente Lei, destina-se à construção, pelo Governo do Estado de Goiás, de uma Escola Integrada de 1º Grau, programada através da verba do Salário Educação, Quota Federal de 1 974.

§ Único - A doação de que trata esta Lei é válida pelo prazo de 2 (dois) anos a partir da data de publicação da presente, prazo no qual, não se efetivando a construção e pleno funcionamento da Escola Integrada, a área doada voltará ao domínio da Prefeitura de Goiânia.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



# **prefeitura**

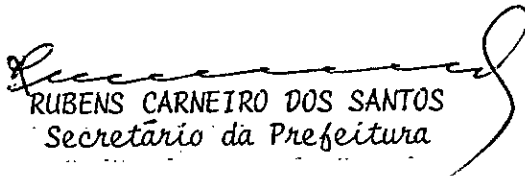
## **Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de  
*Junho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

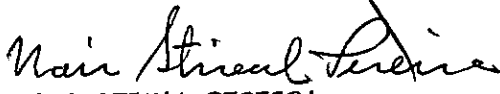
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO




HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração




RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura



NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura



ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos



NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

*Procurador*

LEI Nº 4.985, DE 25 DE Junho DE 1.975

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar área de terreno urbano e dá ou tras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÔNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar ao Governo do Estado de Goiás, uma área de terreno urbano situada no Bairro Jardim América, desta Capital, destinada originalmente para recreio e esporte, contida dentro da quadra 500 do referido Bairro e limitada pelas Ruas C-222, C-231 e C-226, com 12.615,40 m<sup>2</sup> (doze mil, seiscentos e quinze vírgula quarenta metros quadrados).

Art. 2º - A área objeto da presente Lei, destina-se à construção, pelo Governo do Estado de Goiás, de uma escola integrada de 1º grau, programada através de verba do Salário Educação, Quota Federal de 1974.

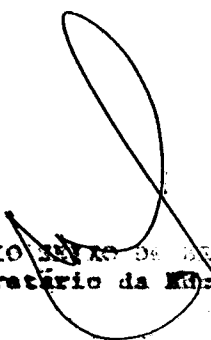
§ Único - A doação de que trata esta Lei, é válida pelo prazo de 2 (dois) anos a partir da data de publicação da presente, prazo no qual, não se efetivando a construção e pleno funcionamento da escola integrada, a área voltará ao domínio da Prefeitura de Colônia.


Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 4º - Revogar-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25  
dias do mês de Junho de um mil, novecentos e setenta e cinco  
(1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

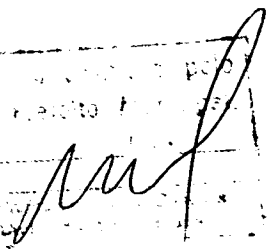
  
HELIO NEVES DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário da Finanças

  
A. M. V. de S. P. P. P.  
Exmo. Sr. Prefeito Municipal  
Sra. \_\_\_\_\_  
Sra. \_\_\_\_\_  
Sra. \_\_\_\_\_  
Sra. \_\_\_\_\_  
Sra. \_\_\_\_\_

*Procuradoria*

LEI Nº 4.986, DE 25 DE Junho DE 1.975

"Altera a Lei nº 4.546, de 16 de março de 1.972".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a ser de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), o valor correspondente ao fixado no Artigo 1º, da Lei nº 4.546, de dezesseis de março de um mil e novecentos e setenta e dois.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de junho de um mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE FREITAS JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARREIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

A 1.ª Via foi assinada pelo  
Exmo. Sr. Prefeito Municipal.  
Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19\_\_\_\_  
Rubens Carreiro dos Santos  
Secretário da Prefeitura



*Procurador*

LEI Nº 4.987, DE 26 DE Junho DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAUCICIO  
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "GUARDA" MIRM DO ESTADO DE GOIÁS, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogar-se as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de *Junho* do mil novecentos e setenta e cinco - (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

*[Signature]*  
HÉLIO SELMO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Prefeitura

*[Signature]*  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

*[Signature]*  
FAIR STIVAL FERREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

*[Signature]*  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

*[Signature]*  
HELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

A 1.ª Via foi assinada por  
Exmo. Sr. Prefeito Municipal  
Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19\_\_\_\_  
*[Signature]*  
Rubens Carneiro dos Santos  
Secretário da Prefeitura



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.989, DE 28 DE Junho DE 1.975.

"Dá denominação ao Centro Comunitário de Vila Novo Horizonte."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, denominado "JOSE RICARDO DE FREITAS CASTRO", o Centro Comunitário de Vila Novo Horizonte, nesta Capital.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês de Junho de um mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

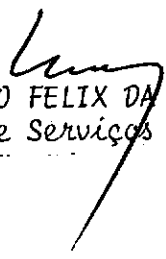
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

*Procurador*

LEI Nº 4.990, DE 26 DE Junho DE 1.975.

"Denomina Via Pública"

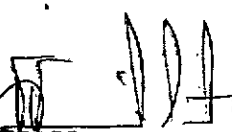
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada "Rua ARMIGASTE JOSÉ DA SILVEIRA", a atual Rua 1, FAMA, nesta Capital.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

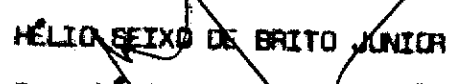
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de Junho de um mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975.).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO


PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
HÉLIO SEIXÓ DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Secretária da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.996, DE 03 DE julho DE 1.975

"Concede título de Cidadania Goianien  
se."

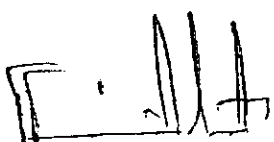
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN  
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadania  
Goianiense ao Senhor WELLINGTON SANTOS PAIVA.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação.

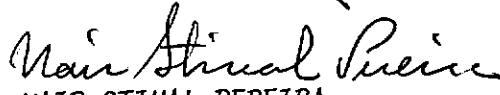
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrá-  
rio.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
03 dias do mês de julho de hum mil, novecentos e setenta  
e cinco (1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SELXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

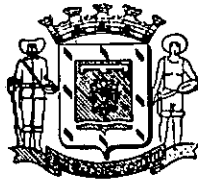
  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura**

## **Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25  
dias do mês de Junho de hum mil, novecentos e setenta e cinco  
(1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PERERIA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.986, DE 25 DE Junho DE 1.975

"Altera a Lei nº 4.546, de 16 de março de 1.972".

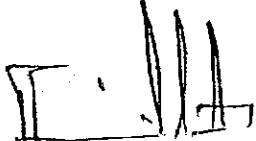
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

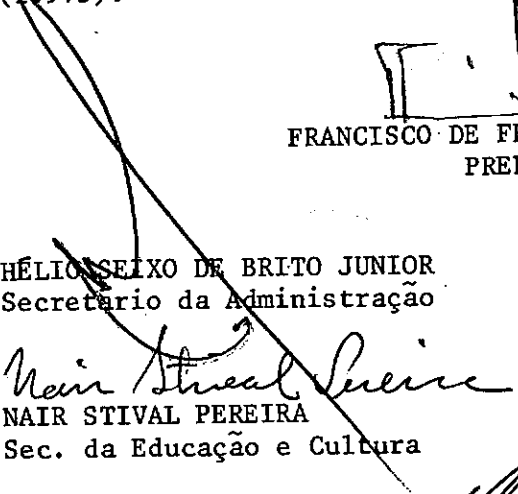
Art. 1º - Passa a ser de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), o valor correspondente ao fixado no Artigo 1º, da Lei nº 4.546, de dezesseis de março de um mil e novecentos e setenta e dois.

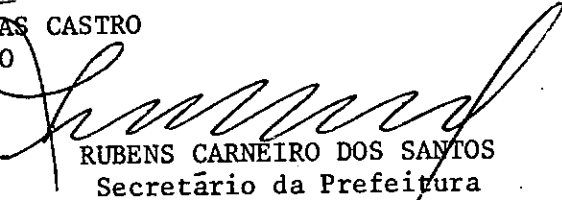
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

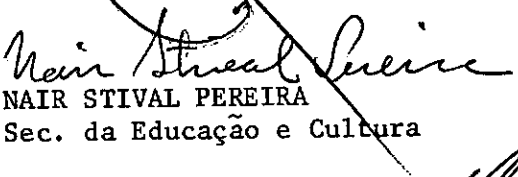
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 25 dias do mês de Junho de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.987, DE 26 DE Junho DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO  
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "GUARDA MIRIM DO ESTADO DE GOIÁS", com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de Junho de hum mil novecentos e setenta e cinco - (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura.

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.988, DE 18 DE junho DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO  
A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o "CENTRO ESPÍRITA CRISTO CONSOLADOR", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 18  
dias do mês de junho de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.990, DE 26 DE Junho DE 1.975.

"Denomina Via Pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada " Rua ARMOGASTE JOSÉ DA SILVEIRA", a atual Rua 1, FAMA, nesta Capital.

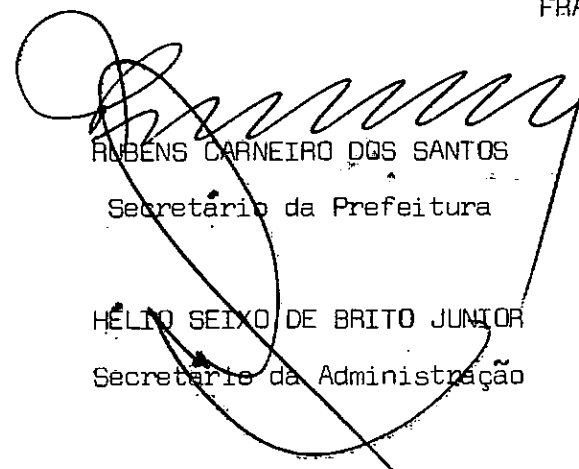
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de Junho de hum mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975.).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

Secretário da Prefeitura

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR

Secretário da Administração

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA

Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA

Secretária da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES

Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.991, DE 08 DE *Julho* DE 1.975.

"Transforma em Comercial, via pública de Goiânia."

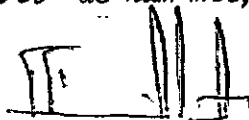
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica transformada em comercial, a via residencial AVENIDA PADRE WENDELL, em Vila São José, nesta Capital, em toda sua extensão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de *Julho* de um mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).



FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

~~HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração~~

*Rubens Carneiro dos Santos*  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

~~*Nair Stival Pereira*  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura~~

*Antonio Felix da Silva*  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

~~*Nelson Guimarães*  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças~~



# prefeitura Goiânia

LEI-Nº-4-992, - DE 08 DE *Julho* DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE GOIÁS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º . Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de *Julho*, de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SIQUEIRA DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.993, DE 08 DE Julho DE 1.975

"Dá nova denominação à via pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica, pela presente lei, denominada -  
"LUIZ DE MATOS", a atual Rua C-76, no Setor Sudoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 08  
dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e  
cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.994, DE 26 DE Junho DE 1.975


"Autoriza a PAVICAP a adquirir área de terras."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:-


Art. 1º - É a Superintendência de Pavimentação' e Obras da Capital - PAVICAP autorizada a adquirir uma área de terras com 4 (quatro) alqueires, situada na Fazenda Santo Antônio, município de Aparecida de Goiânia, neste Estado, contígua à área onde se encontra instalada a Usina de britagem daquela Autarquia e destinada à ampliação da jazida de brita, no valor de Cr\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros), conforme Processo nº 3392/74.

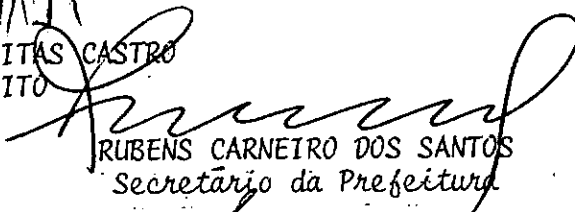
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de junho de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

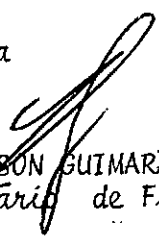
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SERYO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.995, DE 08 DE *Julho* DE 1.975

"Concede Título Honorífico de Cidadão  
Goianiense."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica pela presente lei, concedido o Título Honorífico de Cidadão Goianiense, ao Dr. ANTONIO DIURIVÉ RAMOS JUBÉ.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de *Julho* de um mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração.

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

*Procurador*

LEI Nº 4.996, DE 3 DE julho DE 1.975

"Concede título de Cidadania Goianlense."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANÇÃO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadania Goianlense ao Senhor WELLINGTON SANTOS PAIVA.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de julho de um mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

*[Signature]*  
HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

*[Signature]*  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

*[Signature]*  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

*[Signature]*  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

*[Signature]*  
GELESON GUTHARRES  
Secretário de Finanças

A 1.ª Via foi assinada pelo  
Exmo. Sr. Prefeito Municipal.  
Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 19\_\_\_\_  
*[Signature]*  
Rubens Carneiro dos Santos  
Secretaria da Prefeitura





# prefeitura Goiânia

LEI Nº 4.997, DE 03 DE *Julho* DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública a ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÂNIA."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

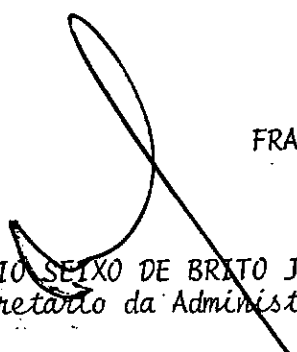
Art. 1º - Fica, pela presente lei, considerada de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÂNIA.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de *Julho* de um mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

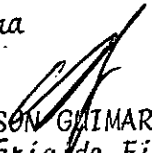
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.998, DE 16 DE Julho DE 1.975

"Concede auxílio-doença a servidor que especifica e dá providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido um auxílio-doença na importância de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) ao funcionário público municipal Sr. BOANERGES CRISPIM BORGES para a recuperação de trauma violento sofrido em sua mão direita, ocasionado por detonação de material explosivo.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 4.999, DE 16 DE Julho DE 1.975

"Revoga a Lei 4.822, de 28 de dezembro de 1.973, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 4.822, de 28 de dezembro de 1.973.

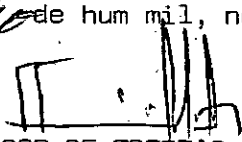
Art. 2º - Ficam revigorados os incisos III e IV da Tabela para cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, anexa a Lei 4.426, de 22 de janeiro de 1.971.

Art. 3º - O inciso VII do artigo 195 da Lei nº 4280, de 30 de dezembro de 1.969, introduzido pelo artigo 2º da Lei 4.426, de 21 de janeiro de 1.971, passa a ter a seguinte redação:


.....  
VII - igual a 60% (sessenta por cento) do valor do imposto, por falta de recolhimento deste último nos prazos regulamentares.


Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

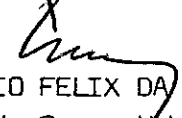
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
JOCELE RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serv. Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.000, DE 14 DE Julho DE 1.975

"Autoriza a Prefeitura a celebrar convênios com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN/GO-, e com o Estado de Goiás, especifica e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Executivo Municipal a celebrar convênios com o Ministério da Educação e Cultura através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN/Ge - rência de Goiás -, bem como com o Estado de Goiás, através de órgão (s) para este fim designado, visando:

I - a ampliação da rede de estabelecimentos de ensino público de Primeiro e Segundo Grau no Município de Goiânia, concretizada pela construção de uma Escola Polivalente Integrada - 1a. a 8a. séries e de um Colégio Polivalente (2º Grau), tal como está definido no Convênio MEC-Estado de Goiás;

II - o fornecimento dos equipamentos necessários e o treinamento de professores e do pessoal técnico-administrativo indispensáveis ao funcionamento das referidas unidades escolares.

Art. 2º - A fim de possibilitar a participação da Prefeitura Municipal de Goiânia nos convênios acima autorizados, é o Chefe do Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Goiás dois terrenos urbanos com área de aproximadamente 20.000m<sup>2</sup> cada - um, bem como proceder à execução dos serviços de pavimentação das vias externas e urbanização dos terrenos.



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"2"

Art. 3º - Para atender às despesas decorrentes dos convênios a serem celebrados e a que se referem os artigos anteriores, Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais de natureza especial até o montante de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

§ 1º - Os créditos ora autorizados serão abertos através da seguinte dotação:

2.5 - Secretaria da Educação e Cultura

2.5.2 - Departamento de Educação

08 - Educação e Cultura

43 - Ensino de Segundo Grau

1.991 - Ensino Polivalente

526 - Convênios com o PREMEN/GGO e Estado de Goiás.

4.1.1.0 - Obras Públicas

4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis.

Art. 4º - Os orçamentos subsequentes consignarão dotações próprias à execução dos referidos convênios em exercícios futuros.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

*Joel Rodrigues Barbosa*  
JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

*Nair Stival Pereira*  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

*Hélio Seto de Brito Junior*  
HÉLIO SETO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

*Antonio Felix da Silva*  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

*Nelson Guimarães*  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.001, DE 18 DE Julho DE 1.975

"Dá nova denominação ao Salão de Leitura da Biblioteca da Prefeitura."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Luiz Lázaro Zamenhof o Salão Nobre de Leitura da Biblioteca da Prefeitura, na Praça Universitária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 18 dias do mês de Julho de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

JOCELI RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

MAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# prefeitura

## Goiânia

LEI Nº 5.002, DE 18 *Julho* DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a "Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil" - APLUB, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA aos -  
18 dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

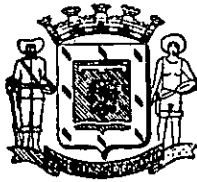
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PERERIA  
Sec. da Educação e Cultura

JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.004 DE 18 DE Julho DE 1975

"Denomina Centro Comunitário".

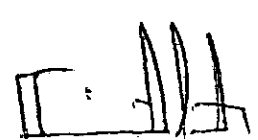
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:--

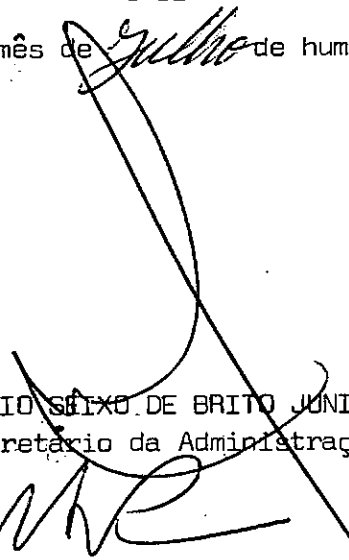
Art. 1º - Fica denominado Centro Comunitário "JOSÉ DO  
EGITO MARTINS" o Centro Comunitário de Vila  
União, nesta Capital.

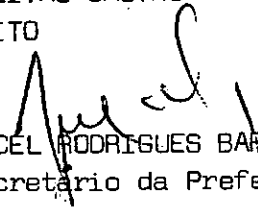
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi  
cação:

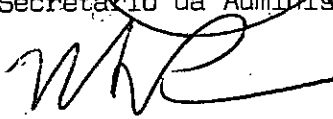
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

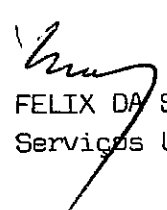
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 18 dias  
do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

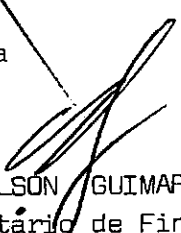
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HELIO SIQUEIRA DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.005 DE 18 DE julho DE 1.975.

"Denomina Centro Comunitário"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN  
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominado Centro Comunitário 'ORTÊNCIA MENDONÇA', o Centro Comunitário de Vila Redenção.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
(8 dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

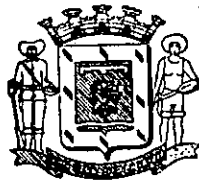
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

JOCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.006, DE 16 DE *Julho* DE 1.975

"Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito diretamente ou através da Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital - PAVICAP, até o limite de Cr\$ 40.000.000,00, podendo oferecer como garantia imóveis de propriedade do Município e suas receitas correntes.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 16 dias do mês de *Julho* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

JÔCEL RODRIGUES BARBOSA  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 5.008, DE 01 DE Setembro DE 1 975.

"Autoriza a Prefeitura de Goiânia  
a alienar área de terras."


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E  
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

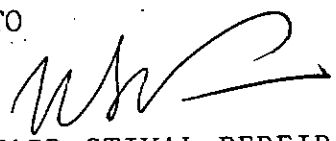
Art. 1º - É a Prefeitura de Goiânia au-  
torizada a alienar uma área de terras remanescente de  
abertura de obra pública, com 61,65 m<sup>2</sup>, situada na con-  
fluência das ruas 504 e Ipameri, Setor Centroeste, ao  
preço de Cr\$ 5.548,50, conforme avaliação feita pela  
Secretaria de Serviços Urbanos.

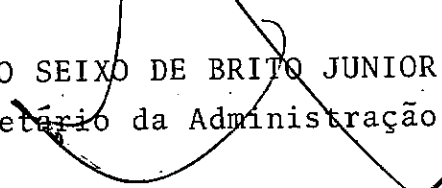
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições em  
contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂN-  
NIA, aos 01 dias do mês de Setembro de hum mil no-  
vecentos e setenta e cinco (1 975).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Secretária da Educação

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 5.009, DE 01 DE Setembro DE 1.975.

"Autoriza a Superintendencia das Obras de Pavimentação da Capital - PAVICAP - alienar, mediante concorrência pública, veículos e maquinário inservíveis".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica a Superintendencia das Obras de Pavimentação da Capital - PAVICAP - autorizada a alienar, mediante concorrência pública, na conformidade do Art. 112, da lei nº 7.000, de 26 de junho de 1.968, veículos e maquinário inservíveis para a sua atividade, e que são os constantes do Anexo I, desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 01 dias do mes de Setembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.)

Dep. FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

Rubens Carneiro dos Santos

SECRETÁRIO DA PREFEITURA

ANTÔNIO FELIX DA SILVA

SECRETÁRIO SERV. URBANOS

Hélio Seixo da Brito Junior

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

NAIR STIVAL PEREIRA

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

NELSON GUIMARÃES

SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# prefeitura Goiânia

LEI Nº 5.010, DE 01 DE Setembro DE 1.975.

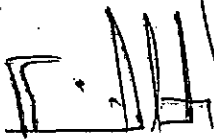
"Da nova denominação à Escola Normal Municipal Prof. Alfredo Nasser".

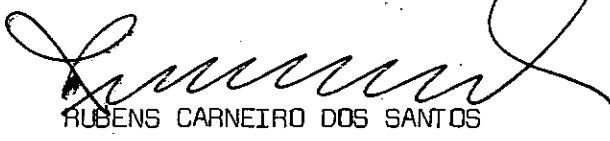
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Escola Municipal Prof. Alfredo Nasser a atual Escola Normal Municipal Prof. Alfredo Nasser.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

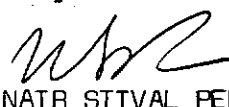
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 01 dias do mês de Setembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

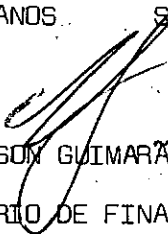
  
Dep. FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.012, DE 03 DE Setembro DE 1975

"Dá nova redação ao caput art. 1º do art. 1º da Lei nº 4.664, de 1º de março de 1973."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA  
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 4.664, de 1º de março de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - É criado, integrando o Anexo VI, da Lei nº 4.531, de 4 de janeiro de 1972, o cargo de provimento em Comissão de Assessor Jurídico Especial, junto à Secretaria do Prefeito, Símbolo C-1."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.013, DE 15 DE Setembro DE 1975.

"Faz Autorização."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a erigir um monumento à Bíblia, na confluência das avenidas Anhanguera e Independência.

Art. 2º - O monumento de que trata o art. 1º desta lei, será idealizado e esculpido por artista goiano, segundo normas a serem baixadas pelos órgãos técnicos da Prefeitura.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, AOS 15 dias do mês de Setembro de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.014, DE 27 DE Setembro DE 1975.

"Concede auxílio ao Departamento de Futebol Amador da Federação Goiana de Desportos e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido um auxílio na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Departamento de Futebol Amador da Federação Goiana de Desportos, para compra de materiais esportivos destinados ao incentivo do Futebol amadorista de nossa Capital.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da doação aludida no artigo anterior, correrão à conta da dotação 2.1.0 - 03.07.0202.101 - 3.1.4.0.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 27 dias do mes de Setembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1975).

Dep. FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.015, DE 26 DE Setembro DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública ,  
com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o CENTRO COMUNITÁ-  
RIO ESPLANADA DO ANICUNS, com sede e foro nesta Capital.

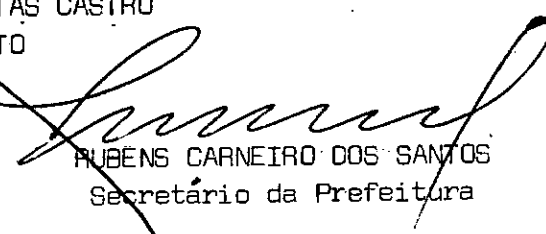
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação.

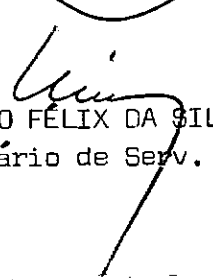
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

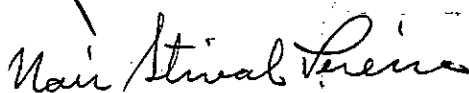
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
26 dias do mês de Setembro de hum mil, novecentos e setenta e  
cinco (1.975).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.017, DE 04 DE Outubro DE 1.975

"Dá denominação à Praça."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E  
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a denominar Praça Dr. Cláudio das Neves, a praça situada entre as ruas do Arroz, do Algodão e Dois de Fevereiro do Conjunto Otávio Lage no setor Rodoviário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de Outubro de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.018, DE 18 DE outubro DE 1.975 .

"Considera de Utilidade Pública"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E  
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, o "NÚCLEO GOIANO DE CÃES PASTORES ALEMÃES (N.G.C.P.A.).

Art. 2º - O presente projeto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 18 dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.019, DE *08* DE *outubro* DE 1.975.

"Altera dispositivo da Lei nº 4.523, de 31 de dezembro de 1.971, que aprova o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA ARROVA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I

#### Da Estrutura Viária e do Zoneamento

Art. 1º - A Estrutura Viária, determinada no Capítulo I, artigos 4º e 5º, da Lei nº 4.523, de 31 de dezembro de 1.971, fica assim definida:

I - Eixo Regional de Serviços - constituído pela Avenida Anhanguera, via preponderante como grande estrutura de serviços, integrada ao uso do solo e ao transporte de massa.

II - Binários Norte e Sul - paralelos ao eixo principal - Av. Anhanguera -, que se constituirão nas estruturas de adensamento e termos de habitação e de serviços, equipamento comunitário e comércio complementares à habitação.

III - Ligação entre Binários;

IV - Vias Coletoras - transversais aos binários, constituindo-se em sub-zonas de adensamento e em itinerários preferenciais das linhas de transporte coletivo;

V - Ligações entre Bairros - opções de circulação, inclusive para o transporte coletivo, ligando bairros afastados que apresentem certo grau de dependência;

VI - Vias Auxiliares - cuja função é a de possibilitar a distribuição do tráfego no interior de áreas entre vias coletoras;



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"2"

VII - Vias de Tráfego Local;

VIII - Anel Central I - limite da área preferencial de pedestres;

IX - Anel Central 2 - limite de área central;

X - Ruas de Pedestres - ruas fechadas ao tráfego de veículos, com equipamento para o pedestre (bancas, bares, etc.);

§ 1º - As vias que compõem o Eixo Regional de Serviços, os Binários Norte e Sul, as ligações entre Binários - as Vias coletoras e as Ligações entre Bairros estão definidas no Mapa nº 1 e descritas no Quadro nº 1, anexos a esta lei.

§ 2º - As vias auxiliares, vias de tráfego local e as ruas de pedestres serão definidas por decreto.

§ 3º - As rodovias, avenidas, alamedas e ruas já existentes, bem como as que vierem a ser criadas, serão definidas quanto ao dimensionamento, uso, destino, finalidade e demais características, em decorrência da sua harmonização com o Sistema Viário característico pelas vias mencionadas nos itens de I a X do presente artigo.

Art. 2º - O parágrafo único do artigo 10 da lei nº 4.523, de 31 de dezembro de 1971, fica assim redigido:

"São considerados usos indevidos aqueles em desconformidade com a presente Lei. A Prefeitura determinará para as edificações e usos já localizados e em desconformidade com esta Lei as medidas corretivas a serem tomadas pelos interessados, sob pena de cassação dos respectivos alvarás de licença."

Art. 3º - o artigo II, da Lei nº 4.523, de 31 de dezembro de 1971, passa a ter a seguinte redação:

"Art. II - As áreas urbanas e de expansão urbana ficam classificadas nas seguintes zonas, indicadas na planta de zoneamento, que fará parte integrante da presente Lei (Mapa nº 2)."



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"3"

- I - ZC-1: Zona Comercial Central;
- II - ZC-2: Zona Comercial e de Serviços (Alta Densidade);
- III - ZC-3: Zona Comercial e de Serviços (Baixa Densidade);
- IV - ZR-1: Zona Residencial de Alta Densidade;
- V - ZR-2: Zona Residencial de Baixa Densidade;
- VI - ZR-3: Zona Exclusivamente Residencial (Baixa Densidade);
- VII - ZM-1: Zona Mista de Média Densidade, com predominância residencial;
- VIII - ZM-2: Zona Mista de Média Densidade, com predominância de comércio pesado;
- IX - ZV : Zona Verde (Recreação, Cultura) - Será regulamentada por decreto e terá por objetivo criar condições físicas para o melhor desenvolvimento da educação, cultura e recreação;
- X - ZE : Zonas Especiais - Serão regulamentadas por decreto e nelas localizar-se-ão os grandes equipamentos comunitários, edifícios públicos ou serviços especiais que requeiram áreas consideráveis ou localização específicas;
- XI - ZPI - Zona de Predominância Industrial."

Art. 4º - O uso do solo, os coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação dos terrenos, a altura máxima e os recuos das edificações, constam do Quadro nº 2 (Uso do Solo), que ficará fazendo parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único - Ficam, em decorrência deste artigo, revogados os artigos de nºs 12 a 19 da Lei nº 4.523, de 31 de dezembro de 1.971.

Jh



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"4"

Art. 5º - Não serão aprovadas edificações em lotes com área inferior a 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) e com frente inferior a 12,00 (doze metros), - com exceção de lotes remanescentes de loteamentos antigos, ca sos estes que serão considerados pelo IPLAN.

Parágrafo único - Nos conjuntos habitacionais, os lotes para cada habitação isolada poderão ter área mínima de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) e frente mínima de 8,00 (oito metros).

Art. 6º - Para implantação do PDIG, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, bem como a constituir Sociedade de Economia Mista, com o Governo do Estado de Goiás.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a participar do capital social da empresa prevista neste artigo com até o montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

### CAPÍTULO II

#### DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE GOIÂNIA

NIA

Seção 1a.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º - O Escritório de Planejamento (E.P.), criado pela Lei nº 4.272, de 30 de dezembro de 1969, em seu artigo 9º, II-I e com atribuições definidas nos artigos de nºs 12 a 16, fica transformado em entidade de natureza autárquica, sob a denominação de Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (IPLAN) com personalidade jurídica própria, sede e foro nesta cidade, com a finalidade de:



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"5"

- coordenar, orientar, instruir e desenvolver direta ou indiretamente o processo de Planejamento do Município, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia e demais disposições legais pertinentes à matéria.

Art. 8º - Aplicam-se ao IPLAN, naquilo que diz respeito à seus bens, rendas, serviços e ações, todas as prerrogativas, regalias, imunidades, isenções, favores fiscais e demais vantagens de que gozem os serviços municipais.

Art. 9º - Todos os órgãos da Prefeitura dependem da supervisão e da orientação técnicas, contidas em normas gerais a serem expedidas periodicamente pelo IPLAN, que assegurem o êxito da execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município.

Art. 10º - Os órgãos que integram o sistema administrativo da Prefeitura devem fornecer ao IPLAN, quando solicitados, todas as informações e dados necessários ao desempenho de suas funções.

Art. 11. - O IPLAN poderá contratar, com firmas ou técnicos especializados, consultas ou trabalhos que julgar convenientes para o cumprimento de seus objetivos.

Art. 12. - O IPLAN poderá, mediante autorização do Conselho Deliberativo, firmar convênios com quaisquer órgãos ou entidades de natureza pública ou particular.

Art. 13. - Fica o IPLAN autorizado a contratar financiamentos específicos destinados à elaboração de estudos e projetos vinculados à implantação do PDIG, até o montante de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), neste exercício.

Art. 14. - Integram o IPLAN, os seguintes órgãos:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Diretoria Executiva;





# **prefeitura**

## **Goiânia**

"6"

Seção 2a.

### DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 15. - O Conselho Deliberativo, presidido pelo Prefeito será constituído pelos membros da Diretoria do IPLAN, dois (2) representantes da Câmara Municipal e o titular de cada dos seguintes órgãos:

- I - Secretaria do Prefeito;
- II - Secretaria da Administração;
- III - Secretaria de Finanças;
- IV - Secretaria da Educação e Cultura;
- V - Secretaria de Serviços Urbanos;
- VI - Departamento Municipal de Estradas de Rodagem-DERMU;
- VII - Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia-COMURG;
- VIII - Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital-PAVICAP;
- IX - Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC;

§ 1º - Além dos órgãos mencionados neste artigo, integrarão o Conselho Deliberativo, os titulares de órgãos ou entidades que venham a ser criadas em nível de Secretaria Municipal.

§ 2º - Caberá ao Diretor-Presidente do IPLAN substituir o Prefeito Municipal em suas faltas eventuais às sessões do Conselho Deliberativo.

Art. 16. - Compete ao Conselho Deliberativo deliberar sobre:

- I - O Plano de Trabalho Anual da Autarquia;
- II - o Orçamento-Programa Anual da Autarquia, a ser baixado pelo Executivo Municipal;
- III - os Planos e Projetos encaminhados pela Diretoria Executiva;
- IV - O Regulamento Geral e o Quadro de Pessoal -



# ***prefeitura***

## **Goiânia**

"7"

do IPLAN, submetendo-os à apreciação do Prefeito Municipal;

V - os Planos Anuais de Trabalho, as propostas do orçamento Plurianual de investimentos e o Orçamento-Programa da Prefeitura, a serem encaminhados à Câmara Municipal pelo Chefe do Poder Executivo;

VI - as contas da Autarquia, anualmente, encaminhando-as à apreciação do Prefeito;

VII - autorização do Diretor-Presidente para firmar convênios.

### Seção 3a.

#### DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 17. - A Diretoria Executiva é constituída pelos seguintes membros:

- I - Diretor-Presidente;
- II - Diretor Administrativo;
- III - Diretor de Planejamento.

§ 1º - Os diretores Administrativo e de Planejamento indicados pelo Diretor-Presidente e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 18. - Ao Diretor-Presidente compete:

I - Exercer a Direção Geral, a Coordenação, a orientação, o controle e a fiscalização dos trabalhos do IPLAN;

II - representar o IPLAN, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por delegados expressamente designados;

III - indicar oficialmente ao Prefeito, para efeito de nomeação, o Diretor Administrativo e o Diretor de Planejamento;

Ed



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"8"

IV - Assinar contratos ou ajustes com terceiros, a respeito de todos os assuntos referentes ao Instituto de Planejamento, exercendo daí as prerrogativas decorrentes;

V - assinar acordos e convênios com órgãos públicos e entidades particulares;

VI - requisitar e autorizar suprimento de fundos, ordenar pagamento, abrir e movimentar contas bancárias, firmar documentos e assinar ou endossar, juntamente com o auxiliar de signado, os cheques emitidos pelo Instituto de Planejamento;

VII - remeter anualmente ao Prefeito Municipal a prestação de contas do exercício;

VIII - admitir e dispensar pessoal, conceder férias, licenças e outras vantagens, elogiar ou punir servidores;

IX - promover a elaboração do Regimento Interno do Instituto, do Regulamento do Pessoal e de outros atos administrativos dependentes de aprovação;

X - promover a elaboração do Orçamento anual e do orçamento Plurianual de Investimentos do Instituto de Planejamento;

XI - submeter a deliberação do Conselho Deliberativo todos os planos, projetos e atos que devam ser por ele apreciados, responsabilizando-se por sua formalização e divulgação posterior;

XII - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por ato do Prefeito Municipal.

Art. 19. - As atribuições do Diretor Administrativo e do Diretor de Planejamento serão definidas no Regimento Interno do IPLAN.

Art. 20. - O Prefeito Municipal deverá fixar, por decreto, a remuneração dos Diretores do Instituto de Planejamento, em valor nunca inferior ao fixado para os ocupantes de cargos equivalentes na hierarquia municipal.

107



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"9"

Seção 4a.

### DO PESSOAL

Art. 21. - O Pessoal Técnico ou administrativo , necessário ao funcionamento do IPLAN, deverá ser contratado - sob o regime das leis trabalhistas, por tempo determinado ou indeterminado, conforme a natureza dos serviços que realizar.

§ 1º - O IPLAN poderá requisitar servidores à Prefeitura, os quais continuarão a ser regidos pela Legislação a que estiverem sujeitos na administração centralizada, de signando-os para o exercício de funções compatíveis com suas - qualificações, e não criando para a Prefeitura qualquer obrigação acessória, quando do retorno do servidor à repartição de origem.

§ 2º - O pessoal atualmente lotado no Quadro de Escritório de Planejamento será aproveitado, no todo ou em parte, no IPLAN, podendo os não aproveitados serem lotados em outros órgãos da Prefeitura, a critério do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 22. - Os cargos que compõem a Diretoria Executiva e Chefia de órgãos técnicos integrantes da estrutura do IPLAN serão, obrigatoriamente, ocupados por elementos de nível universitário, com formação profissional compatível com as funções que irão desempenhar.

Seção 5a.

### DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 23. - Constituem fontes de receitas do Instituto de Planejamento:

- I - dotação orçamentárias;
- II - auxílios e subvenções;

17



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"10"

- III - abertura de créditos;
- IV - recursos provenientes de convênios;
- V - produtos de operações de créditos;
- VI - taxas de administração e produtos de serviços prestados;
- VII - receitas patrimoniais;
- VIII - contribuições, legados e doações;
- IX - juros de depósitos bancários e produtos de operações financeiras de qualquer natureza;
- X - produto de restituições;
- XI - produto de alienação de bens, móveis e imóveis;
- XII - cauções e depósitos que reverterem aos seus cofres em razão de inadimplemento contratual;
- XIII - valor equivalente a, no mínimo, 20% dos recursos transferidos à Prefeitura, à conta do Fundo de Participação dos municípios;
- XIV - outras rendas de qualquer natureza que por ventura lhe seja dado arrecadar.

Art. 24. - As dotações consignadas na vigente lei de meios ao Escritório de Planejamento, passam a compor o orçamento da Autarquia criada pela presente lei.

Parágrafo único - Em decorrência do disposto neste artigo é o Chefe do Executivo autorizado a proceder as alterações que se fizerem necessárias à adequação das dotações acima referidas ao programa de trabalho do IPLAN.

Art. 25. - Os bens móveis, atualmente colocados à disposição do Escritório de Planejamento, passam a constituir patrimônio da Autarquia, devendo ser criada pelo Prefeito Municipal uma Comissão composta por três (3) membros, que se incumbirá de realizar o levantamento e formalizar a transferência desses bens, no prazo máximo de trinta (30) dias.

### CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**prefeitura**  
**Goiânia**

"11"

Art. 26. - O Prefeito Municipal deverá baixar de creto aprovando o Regimento Interno do IPLAN, 'no prazo máximo' de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta lei.

Art. 27.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando as disposições referentes à Estrutura Viária e ao zoneamento dependentes da aprovação do novo Código de Edificações para serem aplicados.

Art. 28. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos *08* dias do mês de *outubro* de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GÜIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.020, DE 08 DE outubro DE 1.975

"Modifica a Lei nº 1.877, de 27 de outubro de 1961, que regulamenta o funcionamento do transporte coletivo em Goiânia!"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Os parágrafos do artigo 45 da Lei nº 1.877, de 27 de outubro de 1961, passarão a ter a seguinte redação:

" § 1º - Pelas infrações de que trata o inciso I, será cominada a multa de CINCO (5) Unidades de Valor Fiscal de Goiânia (UVFG), a ser fixada pelo Departamento da Receita da Secretaria de Finanças.

§ 2º - Pelas infrações de que trata o inciso II e seguintes, será cominada a multa equivalente a CINCO (5) Unidades de Valor Fiscal de Goiânia (UVFG), acrescida de mais cinquenta por cento (50%) por mês, cumulativamente.

§ 3º - Quando houver reincidência, na mesma linha de transporte coletivo, a multa será cobrada em dobro.

§ 4º - Os valores das multas serão - anualmente corrigidos, tomando-se por base a Unidade de Valor Fiscal de Goiânia (UVFG) a ser estabelecida em lei".

Art. 2º - O artigo 46 da lei referida no artigo anterior, passará a ter a seguinte redação:

*Handwritten signature*



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"2"

"Art. 46 - Quando ocorrer qualquer das infrações previstas no artigo anterior, o órgão fiscalizador competente classificará e arbitrará a multa, notificando o concessionário para vir recolhê-la dentro de dez (10) dias."

§ 1º - Findo o prazo estabelecido neste artigo, se a multa não tiver sido recolhida, aplicar-se-á durante dois (2) meses, o disposto no § 2º do artigo 45, revogando-se automaticamente o contrato de concessão, por declaração homologada pelo Prefeito.

§ 2º - Do ato que impuser a multa, caberá recurso da concessionária para o Prefeito, dentro de dez (10) dias, contados do auto de infração.

Art. 3º - O artigo 6 da lei referida no artigo 1º é acrescido de um parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Compreende-se dentro do âmbito deste artigo que o Departamento de Trânsito Municipal poderá exigir a retirada de veículos da linha, quando não estejam devidamente equipados, bem como não satisfizerem condições razoáveis de conforto, tanto no que diz respeito à mecânica como a carroceria, ou a outros itens, só podendo voltar ao tráfego depois de concertados ou corrigidos, mediante vistoria prévia."

Art. 4º - Quando os contratos de concessão de transporte coletivo forem unilateralmente rescindidos pela Prefeitura sem motivo justo, esta será obrigada a pagar ao concessionário a multa de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) por veículo, a título de indenização, em cumprimento ao disposto nos contratos de concessão.





# ***prefeitura***

## **Goiânia**

"3"

§ 1º - Só serão computados, para efeito deste artigo, os veículos que estiverem em condições de tráfego, respeitado o parágrafo único do artigo anterior.

§ 2º - O valor da multa será anualmente corrigido, nos termos do § 4º do Art. 1º da presente Lei.

Art. 5º - Rescindidos os contratos de concessão, a Prefeitura poderá recontratar os serviços - com terceiros, ou executar, ela própria, por si ou mediante convênio ou contrato, o transporte coletivo Municipal.

Art. 6º - Está autorizado o Senhor Prefeito Municipal de Goiânia a instituir empresa de transporte coletivo, ou a se associar a empresa pública ou sociedade de economia mista que seja instituída pelo Estado ou pela União.

Art. 7º - A Prefeitura, pelo seu Departamento Municipal de Trânsito, poderá ordenar a retirada da linha dos veículos inservíveis ou que não se adaptem às condições fixadas pela Prefeitura, através de portarias, pelas disposições da presente lei ou de outras exigências da administração.

Art. 8º - Em execução à determinação do Senhor Prefeito Municipal, decorrente das resoluções referentes ao Planejamento do sistema viários e dos sistemas de transportes, o Departamento Municipal de Trânsito remanejará as linhas e itinerários atualmente existentes como também a unificação de linhas e itinerários, no todo ou em parte, alterando os pontos iniciais, terminais e intermediários, conforme o interesse da Cidade, a juízo do Executivo Municipal.

Art. 9º - Além das exigências contratuais e das fixadas por ato da administração Municipal, os serviços de transporte coletivo estão sujeitos ainda às seguintes exigências:



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"4"

I - as concessionárias serão obrigadas a renovar, em cada exercício, a sua frota de veículos, complementando o número de veículos retirados.

II - só será admissível veículo que ofereça perfeita condição de trafegabilidade, a critério exclusivo da Prefeitura, devendo aqueles que a isto não satisfizerem serem substituídos, no prazo de trinta (30) dias, por veículos novos, "0" Km.

III - os horários serão estabelecidos pelo Departamento Municipal de Trânsito, permitindo-se às concessionárias oferecer sugestões em relação a cada linha.

IV - as concessionárias deverão manter, além de sua frota ativa, mais 20% do número de veículos na reserva.

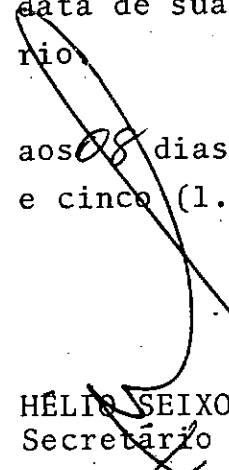
V - o número de veículos deverá ser desde logo e permanentemente atualizado em cada linha, definindo-se o número deles por levantamento estatístico em relação aos usuários, estabelecendo-se a exigência por portaria ou ofício do Departamento Municipal de Trânsito.

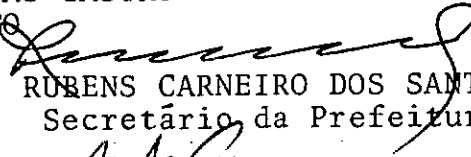
VI - O Executivo Municipal ou o Departamento Municipal de Trânsito poderão exigir, conforme as conveniências, que determinada linha nova só opere com veículos novos.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos *08* dias do mês de *Outubro* de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.021 DE 01 DE ~~NOVEMBRO~~ DE 1.975.

"Concede Título de Cidadania"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido, ao Sr. MOACIR  
JOSÉ DE MORAIS JÚNIOR, o Título de Cidadania Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em  
contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,  
aos 01 dias do mes de *novembro* de hum mil novecentos e  
setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.022, DE 31 DE OUTUBRO DE 1975.

"Autoriza alienação de área"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a alienar, aos proprietários de lotes circunvizinhos ao Cemitério Santana, no Bairro de Campinas, nesta Capital, nas ruas P-25 e Avenida 24 de Outubro, a área de, aproximadamente, 4 mts., entre as residências e os muros do cemitério.

Art. 2º - O pagamento das referidas áreas poderá ser parcelado, mediante requerimento das partes interessadas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,  
aos 31 dias do mês de Outubro de hum mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

Secretário da Prefeitura

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA

Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES

Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.023, DE 01 DE novembro DE 1.975.

"Denomina praça"

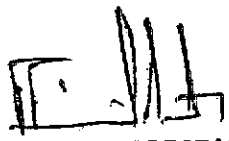
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

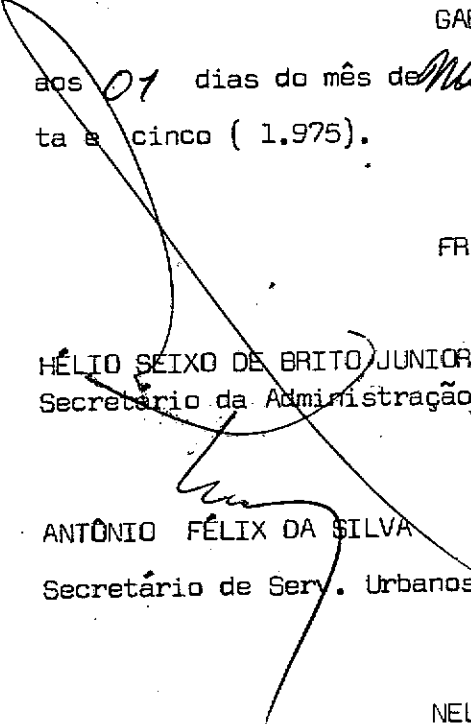
Art. 1º - Passa a denominar-se "JOSÉ XIMENES", a praça situada entre a Av. Anhanguera e a Rua 3, nesta Capital, onde funcionava o Clube Universitário (D.C.E.).

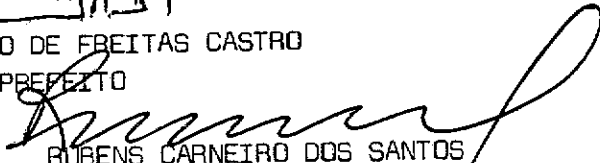
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

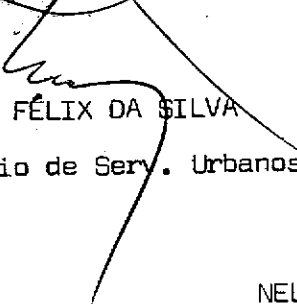
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos 01 dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975).

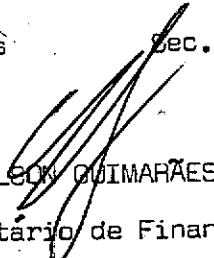
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.024, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1.975.-

"Concede Título Honorífico de Cidadão Goianiense."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido, ao Sr. MARCO PAULO CARDOSO, o Título Honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,  
aos 05 dias do mês de NOVEMBRO do ano de hum mil  
novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.025 DE - 01 DE novembro DE 1.975.

"Cria Grupo Escolar".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, autorizado o Senhor Prefeito Municipal, a criar um grupo escolar no Setor Meia Ponte, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,  
aos 01 dias do mês de novembro do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

Dep. FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

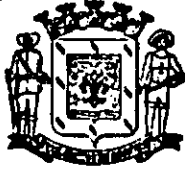
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.027, DE 14 DE novembro DE 1975.

"Concede isenção da Taxa de Licença à entidade que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Centro Comunitário da Vila Irania, situado à Rua José Hermano, esquina com a Rua 8, nesta Capital, isento do pagamento da Taxa de Licença para aprovação do projeto de construção de sua sede.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mes de novembro de um mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

AIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES

Secretário de Finanças





**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.028, DE 13 DE *dezembro* DE 1975.

"Dá denominação à Via Pública"

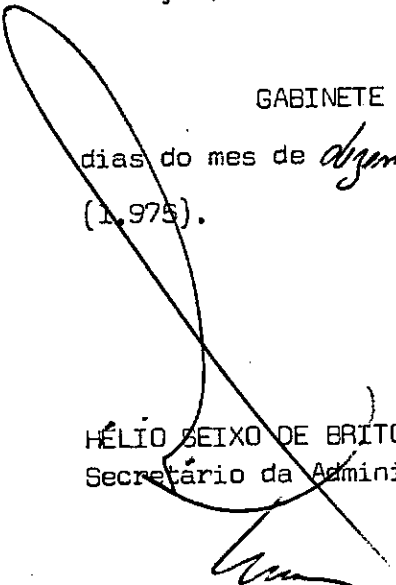
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:

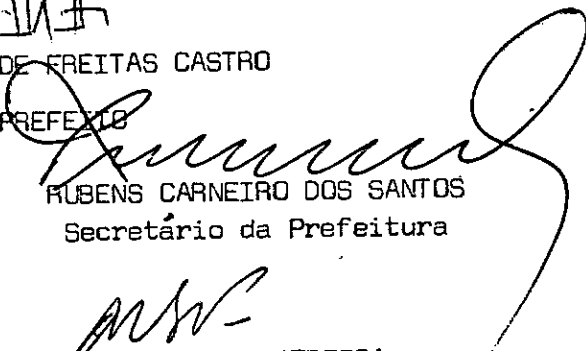
Art. 1º - Passa a denominar-se "Rua ANTÔNIO MORAIS  
NETO", atual Rua 4 na Vila Aurora, nesta Capital.

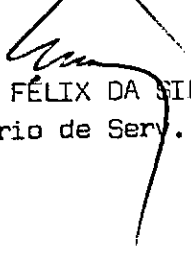
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua pu  
blicação, revogadas as disposições em contrário.

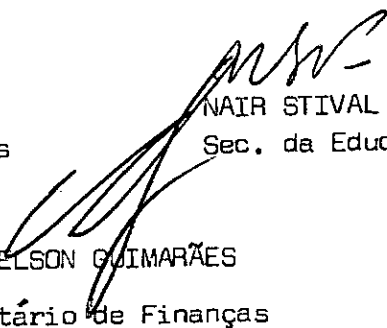
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 13  
dias do mes de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco  
(1.975).

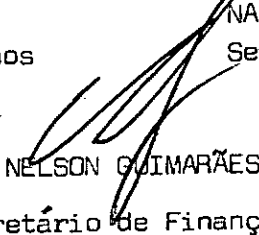
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO BEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL FERREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# ***prefeitura***

## **Goiânia**

LEI Nº 5.029, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1.975

"Autoriza elaborar projeto de loteamento, isenta de taxa e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a elaborar e aprovar o projeto de loteamento de uma área localizada no Setor Macambira, dividindo com o Setor Sudoeste Macambira, de propriedade de Raul Machado Mendonça e Jeová Fernandes Oliveira, em cujos limites será construído um colégio profissionalizante pelo PREMEN-Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, em convênio com a Prefeitura de Goiânia e Governo de Goiás, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Art. 2º - É concedida aos proprietários do terreno a isenção da taxa devida pela aprovação do loteamento, bem como a isenção das taxas correspondentes à infra-estrutura, inclusive pavimentação asfáltica, tão somente na área circundante ao Estabelecimento de Ensino a ser construído.

Art. 3º - Fica aprovado o Termo de Compromisso firmado em 08 de agosto de 1975, entre o Programa de Expansão de Melhoria do Ensino - PREMEN, o Estado de Goiás e a Prefeitura de Goiânia, referente à execução de serviços preparatórios nas áreas destinadas à implantação da Escola Polivalente Integrada e Colégio Polivalente, bem como às demais providências necessárias à implantação dessas unidades escolares em Goiânia.



**prefeitura**  
**Goiânia**

"2"

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 04 dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

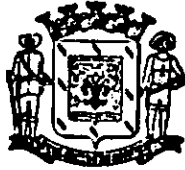
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI. Nº 5.030, DE 01 DE dezembro DE 1.975.

"Autoriza a doação de lotes urbanos e  
específica."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizada a Chefia do Executivo -  
Municipal a doar os lotes nºs 14, 15, 16, da Rua Palmito; 17, 18, 19,  
20, 21, da Rua 18 e 21, 22, 23, 24, da Rua 21, inseridos na Quadra T,  
na Vila Morais, Setor Perilo, nesta Capital, de propriedade da Prefei-  
tura Municipal, conforme consta no memorial descritivo, insito do  
Processo nº 01594, de 27 de outubro de 1.971, oriundo da antiga Secre-  
taria de Obras do Município.

Art. 2º - As doações, objeto desta lei, serão fei-  
tas aos seguintes cidadãos: Lourenço Daquina Ferreira - lote nº 14,  
Evilásio Sena - lotes nºs 15 e 16, situados na Rua Palmito; José Fé-  
lix - lote nº 17, Divina Dias Sena - lote nº 18, Levi Martiniano de  
Oliveira - lote nº 19, Evangelino Soares de Morais - lote nº 20, Jo-  
sé Pereira Valverde - lote nº 21, situados na Rua 18; Maurília Rodri-  
gues Santiago - lote nº 21, Marcionilia Maria Ormandes - lote nº 22,  
Elza Lima Pereira - lote nº 23 e Manoel Batista dos Santos - lote nº  
24, situados na Rua 21.

Art. 3º : Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



# **prefeitura**

## **Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos  
01 dias do mês de *dezembro* do ano de mil nove-  
centos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.031, DE 03 DE Dezembro DE 1.975.

"Concede título de cidadania Goianiense"

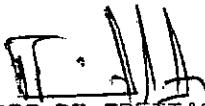
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É, pela presente lei, concedido o título honorífico de Cidadã Goianiense à Irmã JOSEFA DIAS LIMA ( Irmã Luiza).


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de Dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

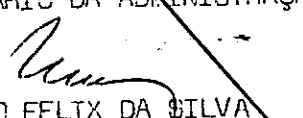
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO


PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

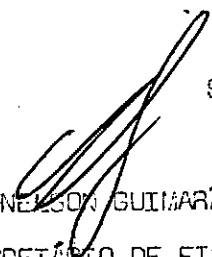
  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

  
NAIR STIVAL PEREIRA

SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.032, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

" Autoriza construção de Grupo Escolar"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, autorizado o Poder Execu-  
tivo a construir um Grupo Escolar em Vila Novo Horizonte, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-  
ção.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do  
mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO SERV. URBANOS

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.033, DE 23 DE ~~NOVEMBRO~~ DE 1.975

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional de natureza especial."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-  
GUINTE LEI:

Art. 1º - É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir' no corrente exercício financeiro, um crédito adicional de natureza especial' até o montante de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), para atender a despesas de capital de exercícios anteriores e correspondentes a desapropriações realizadas.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, são criados:

Na Função 10 - Habitação e Urbanismo

No Programa 58 - Urbanismo

No Subprograma 325 - Vias Urbanas

O Projeto 7212 - Despesas de Exercícios Anteriores com aquisição de Imóveis E neste o elemento 4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis Cr\$ 900.000,00.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de ~~novembro~~ do ano de mil novecentos e setenta e cinco' (1.975)..

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.034, DE 23 DE novembro DE 1.975

"Cria a Unidade de Valor Fiscal de Goiânia e dá outras providências."

O PREFEITO DE GOIÂNIA

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - Fica criada a Unidade de Valor Fiscal de Goiânia-UVFG, que será adotada para cálculo das importâncias fixas correspondentes a tributos e multas constantes da Legislação Municipal.

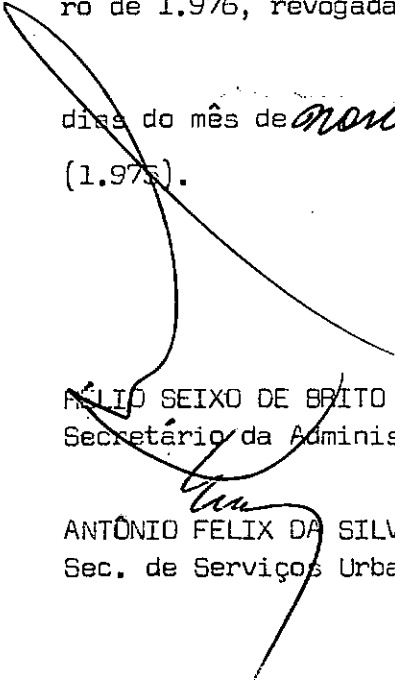
Art. 2º - A Unidade de Valor Fiscal de Goiânia-UVFG de que trata o artigo anterior, é fixada em Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

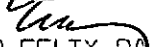
Parágrafo Único - O valor da Unidade de Valor Fiscal de Goiânia-UVFG, será corrigido monetariamente, por Decreto do Poder Executivo, até 31 de dezembro de cada ano, com base nos Coeficientes de Correção Monetária fixados no penúltimo trimestre do ano, pelo órgão federal competente.

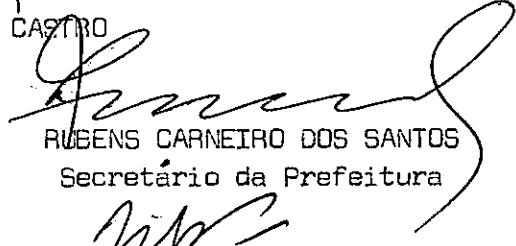
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.976, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de ~~novembro~~ ano de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

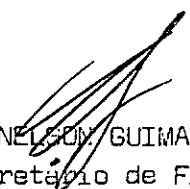
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
RILDO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.035, DE 23 DE novembro DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Economistas do Estado de Goiás."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE—  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Economistas do Estado de Goiás, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º : Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de *novembro* do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.036, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

"Considera de Utilidade Pública".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerado de utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário FUMDEC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de ~~dezembro~~ de hum mil novecentos e setenta e cinco. (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.037, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

" Estabelece proibição "

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Estabelece proibição para a construção de hotéis ( tipo de hospedagem transitória) no Setor " JARDIM PETRÓPOLIS", nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIO DA PREFEITURA

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO SERV. URBANOS

NAIR STIVAL PEREIRA

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.038, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

"Autoriza construção de Grupo Escolar"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, autorizado o Poder Executivo a construir um Grupo Escolar em Vila Alto da Glória, nesta Capital.


Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

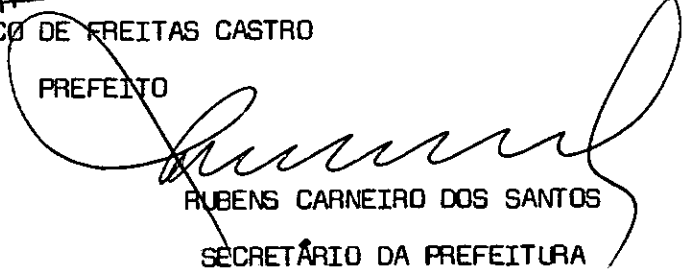
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

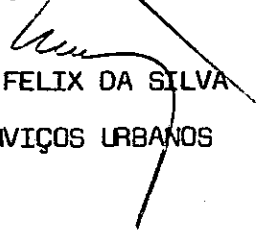
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

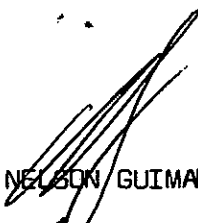
PREFEITO

  
HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
ANTONIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUC. E CULTURA

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.039, DE 02 DE dezembro DE 1975

"Concede Título de Cidadania Goianiense"


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, concedido o Título Hono-  
rífico de Cidadão Goianiense ao Dr. JOSÉ WILLIAM PEREIRA ERVILHA.

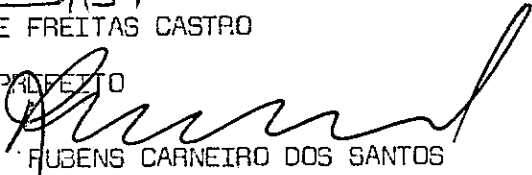
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-  
ção.


Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do  
mes de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco, (1.975).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

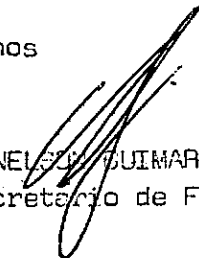
PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
HÉLIO SAUXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.041, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

"Concede título honorífico".

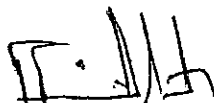
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido ao Dr. SOLON ALBERTO DO REGO MAIA' o título honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO


PREFEITO


  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

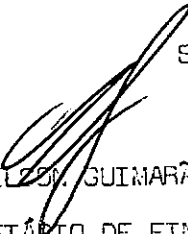
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

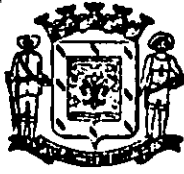
  
NAIR STIVAL PEREIRA

SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

  
HÉLIO SEIKO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO SERV. URBANOS

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.042, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

"Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Técnicos de Administração".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE -  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Associação Brasileira de Técnicos de Administração - Seção de Goiás "ABTA", sociedade Civil, com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO SERV. URBANOS

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES

SECRETÁRIO DE FINANÇAS





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.043, DE 02 DE Dezembro DE 1.975.

"Autoriza a abertura de crédito adicional de natureza especial".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional de natureza especial até o montante de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), destinado a aumentar o Fundo Rotativo da Câmara Municipal.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, são criados:

Na Função 01 - LEGISLATIVA

No Programa 01 - AÇÃO LEGISLATIVA

No Subprograma 0012 - PROCESSO LEGISLATIVO

O PROJETO - 119 - AUMENTO DO FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA.

E neste elemento 4.2.4.0. Constituição de Fundo Rotativo - Cr\$ 3.000,00.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de ~~Dezembro~~ de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Goiânia



**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.044, DE 03 DE Dezembro DE 1.975.

"Concede Diploma Honorífico de Cidadania  
Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-  
GUINTE LEI:

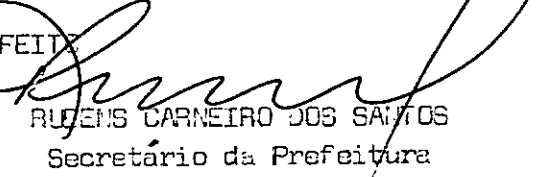
Art. 1º - Fica, pela presente lei, concedido ao Senhor  
ALBERTO DA SILVA DIAS, o Diploma Honorífico de Cidadania Goianiense.

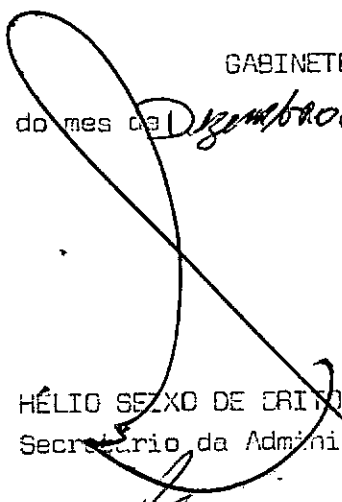
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-  
ção.

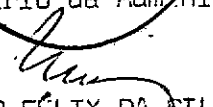
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 03 dias  
do mes de Dezembro de hum mil novécentos e setenta e cinco, (1.975).

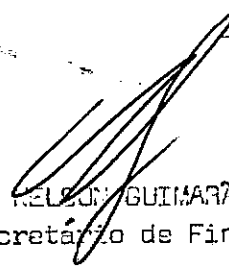
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

(PREFEITO)  
  
RUYENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
HÉLIO SEZXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.045, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

" Concede Título de Cidadão Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor Doutor MANUEL ANTÔNIO DA SILVA, o Título Honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

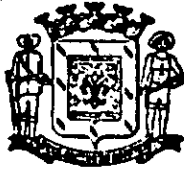
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA

SEC. DA EDUC. E CULTURA

NELSON GUIMARÃES

SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**


LEI Nº 5.046, DE 02 DE dezembro DE 1.975.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:


Art. 1º - Estende a autorização concedida ao Poder Executivo através da Lei nº 4.856, de 03 de março de 1.975, à contratação com a FINEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, para conclusão dos trabalhos de elaboração e implantação do Cadastro Técnico Municipal de Goiânia - CTMG, conforme especifica a Lei acima referida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

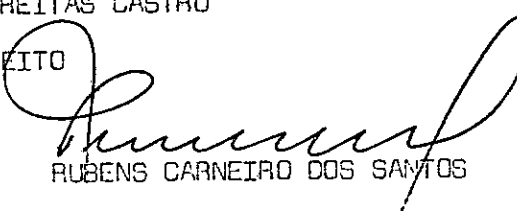
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco.(1.975.).

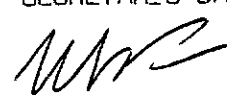
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEZO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SECRETÁRIO SERV. URBANOS

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.047, DE 06 DE dezembro DE 1.975.

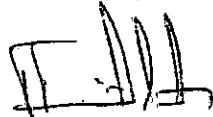
"Doa área de terras ao Centro Comunitário Esplanada do Anicuns".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE -  
GUINTE LEI:

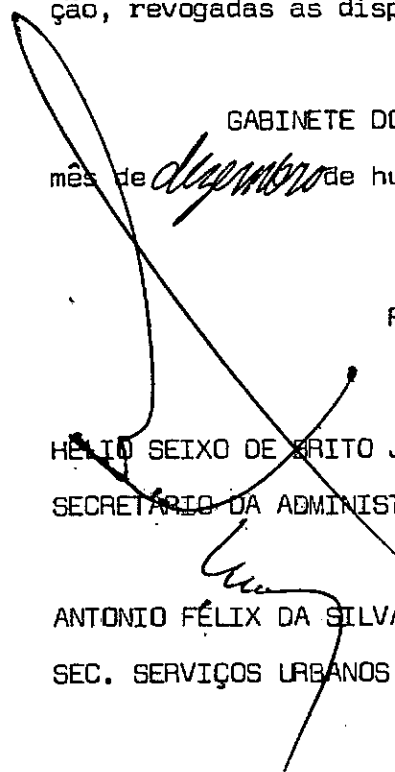
Art. 1º - É doada ao Centro Comunitário Esplanada do Anicuns uma área de terras com 2.353,45 m<sup>2</sup>, situada entre a Rua São Gotardo, a Alameda Progresso e a Avenida Tirol, no Bairro Aeroviário, onde está edificada a sede daquela Entidade de caráter assistencial e promoção humana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

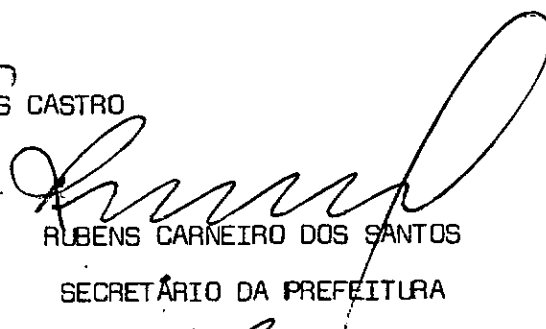
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

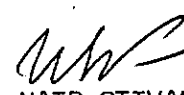
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

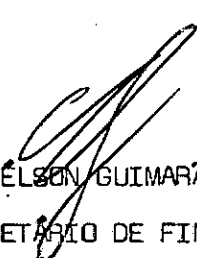
PREFEITO

  
HELIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

  
ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

  
NÉLSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.048, DE 06 DE Dezembro DE 1.975

"Considera de Utilidade Pública o Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente' de Paula, todos os conselhos centrais, particulares, conferências e Obras especiais, sediados nesta Capital".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam, pela presente lei, considerados de utilidade pública o Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paula, todos os conselhos centrais, particulares, conferências e Obras especiais, sediados nesta Capital, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mes de Dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO REIXO DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviço Urbanos

NAIR STIVAL  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

*Aquino*



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.050, DE 7 DE Dezembro DE 1.975.

"Da denominação à Praça".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica pela presente lei, denominada "DIOLINDA BATISTA DE SOLZA", a atual praça da Igreja Bom Jesus, Setor Palmito, situada na Avenida Anhanguera.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 7 dias do mês de *Dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

*Antônio Félix da Silva*  
ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

*Nelson Guimarães*  
NÉLSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

*Rubens Carneiro dos Santos*  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

*Nair Stival Pereira*  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.051, DE 06 DE dezembro DE 1.975.

"Concede Título de Cidadão Goianiense".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE-  
GUINTE LEI:

Art. 1º - Fica concedido, pela presente lei, ao Sr. Prof.  
JOSÉ BARBOSA MEDEIROS, o Título de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-  
ção.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do  
mês de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

NÉLSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.052, DE 06 DE dezembro DE 1.975.

"Modifica a Lei nº 5.022, de 16 de outubro de 1975."

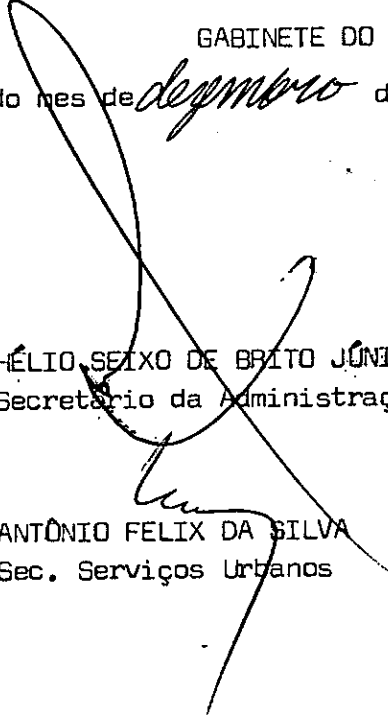
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SE -  
GUINTE LEI:

Art. 1º da Lei nº 5.022, de 16 de outubro de 1975, passa a ter a seguinte redação:


"Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a alienar, aos proprietários de lotes circunvizinhos ao Cemitério Santana, no Bairro de Campinas, nesta Capital, nas ruas P-19, P-25 e Avenida 24 de Outubro, a área de, aproximadamente 4 mts., entre as residências e os muros do cemitério".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

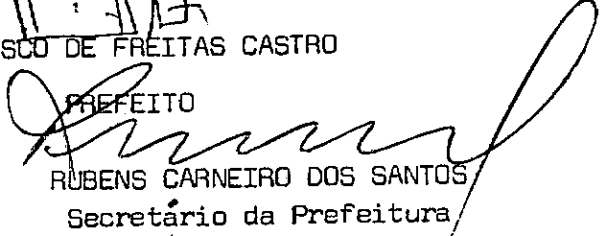
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mes de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1975).


  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

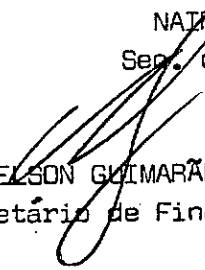
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviços Urbanos

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.053, DE 02 DE dezembro DE 1975.

"Concede Título de Cidadão Goianiense"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente lei, concedido ao Jornalista LOURIVAL BATISTA PEREIRA, o Título Honorífico de Cidadão Goianiense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SIQUEIRA DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Secretário de Ser. Urbanos

JAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.054, DE 06 DE dezembro DE 1975

"Institui o Dia do Carroceiro"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - Fica instituído, nesta Capital, o "DIA DO CARROCEIRO".

Art. 2º - O DIA DO CARROCEIRO será comemorado, sempre no 2º domingo do mês de setembro de cada ano.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.055, DE 01 DE Dezembro DE 1.975

"Dispõe sobre a aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 7.599, de 30 de novembro de 1.972 e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Aplica-se o disposto no art. 1º da Lei Estadual nº 7.599, de 30 de novembro de 1972, aos vereadores, para atender, no desempenho efetivo do mandato, encargos decorrentes de deslocamento pessoal e despesa de comunicação telefônica.

§ 1º - O recurso de que trata este artigo é fixado, no máximo, na metade do valor previsto no § 1º do art. 1º, da Lei nº 7.599, combinado com o art. 2º da Resolução nº 237, de 12 de setembro de 1973, da Mesa da Assembléia Legislativa.

§ 2º - A fixação do valor que trata o parágrafo anterior será feita por ato do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 2º - Todos os encargos e despesas de comunicação telefônica e de correspondência expedida, a partir da vigência desta lei, correrão à conta dos Vereadores.

Parágrafo Único - Os encargos e despesas resultantes desse artigo, cobrados na conta da Câmara Municipal, serão reembolsados mensalmente, no mês seguinte à cobrança pelos Vereadores.



# **prefeitura**

## **Goiânia**

"2"

Art. 3º - Fixa o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário ao cumprimento dessa Lei no corrente exercício.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, vigorando os seus efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1.975.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 01 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

*Assinado*

LEI Nº 5055, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1.975

"Reajusta a remuneração dos Secretários Municipais e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artº 1º - Ficam reajustadas para Cr\$12.000,00 (doze mil cruzeiros) e Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros), respectivamente, os vencimentos e a gratificação de representação dos Secretários Municipais, do Procurador Geral do Município, do Assessor Jurídico Especial do Gabinete do Prefeito e dos ocupantes de cargos equivalentes, símbolo C-1.

Artº 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários para cobrir as despesas decorrentes desta Lei.

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de setembro do corrente ano.

Artº 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos vinte e quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HELIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTONIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.057 DE 10 DE dezembro DE 1.975.

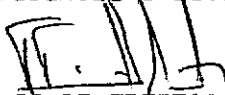
"Considera de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES ECONÔMICOS DE GOIÁS - ASEG."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, considerada de Utilidade Pública, com todos os direitos e vantagens assegurados em lei, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES ECONÔMICOS DE GOIÁS - ASEG., com sede nesta Capital.

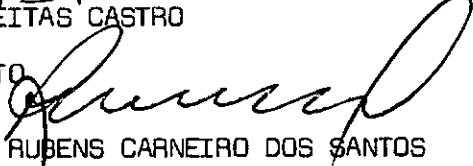
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

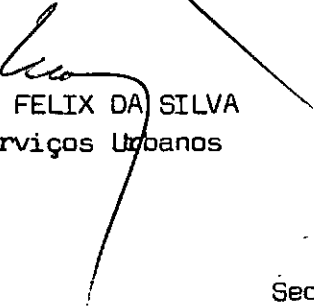
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta e cinco (1.975).


  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

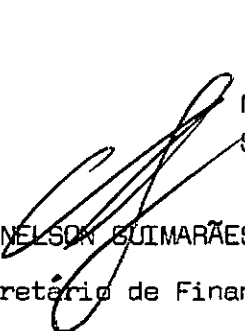
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviços Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.058, DE 06 DE dezembro DE 1.975.

"Cria o Fundo de Manutenção e Reparelhamento do Departamento da Receita, e dá outras' providências".

O PREFEITO DE GOIÂNIA

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído na Secretaria de Finanças um fundo especial com a denominação do Fundo de Manutenção e Reparelhamento do De - partamento da Receita, destinado a ocorrer às despesas do Órgão com aquisição de material permanente, equipamentos e instalações.

§ 1º - O Fundo de que trata este artigo será constituído de 40% (quarenta por cento) das multas arrecadadas.

§ 2º - A parcela de arrecadação das multas de que trata o pará - grafo anterior será depositada pelos órgãos arrecadadores em estabeleci - mento de crédito, em conta especial denominada "Secretaria de Finanças - Fundo de Manutenção e Reparelhamento", cuja movimentação ficará a cargo' do titular da mesma Pasta ou de servidor pelo mesmo designado.

§ 3º - A aquisição de materiais com recursos provenientes do "Fundo de Manutenção e Reparelhamento do Departamento da Receita" obede - cerá as normas e requisitos fixados e previstos na legislação específica e aplicável à administração centralizada do Poder Executivo.

§ 4º - Os orçamentos financeiros da Prefeitura consignarão, na parte da Despesa, à Secretaria de Finanças, dotação específica necessá - ria ao cumprimento deste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ' revogadas as disposições em contrário.





# **prefeitura**

## **Goiânia**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos **06** dias do  
mes de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

*[Signature]*  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviços Urbanos

*[Signature]*  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

*[Signature]*  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

A 1.ª Via foi assinada pelo  
Exmo. Sr. Prefeito Municipal.  
Em 06 / 12 / 19 75  
*[Signature]*  
Rubens Carneiro dos Santos  
Secretário da Prefeitura



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.059, DE 06 DE dezembro DE 1.975.

"Concede ajuda de custo e especifica"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE  
LEI:

Art. 1º - É concedida uma ajuda de custo ao Prof. JOSÉ ÂNGELO RIZZO, Coordenador da Comissão do Meio Ambiente do Município, na importância de Cr\$ 3.000,00 ( tres mil cruzeiros ).

Art. 2º - A quantia referida nesta lei destinar-se-á a fazer face às despesas efetuadas pelo representante do Município ao I Congresso Ibero-Americano do Meio Ambiente, realizado em MADRID, de 12 a 18 de Outubro do ano em curso.

Art. 3º - É autorizado o Executivo a abrir o crédito necessário ao cumprimento do que estabelece a presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975 ).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR

Sec. da Administração

ANTONIO FELIX DA SILVA

Sec. de Serviços Urbanos

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS

Secretário da Prefeitura

NAIR STIVAL PEREIRA

Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES

Secretário de Finanças



câmara  
municipal

LEI Nº 5.060, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1.975.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 1.976"

O POVO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, POR SEUS REPRESENTANTES DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Goiânia para o Exercício Financeiro de 1.976, composto pela Receita e Despesa da Administração Direta, Entidades da Administração Indireta e Fundação instituídas pelo Poder Público, estima a Receita Geral em Cr\$ 310.153.000,00 (trezentos e dez milhões, cento e cinquenta e três mil cruzeiros) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1.1 Receitas Correntes		Cr\$ 138.900,000,00
Receita Tributária	Cr\$ 77.500.000,00	
Receita Patrimonial	Cr\$ 2.200.000,00	
Transferências Correntes	Cr\$ 51.600.000,00	
Receitas Diversas	Cr\$ 7.600.000,00	
1.2 Receitas de Capital		Cr\$ 72.029.000,00
Transferências de Capital	Cr\$ 27.469.000,00	
Outras Receitas de Capital	Cr\$ 44.560.000,00	
T O T A L		Cr\$ 210.929.000,00

*Francis*



câmara  
municipal

**11- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÃO**  
**(Exclusivo Transferências do Município)**

2.1 Receitas Correntes	Cr\$	98.450.000,00
Receitas de Capital	Cr\$	774.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>Cr\$</b>	<b>99.224.000,00</b>
<b>T O T A L G E R A L</b>	<b>Cr\$</b>	<b>310.153.000,00</b>

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação no Anexo II, que apresenta sua composição por Órgão, conforme o desdobramento abaixo:

**I - PODER LEGISLATIVO**

1.1 Câmara Municipal	Cr\$	4.650.000,00
----------------------	------	--------------

**12 - PODER EXECUTIVO**

2.1 Secretaria do Prefeito	Cr\$	25.243.000,00
2.2 Escritório de Planejamento	Cr\$	11.629.000,00
2.3 Secretaria da Administração	Cr\$	10.219.000,00
2.4 Procuradoria Geral do Município	Cr\$	2.968.000,00
2.5 Secretaria da Educação e Cultura	Cr\$	30.697.000,00
2.6 Secretaria de Finanças	Cr\$	30.670.000,00
2.7 Secretaria de Serviços Urbanos	Cr\$	94.853.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>Cr\$</b>	<b>210.929.000,00</b>

**3 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**(Exclusive Transferências do Município)**

3.1 Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital	Cr\$	87.650.000,00
---	------	---------------

*Lucy*



câmara  
municipal

GOIÂNIA

3.2 Departamento de Estradas de Rodagem do Município	Cr\$	7.712,000,00
3.3 MUTIRAMA C. E. R. D.	Cr\$	2.562,000,00
3.4 Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário	Cr\$	1.300,000,00
TOTAL	Cr\$	99.224,000,00
TOTAL GERAL	Cr\$	310.153,000,00

Art. 4º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para movimentação das dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 5º - O Poder Executivo é autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar as Despesas ao real comportamento da Receita.

Parágrafo Único - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo é autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, até o limite previsto na Constituição.

Art. 6º - O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos suplementares, mediante a utilização de recursos adicionais indicados, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada em Lei.

Art. 7º - Os créditos adicionais, autorizados no Exercício Financeiro de 1.975, ao serem reabertos, na forma do § 4º do artigo 67 da Constituição, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e cinco (24.11.1975).

  
ZEUXIS GOMES DE MORAIS  
Presidente



câmara  
municipal

GOIÂNIA

LEI Nº 5.060, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1.975.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 1.976"

O POVO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, POR SEUS REPRESENTANTES DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Goiânia para o Exercício Financeiro de 1.976, composto pela Receita e Despesa da Administração Direta, Entidades da Administração Indireta e Fundação instituídas pelo Poder Público, estima a Receita Geral em Cr\$ 310.153.000,00 (trezentos e dez milhões, cento e cinquenta e três mil cruzeiros) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1.1 Receitas Correntes	Cr\$ 138.900.000,00
Receita Tributária	Cr\$ 77.500.000,00
Receita Patrimonial	Cr\$ 2.200.000,00
Transferências Correntes	Cr\$ 51.600.000,00
Receitas Diversas	Cr\$ 7.600.000,00
1.2 Receitas de Capital	Cr\$ 72.029.000,00
Transferências de Capital	Cr\$ 27.469.000,00
Outras Receitas de Capital	Cr\$ 44.560.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>Cr\$ 210.929.000,00</b>

*Handwritten signature*



câmara  
municipal

## 11- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÃO (Exclusivo Transferências do Município)

2.1 Receitas Correntes	G\$	98.450.000,00
Receitas de Capital	G\$	774.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>G\$</b>	<b>99.224.000,00</b>
<b>T O T A L G E R A L</b>	<b>G\$</b>	<b>310.153.000,00</b>

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação no Anexo II, que apresenta sua composição por Órgão, conforme o desdobramento abaixo:

### 1 - PODER LEGISLATIVO

1.1 Câmara Municipal	G\$	4.650.000,00
----------------------	-----	--------------

### 2 - PODER EXECUTIVO

2.1 Secretaria do Prefeito	G\$	25.243.000,00
2.2 Escritório de Planejamento	G\$	11.629.000,00
2.3 Secretaria da Administração	G\$	10.219.000,00
2.4 Procuradoria Geral do Município	G\$	2.968.000,00
2.5 Secretaria da Educação e Cultura	G\$	30.697.000,00
2.6 Secretaria de Finanças	G\$	30.670.000,00
2.7 Secretaria de Serviços Urbanos	G\$	94.853.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>G\$</b>	<b>210.929.000,00</b>

### 3 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (Exclusivo Transferências do Município)

3.1 Superintendência das Obras de Pavimentação da Capital	G\$	87.650.000,00
--	-----	---------------

*Handwritten signature*



GOIÂNIA

câmara  
municipal

3.2 Departamento de Estradas de Rodagem do Município	Cr\$	7.712.000,00
3.3 MUTIRAMA C.E.R.D.	Cr\$	2.562.000,00
3.4 Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário	Cr\$	1.300.000,00
TOTAL	Cr\$	99.224.000,00
TOTAL GERAL	Cr\$	310.153.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá designar órgãos centrais para movimentação das dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias.

Art. 5º - O Poder Executivo é autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar as Despesas ao real comportamento da Receita.


Parágrafo Único - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo é autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, até o limite previsto na Constituição.

Art. 6º - O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos suplementares, mediante a utilização de recursos adicionais indicados, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada em Lei.

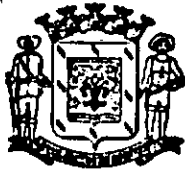
Art. 7º - Os créditos adicionais, autorizados no Exercício Financeiro de 1.975, ao serem reabertos, na forma do § 4º do artigo 67 da Constituição, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e cinco (24.11.1975).

  
ZEUXIS GOMES DE MORAIS  
Presidente





# prefeitura

## Goiânia

LEI Nº 5.061, DE 10 DE *Setembro* DE 1.975

"Revoga dispositivo de lei e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - É expressamente revogado o caput do art. 3º, da Lei nº 4.827, de 31 de dezembro de 1973, com a nova redação que lhe deu o art. 1º, da Lei nº 4.880, de 18 de julho de 1.974.

Parágrafo Único - É igualmente revogado o Anexo à sobredita Lei nº 4.880, de 18 de julho de 1.974.

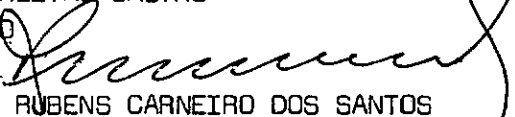
Art. 2º - É revigorado, para efeito de cálculo dos proventos dos inativos, o inciso I, do art. 182, da Lei nº 1.667, de 13 de junho de 1.960.

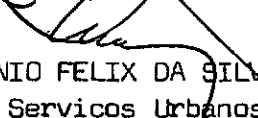
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ~~anteriores~~.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 10 dias do mes de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

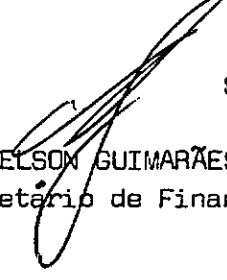
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviços Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

LEI Nº 5.062, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1975

"Revoga a Lei nº 4.522, de 31 de dezembro de 1971 e institui o novo Código de Edificações para o Município de Goiânia".

A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SE  
GUINTE LEI:

TÍTULO II  
PARTE GERAL  
CAPÍTULO I  
APLICAÇÃO DO EDÍFIO

- Art. 1º - O Código de Edificações de Goiânia disciplina toda construção, modificação de edifícios ou demolição, realizada na área do Município, por qualquer proprietário.
- Art. 2º - O objetivo deste Código é disciplinar a aprovação, a construção e a fiscalização, assim como as condições mínimas que satisfaçam a segurança, o conforto e a higiene dos usuários e dos demais cidadãos.
- Art. 3º - O Código conservar-se-á adaptado permanentemente à Lei do Plano Desenvolvimento Integrado.
- Art. 4º - Este Código revoga explicitamente a Lei nº 4.522, de 31 de dezembro de 1971, e qualquer outra pertinente à matéria.

CAPÍTULO II

PROCESSAMENTO DE PROJETOS E CONSTRUÇÕES

Seção I

Profissionais Habilitados a Projetar e Construir

Art. 59 - Toda construção terá um responsável técnico e obedecerá a um projeto elaborado por profissional legalmente habilitado.

Art. 69 - São considerados legalmente habilitados a projetar, construir, calcular e orientar, os profissionais que satisfizerem às exigências da legislação do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto e normas complementares do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - e Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

Parágrafo Único - As firmas e os profissionais legalmente habilitados deverão, para o exercício de suas atividades em Goiânia, estar inscritos em cadastro próprio do órgão técnico da Prefeitura e no Cadastro Fiscal do Município e estar quites com a Fazenda Municipal.

Seção II

Apresentação e Aprovação de Projetos

Art. 79 - Para a aprovação de projetos de construção, demolição e modificações, o interessado deverá apresentar à Prefeitura de Goiânia o projeto de arquitetura acompanhado dos seguintes documentos:

I - requerimento - conforme formulário próprio aprovado pela Prefeitura;

- II - comprovante do recolhimento da taxa do CREA, acompanhado de declaração de responsabilidade técnica;
- III - certidão negativa de débitos do imóvel, fornecida por órgão competente do Fisco Municipal;
- IV - guia do IBGE;
- V - certidão negativa de débito para com a Pavicap, referente à taxa de asfalto, relativa ao imóvel;
- VI - inscrição da Obra no INPS;
- VII - documento de propriedade do terreno.

- § 19 - O projeto de arquitetura deverá ser apresentado em cinco cópias no mínimo, perfeitamente legíveis e sem rasuras ou emendas, contendo obrigatoriamente:
- a) planta de situação do terreno na quadra, na escala mínima de 1:1.000, devidamente cotada, contendo a orientação norte-sul e todos os elementos que caracterizem o terreno, ou seja, numeração de quadra e lotes, dimensões e área, largura do logradouro fronteiro;
  - b) planta de locação de edificação do terreno na escala mínima de 1:200, constando as distâncias da mesma às divisas;
  - c) planta de cada pavimento na escala mínima de 1:100, indicando a destinação dos compartimentos, suas dimensões, área, medidas das aberturas de iluminação e ventilação e cotas de nível. Deverá conter ainda a área e dimensões externas dos pavimentos;
  - d) planta de cobertura na escala mínima de 1:100 indicando a dimensão dos beirais;

e) elevações que dêem para os logradouros, na escala mínima de 1:100, contendo todos os elementos arquitetônicos e decorativos;

f) cortes longitudinais e transversais, na escala mínima de 1:100 e convenientemente cotados, em quantidade suficiente para o perfeito entendimento do projeto, contendo:

- 1 - numeração dos pavimentos;
- 2 - alturas: dos pés direitos, das aberturas de ventilação e iluminação, dos peitoris e barras impermeáveis e da cobertura;
- 3 - cotas do terreno quando este for acidentado;
- 4 - no caso de existência de escadas e/ou rampas, estas deverão constar pelo menos num dos cortes;

g) legenda ou carimbos localizados no extremo direito inferior da folha, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou seja, 185 x 297 mm (cento e oitenta e cinco por duzentos e noventa e sete milímetros), contendo os seguintes elementos:

- 1 - natureza e local da obra;
- 2 - área do terreno;
- 3 - área ocupada pela construção;
- 4 - área total da construção;
- 5 - nome do proprietário e assinatura;
- 6 - nome do autor do projeto, assinatura, título e número da carteira profissional;
- 7 - nome do responsável técnico pela execução da obra, assinatura, título e número da carteira profissional;
- 8 - indicação dos desenhos (com as respectivas

escalas), contidos em cada folha do projeto.

- § 2º - A Prefeitura poderá solicitar memorial descritivo da obra, sempre que o mesmo se fizer necessário, para o perfeito entendimento do projeto.
- § 3º - Havendo obrigatoriedade de instalação de elevadores, deverá constar do projeto o cálculo de tráfego destes elevadores, segundo as normas técnicas do ABNT.
- § 4º - As instalações e equipamentos de proteção contra incêndios, quando necessárias, deverão receber aprovação prévia do Corpo de Bombeiros, e atender ao parágrafo 2º do artigo 78 do presente Código.
- § 5º - Os projetos elétricos devem ser elaborados de acordo com as normas técnicas das Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, e observando as da ABNT.
- § 6º - Todos os projetos complementares deverão obedecer às normas técnicas da ABNT.
- § 7º - Nos projetos de modificação, acréscimo e reconstrução de edifícios, serão observadas as seguintes convenções:
- a) tinta preta, construção a ser conservada;
  - b) tinta vermelha, construção a ser executada;
  - c) tinta amarela, construção a ser demolida.
- § 8º - A Prefeitura poderá recusar a aprovação de projetos que apresentem em sua organização deficiências quanto à higiene e ao conforto dos moradores, ou soluções estéticas inconvenientes à paisagem urbana.

§ 9º - A aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade do terreno.

Art. 8º - A Prefeitura poderá elaborar e fornecer projetos de construções populares a pessoas sem habitação própria e que os requeram para sua moradia, atendida a regulamentação específica por parte da Prefeitura.

### Seção III

#### Licença para Construir

Art. 9º - Nenhuma construção, reconstrução, acréscimo ou de molição, será feita sem a prévia licença da Prefeitura.

§ 1º - A licença dependerá da existência de projeto aprovado, podendo ser requeridas, ao mesmo tempo, a aprovação e a licença.

§ 2º - As licenças de construção terão validade de um ano para o início das obras.

§ 3º - Se, depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de construção, houver mudança do mesmo, o interessado deverá requerer nova aprovação do projeto, assinalando as alterações.

Art. 10 - Independem de aprovação de projeto, assim como não necessitam de alvará de licença, as dependências não destinadas a habitação humana, desde que não tenham fim comercial, paisagístico ou industrial e que tenham área inferior a 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), com exceção das instalações sanitárias externas.

Art. 11 - Será expedido alvará de licença, independente de aprovação do projeto, para acréscimo de até 27,00m<sup>2</sup> (vinte e sete metros quadrados) em habitações, me diante apresentação de memorial justificativo.

§ 1º - O acréscimo deverá atender a todas as determinações deste Código e especificações da Lei do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.

§ 2º - A licença para acréscimo só será concedida para edificações cujo projeto tenha sido devidamente aprovado pela Prefeitura, sendo permitida apenas uma licença de acréscimo para a mesma edificação.

Seção IV  
"Habite-se"

Art. 12 - Terminada a construção ou a reforma de uma edificação, qualquer que seja o seu destino, a mesma somente poderá ser habitada, ocupada ou utilizada após a concessão do "Habite-se", mediante a apresentação de:

I - requerimento;

II - guia do IBGE;

III - planta de locação da edificação em folha tamanho ofício, contendo nome e assinatura do proprietário, destino da edificação, desenho e numeração da quadra e dos lotes, projeção da(s) edificação (ões), vias circundantes, orientação norte-sul e setor;

IV - cópia do projeto aprovado.

§ 1º - O "Habite-se" será solicitado pelo proprietário ou pelo responsável técnico.



- § 29 - O "Habite-se" será dado pela Prefeitura depois de haver sido verificado:
- a) estar a construção completamente concluída;
  - b) ter sido obedecido o projeto aprovado;
  - c) ter sido construído passeio segundo normas da Prefeitura e solicitada a numeração oficial;
  - d) ter sido vistoriado pelas Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO - e Corpo de Bombeiros.
- § 39 - Estão isentas da vistoria do Corpo de Bombeiros as edificações destinadas a habitações individuais ou em série, exceto quando instaladas em edifícios com mais de 3 (três) pavimentos ou 750,00 m<sup>2</sup> (sete centos e cinquenta metros quadrados).
- § 49 - Poderá ser concedido, a critério da Prefeitura, o "Habite-se" em caráter parcial, desde que as partes concluídas respeitem os seguintes requisitos:
- a) que não haja perigo para o público e para os habitantes;
  - b) que preencham as condições de uso fixadas por este Código;
  - c) quando se tratar de edificações de mais de 1 (um) pavimento, que a estrutura, a alvenaria e o revestimento externo estejam concluídos.

Seção V  
"Demolições"

- Art. 13 - No caso de demolição total ou parcial, de qualquer obra, o interessado deverá obter prévia autorização da Prefeitura, solicitada por requerimento acompanhado pela planta de locação e pelo projeto, se for o caso.

Parágrafo Único - Se a edificação a demolir tiver mais de 2 (dois) pavimentos ou mais de 7,00 m (sete metros) de altura, será exigida responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

Art. 14 - A demolição total ou parcial das construções poderá ser imposta pela Prefeitura de acordo com o que estabelece a Seção VII, Capítulo I, do Título IV da presente lei.

## TÍTULO II

### NORMAS GENÉRICAS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 15 - As normas constantes deste Título são aplicáveis a toda e qualquer edificação.

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 - O alinhamento do lote será fornecido pela Prefeitura, quando da aprovação do projeto e indicado na planta de locação, obedecendo às diretrizes gerais ditadas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.

Art. 17 - A ocupação e aproveitamento dos lotes estarão de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, conforme determinação da Prefeitura.

Art. 18 - Além do disposto no artigo anterior, as edificações deverão atender ao seguinte:

I - terão área de iluminação e ventilação conforme o disposto no capítulo IV deste Título;

II - quando afastadas das divisas não poderão distar das mesmas menos de 0,80m (oitenta centímetros);

III - quando houver mais de uma edificação no lote, as mesmas atenderão ao seguinte:

- a) distância mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as edificações;
- b) cada edificação deverá atender às demais especificações deste código;
- c) todas as edificações obedecerão às determinações fixadas para a zona quanto ao uso e ocupação do solo conforme a Lei do Zoneamento.

Art. 19 - O pavimento térreo, quando sob pilotis, terá pé direito mínimo de 3,00 m (três metros).

Art. 20 - Em zonas do Município indicadas pela Prefeitura , os terrenos não edificados deverão ter, no alinhamento, fechos de alvenaria ou concreto com 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de altura.

*Alterado  
pela Lei  
nº 5.710  
de 06.11.80*

Art. 21 - Em terrenos edificados, as divisas deverão ser dotadas de fechamento.

§ 19 - Os fechamentos que constituírem divisas laterais ou de fundo, deverão ter altura máxima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) em relação ao nível do terreno mais alto.

§ 29 - As edificações construídas com recuo de frente deverão ter a testada fechada por mureta ou gradil de altura igual ou inferior a 1,00 m (um metro) ou cerca viva, ou ainda poderão ser dispensadas do fechamento de frente desde que nos terrenos seja mantido um ajardinamento rigoroso.

§ 39 - A altura da mureta ou gradil poderá ser de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) nas zonas onde não houver obrigatoriedade de recuos de frente, e nas demais, quando a mureta ou o gradil estiverem recuados, no mínimo 1,00 m (um metro) do alinhamento.

Art. 22 - Em zonas do Município indicadas pela Prefeitura, será obrigatória a construção dos passeios dos logradouros em toda a extensão das testadas dos terrenos.

§ 19 - Os passeios deverão apresentar uma declividade de 3% (três por cento), do alinhamento para o meio-fio.

§ 20 - Em logradouro não dotado de meio-fio, será exigida apenas a construção de passeio provisório de largura mínima de 0,75 m (setenta e cinco centímetros), sendo exigida a substituição deste passeio pelo definitivo, desde que seja colocado meio-fio no logradouro.

Art. 23 - A Prefeitura poderá construir os fechos de alvenaria e/ou os passeios previstos neste capítulo, ficando, no entanto, o proprietário na obrigação do respectivo pagamento à Prefeitura, na forma estabelecida pela Lei.

## CAPÍTULO II

### MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PROCESSOS CONSTRUTIVOS

Art. 24 - As fundações, estruturas, lajes, coberturas, paredes e acabamentos, serão projetados, calculados e executados, de acordo com as respectivas normas técnicas oficiais.

Art. 25 - As fundações, os componentes estruturais, as coberturas e as paredes serão completamente independentes das edificações vizinhas já existentes e deverão sofrer interrupção na linha de divisa.

§ 1º - A cobertura, quando comum a edificações agrupadas horizontalmente, será dotada de estruturas independentes para cada unidade autônoma e a parede divisória deverá ultrapassar o teto chegando até à altura do último elemento da cobertura, de forma que haja total separação entre os forros.

§ 2º - As águas pluviais provenientes das coberturas deverão escoar dentro dos limites do imóvel, não sendo permitido o desaguamento diretamente sobre os lotes vizinhos ou logradouros.

Art. 26 - A estabilidade, a segurança, a higiene, a salubridade, o conforto térmico e acústico da edificação, dos seus compartimentos e do usuário serão assegurados pelo adequado emprego, dimensionamento e aplicação dos materiais conforme exigido neste Capítulo.

Art. 27 - A Prefeitura poderá impedir o emprego de material, instalação ou equipamento considerado inadequado ou com defeito que possa comprometer as condições mencionadas no artigo anterior.

Art. 28 - No cálculo das fundações serão obrigatoriamente considerados os seus efeitos para com as edificações vizinhas e os logradouros públicos ou as instalações de serviços públicos.

- Art. 29 - A fundação, qualquer que seja o seu tipo, deverá ficar situada inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo em nenhuma hipótese, avançar sobre o passeio do logradouro ou sobre os imóveis vizinhos.
- Art. 30 - Deverá ser impermeabilizada a parede total dos compartimentos que estiverem lateralmente em contato direto como o solo.
- Art. 31 - Nas cozinhas, banheiros e sanitários, o revestimento das paredes até o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de altura bem como dos pisos, deverá ser de material impermeável e lavável.
- Art. 32 - Na cozinha, sempre que houver pavimento superposto, o teto deverá ser construído de material incombustível.
- Art. 33 - Nos compartimentos sanitários providos de aquecedor a gás, carvão ou similar, deverá ser assegurada a ventilação por meio de aberturas próximas ao piso e ao teto.
- Art. 34 - Nas garagens fechadas, as paredes do piso ao teto e os pisos serão obrigatoriamente revestidos de material lavável e impermeável, dotados de ralos e torneiras.
- Art. 35 - As instalações e os equipamentos das edificações serão projetados, calculados e executados tendo em vista a segurança, a higiene e conforto dos usuários, de acordo com as normas técnicas oficiais.

Art. 36 - Será obrigatória a instalação para os serviços de água, esgoto, luz, força, telefone e gás, assim como dos dispositivos contra incêndios, nos casos exigidos pelas normas emanadas das autoridades competentes.

§ 1º - Nas construções executadas em vias não servidas por rede de esgoto será tolerado o uso de fossas sépticas.

§ 2º - As instalações elétricas devem ser construídas de acordo com as normas técnicas da CELG e ABNT.

§ 3º - Os postos de transformação (cabines elétricas com transformadores), quando exigidos pela CELG, devem ser construídos no pavimento térreo, ter as suas dimensões e outras exigências conforme normas técnicas da CELG e ABNT.

§ 4º - A construção do posto de transformação em subsolo será permitida, desde que sejam previstos dispositivos para escoamento de água em caso de inundação.

Art. 37 - Nas edificações implantadas no alinhamento dos logradouros, as águas pluviais provenientes dos telhados, marquises e outros locais voltados para o logradouro, deverão ser captadas em calhas e condutores para despejo na sarjeta do logradouro, passando sob os passeios.

Art. 38 - Não será permitido o despejo de águas pluviais na rede de esgoto, nem o despejo de esgotos ou de águas residuais e de lavagens nas sarjetas dos logradouros ou em galerias de águas pluviais, salvo os efluentes devidamente tratados conforme as normas emanadas da autoridade competente.

CAPÍTULO III  
MARQUISES E BALANÇOS

Art. 39 - As marquises nas fachadas de edifícios construídos no alinhamento de logradouro deverão obedecer às seguintes exigências:

- I - fazer sempre parte integrante da fachada como elemento estético;
- II - ter sempre largura 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) inferior à do passeio e, seja qual for o caso, balanço máximo de 3,00 m (três metros) e altura máxima de 4,00 m (quatro metros);
- III - não apresentar quaisquer de seus elementos estruturais ou decorativos abaixo da cota de 3,00m (três metros) em relação ao nível do passeio, salvo no caso de consolos, os quais, junto à parede, poderão ter sua cota reduzida para 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- IV - não prejudicar a arborização e a iluminação pública nem ocultar placas de nomenclatura e outras indicações oficiais dos logradouros;
- V - serem construídas de material incombustível e resistente à ação do tempo;
- VI - ter, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício, junto à qual será convenientemente disposta calha provida de condutores para coletar e encaminhar as águas sob o passeio até a sarjeta do logradouro;
- VII - ser providas de cobertura protetora, quando revestidas de vidro estilhaçável ou de material quebrável;
- VIII - ser construída, até a linha da divisa das respectivas fachadas, a fim de evitar qualquer solução de continuidade entre as marquises contíguas, ressalvados os casos especiais ou previstos por este Código.



§ 19 - As marquises da mesma quadra terão altura e balanço uniformes, salvo se o logradouro for acentuadamente em declive.

§ 29 - Nas quadras onde já existirem marquises construídas conforme esta Lei, serão adotados a altura e o balanço de uma delas para padrão das que de futuro ali se construírem.

§ 39 - Não sendo aconselhável, por motivos estéticos, a reprodução das características lineares de marquises já existentes, o órgão competente da Prefeitura poderá adotar outras como padrão.

§ 49 - Quando construídas em logradouro de grande declividade, as marquises compor-se-ão de tantos segmentos horizontais quantos forem convenientes.

Art. 40 - Nas edificações a serem construídas em lotes localizados em logradouros onde é obrigatório o recuo frontal e onde o pavimento térreo destina-se a comércio, poderão ser construídas marquises nas suas fachadas, observados os seguintes requisitos:

I - ter a altura máxima do pavimento térreo;

II - ter balanço máximo de 3,00 m (três metros).

Parágrafo Único - Para proteção das entradas de edifícios exclusivamente residenciais, serão permitidas pequenas marquises.

Art. 41 - Será permitido o avanço sobre o logradouro ou recuos, de elementos de proteção e/ou composição de fachadas até a largura máxima de 0,60 m (sessenta centímetros), acima do 1º pavimento (térreo).

Art. 42 - Será permitida a existência de varandas privativas abertas em balanço, sobre o recuo frontal e/ou lo gradouro, quando atendido os seguintes requisitos:

I - ter sempre largura 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) inferior à do passeio e, seja qual for o caso, balanço máximo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e altura mínima igual à do 1º pavimento (térreo).

II - não ser utilizada como circulação obrigatória ;

III - quando sobre o logradouro, a altura mínima será igual a do pavimento térreo.

Art. 43 - Nas zonas onde é permitido o balanço dos 2º e 3º pavimentos até o alinhamento do lote, a altura li vre sob o balanço será sempre igual a 4,85m (quatro metros e oitenta e cinco centímetros) em relação ao nível do passeio.

Parágrafo Único - No que se refere ao presente artigo, a área compreendida sob o balanço não terá fechamentos la terais e sua utilização será permitida desde que não implique em qualquer fechamento.

Art. 44 - Em lotes de esquina, situados em zona onde não houver obrigatoriedade de recuo frontal, e o chanfro não ultrapassar a dimensão de 7,50 m (sete metros e cinquenta centímetros), será permitido balanço a berto ou fechado sobre o mesmo, desde que atinja no máximo o prolongamento dos limites frontais do lote.

CAPÍTULO IV  
VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 45 - Para efeito de iluminação e ventilação, todo compartimento, seja qual for o seu destino, deverá dispor de aberturas comunicando diretamente com os logradouros ou com espaços livres dentro do lote.

Parágrafo Único - Para efeito de ventilação, será exigido, no mínimo, a metade da abertura iluminante.

Art. 46 - Não serão considerados ventilados ou iluminados os compartimentos cuja profundidade, a partir da abertura iluminante, for maior que 3 (três) vezes o seu pê direito.

§ 19 - No caso de loja, será permitida uma profundidade de 5 (cinco) vezes o pê-direito.

§ 29 - No caso de compartimento cujas aberturas derem para terraços cobertos, alpendres e avarandados, a distância a que se refere o presente artigo será acrescida das larguras dos mesmos.

Art. 47 - Nenhum compartimento poderá ser iluminado através de outro, seja qual for a largura e a natureza da abertura de comunicação, excetuando-se os vestíbulos e as salas de espera.

- Art. 48 - Não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas do lote, bem como a menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.
- Art. 49 - As aberturas de compartimentos de permanência prolongada, quando confrontantes, em economias distintas, não poderão ter, entre elas, distância inferior a 3,00 m (três metros) embora sejam da mesma edificação.

## Seção II

### Classificação dos Compartimentos

- Art. 50 - Os compartimentos das edificações, conforme sua destinação, assim se classificam:
- I - de permanência prolongada;
  - II - de permanência transitória;
  - III - especiais;
  - IV - sem permanência.
- Art. 51 - Compartimentos de permanência prolongada são aqueles utilizados para uma, pelo menos, das funções ou atividades seguintes:
- I - dormir ou repousar;
  - II - estar ou lazer;
  - III - consumo de alimentos;
  - IV - trabalhar, ensinar ou estudar;
  - V - tratamento ou recuperação;
  - VI - reunir ou recrear.

**Parágrafo Único** - São compartimentos de permanência prolongada; entre outros, os seguintes:

- a) os dormitórios, quartos e salas em geral;
- b) lojas e sobrelojas, escritórios, oficinas e indústrias;
- c) salas de aula, estudo ou aprendizado e laboratórios didáticos;
- d) salas de leitura e bibliotecas;
- e) enfermarias e ambulatórios;
- f) refeitórios, bares e restaurantes;
- g) locais de reuniões e salões de festas;
- h) locais fechados para a prática de esportes ou ginástica.

**Art. 52** - Compartimentos de permanência transitória são aqueles utilizados para uma, pelo menos, das funções ou atividades seguintes:

- I - circulação e acesso de pessoas;
- II - higiene pessoal;
- III - depósito para guarda de materiais, utensílios ou peças, sem a possibilidade de qualquer atividade no local;
- IV - troca e guarda de roupas;
- V - lavagem de roupas e serviço de limpeza;
- VI - preparo de alimentos.

**Parágrafo Único** - São compartimentos de permanência transitória, entre outros, os seguintes:

- a) escadas e respectivos patamares, bem como rampas e seus patamares;
- b) hall de elevadores;
- c) corredores e passagens;
- d) átrios, vestíbulos e antecâmaras;

- e) cozinhas e copas;
- f) banheiros, lavabos e instalações sanitárias;
- g) depósitos domiciliares, despejos, rouparias e adegas;
- h) vestiários e camarins;
- i) lavanderias domiciliares, despejos e áreas de serviço;
- j) quarto de vestir.

Art. 53 - Compartimentos especiais são aqueles que, embora podendo comportar as funções ou atividades relacionadas no art. 51, apresentam características e condições adequadas à sua destinação especial.

Parágrafo Único - São compartimentos especiais, entre outros, os seguintes:

- a) auditórios e anfiteatros;
- b) cinemas, teatros e salas de espetáculos;
- c) museus e galerias de arte;
- d) estúdios de gravação, rádio e televisão;
- e) laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som;
- f) centros cirúrgicos e salas de Raios X;
- g) salas de computadores, transformadores e telefonia;
- h) locais para duchas e saunas;
- i) garagens;
- j) galpões para estocagem.

Art. 54 - Compartimentos sem permanência são aqueles que não comportam permanência humana ou habitabilidade, tais como:

- a) os subsolos ou porões;
- b) as câmaras frigoríficas, cofres-fortes, caixas d'água e similares.

**Art. 55 -** Compartimentos para outras destinações ou denominações não indicadas nos artigos precedentes desta seção ou que apresentem peculiaridades especiais, serão classificados com base nos critérios fixados nos referidos artigos, tendo em vista as exigências de higiene, salubridade e conforto, correspondentes à função ou atividade.

### Seção III Dimensões das Aberturas

**Art. 56 -** Nos compartimentos de permanência prolongada, os vãos destinados a iluminação e ventilação deverão ter área mínima de  $1/6$  (um sexto) da área do piso do compartimento.

**Art. 57 -** Nos compartimentos de permanência transitória, os vãos destinados à iluminação e ventilação deverão ter área mínima de  $1/8$  (um oitavo) da área do piso do compartimento.

**Parágrafo Único -** Excluem-se da obrigatoriedade deste artigo os seguintes casos:

- a) corredores e passagens com área igual ou inferior a 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);
- b) closets e quartos de vestir com área total igual ou inferior a 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados);
- c) depósitos com área igual ou inferior a 2,50 m<sup>2</sup> (dois vírgula cinquenta metros quadrados);
- d) escadas com edificações uni-habitacionais de até 2 (dois) pavimentos.

Art. 58 - Quando a iluminação/ventilação for zenital deverá obedecer às áreas mínimas já fixadas nos artigos 56 e 57.

Art. 59 - As áreas dos vãos de iluminação e ventilação fixadas para os compartimentos de permanências prolongadas e transitória, serão alteradas respectivamente para  $1/4$  (um quarto) e  $1/6$  (um sexto) da área do piso sempre que a abertura dar para terraço coberto, alpendre e avarandado com mais de 2,00 m (dois metros) de profundidade.

Art. 60 - Os compartimentos especiais que, em face das suas características e condições vinculadas a destinação, não devem ter aberturas diretas para o exterior, ficam dispensados da exigência do artigo 56. Essas compartimentos deverão, porém, apresentar, conforme a função ou atividade neles exercidas, condições adequadas segundo as normas técnicas oficiais de iluminação e ventilação por meios especiais, bem como, se for o caso, controle satisfatório de temperatura e de grau de umidade do ar.

#### Seção IV

#### Iluminação e Ventilação Indireta ou Artificial

Art. 61 - As aberturas para o exterior poderão ser dispensadas, nos casos expressamente previstos no presente artigo, desde que fiquem asseguradas, para os compartimentos, a iluminação por eletricidade e a perfeita renovação de ar, por meio de poços de ventilação e forro falso.



- § 19 - Os poços de ventilação e forros falsos serão admitidos exclusivamente nos seguintes compartimentos:
- a) banheiros e sanitários;
  - b) sanitários coletivos;
  - c) corredores, exceto o de edifícios de uso coletivo;
  - d) compartimentos especiais.
- § 29 - Os poços de ventilação deverão satisfazer aos seguintes requisitos:
- a) atender às áreas mínimas fixadas no Anexo I, conforme o número de pavimentos, permitindo a inscrição no Plano Horizontal de um círculo com diâmetro mínimo de 0,60 m (sessenta centímetros);
  - b) serem visitáveis e dotados de escada tipo marinheiro em toda a altura do poço.
- § 39 - A ventilação por forro falso em compartimentos contíguos deverá observar os seguintes requisitos:
- a) a abertura de ventilação deverá ter altura livre mínima de 0,20 m (vinte centímetros) e a distância máxima de 4,00 m (quatro metros) entre o vão de ventilação e o exterior;
  - b) a abertura de ventilação ser provida de veneziana basculante à entrada do compartimento, ou de grade ou tela metálica, bem como de proteção no exterior contra águas pluviais;
  - c) o tubo de ventilação ter revestimento liso;
  - d) a redução do pé-direito do compartimento onde for colocado o forro falso não ser inferior ao mínimo estabelecido por este Código para o referido compartimento.

Art. 62 - Para efeito de ventilação dos compartimentos de que trata o artigo anterior a área mínima das aberturas será equivalente a 1/6 (um sexto) da área do piso.

Art. 63 - Para casos de ventilação e iluminação não previstos nesta Lei, deverá ser apresentado projeto de talhado da solução adotada, que será analisada pelo órgão competente da Prefeitura, que a acatará ou não.

#### Seção V

#### Áreas de Iluminação e Ventilação

Art. 64 - Os compartimentos poderão ser iluminados e ventilados mediante aberturas para áreas de iluminação e ventilação.

§ 19 - As áreas de iluminação e ventilação serão classificadas em áreas abertas, semi-abertas e fechadas, conforme estejam definidas pelas paredes da edificação, pelas divisas, pela linha de afastamento ou testada do lote, segundo croquis dos anexos II, III e IV.

§ 20 - As dimensões mínimas das áreas abertas, semi-abertas e fechadas, de que trata o parágrafo anterior, serão fixadas em função dos compartimentos a serem iluminados e ventilados conforme tabelas dos anexos II, III e IV.

- § 39 - Não serão permitidas saliências ou balanços nas áreas mínimas estabelecidas para efeito de iluminação e ventilação de que trata este artigo.

CAPÍTULO I  
BANHEIROS E SANITÁRIOS

Art. 65 - Os banheiros e sanitários serão definidos de acordo com as peças que possuem:

I - (BBWC) - quando possuírem banheira, bidê, vaso sanitário e lavatório terão área mínima de 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados) e forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

II - (CHBWC) - quando possuírem chuveiro, bidê, vaso sanitário e lavatório terão área mínima de 2,50 m<sup>2</sup> (dois <sup>METROS</sup> vírgula cinquenta <sup>CENTÍMETROS</sup> metros quadrados) e forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

III - (CHWC) - quando possuírem chuveiro, vaso sanitário e lavatório terão área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) e forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 1,00 m (um metro);

IV - (WC) - quando possuírem vaso sanitário e lavatório terão área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) e forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo com diâmetro mínimo de 1,00 m (um metro).

- § 1º - O pé-direito mínimo dos compartimentos a que se refere o presente artigo será de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros).
- § 2º - Os banheiros e sanitários que se enquadrem no pre<sup>vis</sup>to nos itens I, II e III deste artigo, não poderão ter comunicação direta com a sala, copa, cozinha e despensa.
- § 3º - Os que se enquadrem no item IV não poderão ter comunicação direta com a cozinha e despensa.
- § 4º - O banheiro só poderá ter comunicação direta com dormitórios, quando houver um outro banheiro comum, ou a habitação se constituir em apenas uma sala, um dormitório e cozinha.
- § 5º - O vão de acesso dos banheiros deverá ter largura mínima de 0,60 m (sessenta centímetros).

Art. 66 - Quando for necessário agrupar banheiros e sanitários em um único compartimento, serão permitidos subcompartimentos com apenas uma peça:

I - O subcompartimento para chuveiro deverá permitir a inserção, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 0,90 m (noventa centímetros);

II - O subcompartimento para vaso sanitário ou para lavatório terá área mínima de 0,90 m<sup>2</sup> (zero vírgula noventa metros quadrados) e forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 0,80 m (oitenta centímetros).

- § 19 - As paredes internas divisórias dos subcompartimentos não devem exceder a 2,10 m (dois metros e dez centímetros) de altura.
- § 29 - O pé-direito mínimo do compartimento a que se refere o presente artigo será de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros).

## CAPÍTULO VI

## CIRCULAÇÃO HORIZONTAL - CORREDORES

Art. 67 - Os corredores de acesso a edifícios terão dimensões mínimas de:

I - 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura quando em edifícios residenciais ou comerciais até 3 (três) pavimentos;

II - 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura quando em edifícios residenciais ou comerciais de mais de 3 (três) pavimentos;

III - 2,00 m (dois metros) em edificações destinadas a local de reunião para até 200 (duzentas) pessoas, devendo ser acrescida de 1 cm (um centímetro) por pessoa que exceder este número;

IV - pé-direito de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros).

Art. 68 - Os corredores de circulação interna das edificações, terão as seguintes dimensões:

I - de residências - largura de 10% (dez por cento) do comprimento, com um mínimo de 0,80 m (oitenta centímetros);

II - de circulação coletiva até 50,00 m (cinquenta metros) de comprimento - largura de 6% (seis por cento) do comprimento, com um mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

III - de circulação coletiva acima de 50,00 m (cinquenta metros) de comprimento - largura de 4% (quatro por cento) do comprimento, com um mínimo de 3,00 m (três metros);

IV - pé-direito mínimo de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros).

Art. 69 - Todo corredor que tiver mais de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) de área, deverá ter iluminação natural e ventilação permanente adequada para cada 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) de área, no mínimo.

## CAPÍTULO VII CIRCULAÇÃO VERTICAL

### Seção I Escadas e Rampas

Art. 70 - As escadas terão as seguintes larguras mínimas:

I - 0,80 m (oitenta centímetros) em edifícios residenciais unifamiliares;

II - 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em edifícios residenciais e comerciais com até 3 (três) pavimentos;

III - 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em edificações de mais de 3 (três) pavimentos;

IV - 2,00 m (dois metros) em edificações destinadas a local de reunião, para até 200 (duzentas) pessoas, devendo ser acrescida de 1 cm (um centímetro) por pessoa, que exceder este número.

- § 19 - No caso da edificação possuir elevador, a largura mínima da escada poderá ser reduzida para 1,20 m (um metro e vinte centímetros).
- § 29 - Sempre que a largura da escada ultrapassar a 3,00m (três metros), será obrigatória a subdivisão por corrimãos intermediários, de tal forma que a subdivisão resultante não ultrapasse a largura de 2,00m (dois metros).
- § 39 - A largura mínima poderá ser reduzida para 0,80 m (oitenta centímetros), quando se tratar de escada de serviço, em edificações que disponham de outro acesso vertical por escada.

Art. 71 - Nos edifícios destinados a local de reunião não serão permitidas escadas com trecho em leque.

Art. 72 - As dimensões dos degraus serão fixadas em função do uso a que se destinam, sendo o cálculo feito de modo que o dobro da altura mais a largura do piso seja igual a "K", que varia de 0,60 a 0,65 m (sessenta a sessenta e cinco centímetros).

- § 19 - As dimensões para os degraus serão:
- a) para uso coletivo e privativo, altura máxima de 0,17 m (dezessete centímetros) e largura mínima de 0,28 m (vinte e oito centímetros);



b) para uso de serviço, altura máxima de 0,19 m (dezenove centímetros) e largura mínima de 0,25 m (vinte e cinco centímetros).

§ 2º - Nas escadas em leque, a largura mínima do degrau será de 0,07 m (sete centímetros) devendo, a 0,50 m (cinquenta centímetros) do bordo interno, apresentar as dimensões fixadas no presente artigo.

§ 3º - Sempre que o número de degraus exceder a 19 (dezenove), deverá ser intercalado patamar com profundidade mínima igual à largura da escada.

Art. 73 - Nas escadas em caracol, as dimensões dos degraus estabelecidas no parágrafo 1º do artigo 72, serão medidas a 0,50 m (cinquenta centímetros) da borda interna.

Parágrafo Único - As larguras mínimas das escadas serão de 0,60 m (sessenta centímetros) quando de uso privativo e 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para uso público.

Art. 74 - As escadas de edificações deverão dispor de passagem com altura livre de 2,00 m (dois metros) do acesso à escada.

Art. 75 - Nenhum ponto de cada pavimento poderá distar mais de 30,00 m (trinta metros) do acesso à escada.

Art. 76 - Nos edifícios onde houver obrigatoriedade de elevador, a escada, em todos os pavimentos, deverá ter comunicação direta com o hall social e o de serviço.



Art. 77 - Serão admitidas rampas de acesso, internas ou externas, desde que atendam ao seguinte:

I - deverão ser de material incombustível ou tratadas para tal;

II - o piso deverá ser antiderrapante;

III - a inclinação máxima será de 15% (quinze por cento);

IV - a largura mínima deverá ser de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

V - a altura mínima livre deverá ser de 2,00m (dois metros).

Seção II  
Elevadores

Art. 78 - A obrigatoriedade de assentamento de elevadores é regulamentada de acordo com os diversos parágrafos deste artigo, entendendo-se que o pavimento aberto em pilotis, a sobreloja e o pavimento de garagem são considerados, para efeito deste artigo, como paradas de elevador ou pavimentos.

§ 19 - Os elevadores deverão obedecer às normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, à sua instalação ou à sua utilização.

§ 29 - Será obrigatória a instalação de elevadores nas edificações de mais de quatro (4) pavimentos, e es cadas de incêndio nas edificações de mais de cinco (5) pavimentos, compreendido o térreo, e contados a partir deste, num só sentido, e naqueles em que a

distância vertical, medida a partir da soleira do acesso principal até o piso do último pavimento, exceda a 10,00 m (dez metros) para efeito de elevadores, e 15,00 m (quinze metros) para efeito de escadas de incêndio.

- § 39 - Nos edifícios de 8 (oito) ou mais pavimentos será obrigatória a instalação de dois elevadores.
- § 49 - Nos casos de obrigatoriedade de assentamento de dois elevadores ou mais, todos os pavimentos deverão ser servidos por, pelo menos, dois elevadores.
- § 59 - Não será considerado último pavimento o de uso privativo do penúltimo, nem o destinado, exclusivamente, para serviços do edifício ou morada do zelador.
- § 69 - Nos vestíbulos e áreas defronte de elevadores, em cada pavimento, a largura mínima será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), sendo exigido no térreo o mínimo de 2,00 m (dois metros).

Art. 79 - Em qualquer dos casos de obrigatoriedade de assentamento de elevador, deverá ser satisfeito o cálculo de tráfego e intervalo <sup>de tráfego</sup> na forma prevista em norma adequada da ABNT.

## CAPÍTULO VII

### DAS GARAGENS E DOS ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS

Art. 80 - As vagas para estacionamento serão adequadas aos diferentes tipos de veículos. Em qualquer caso, excluídos os espaços de acesso, circulação e manobra, as vagas não terão área inferior a 12,50 m<sup>2</sup> (doze

vírgula cinquenta metros quadrados), com largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), sendo obrigatório o mínimo de uma vaga por unidade comercial e residencial.

Art. 81 - Os espaços para guarda e estacionamento de veículos poderão ter pé-direito mínimo de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros), exceto no pavimento térreo quando este for sob "pilotis".

Art. 82 - As áreas livres (excluídas aquelas destinadas ao afastamento frontal, recreação infantil e circulação), poderão ser consideradas áreas de estacionamento de veículos, não sendo permitida, porém, a construção de cobertura.

Art. 83 - O local para guarda ou estacionamento de veículos em habitações unifamiliares atenderão ao seguinte:

I - não poderão ter comunicação direta com dormitórios;

II - quando em garagens fechadas:

a) terão abertura que assegurem ventilação permanente;

b) terão teto de material incombustível, quando existir pavimento superior;

c) poderão fazer parte integrante da edificação principal ou se constituir em edificações isoladas, desde que respeitem os requisitos obrigatórios para o local.

Art. 84 - As garagens coletivas, privativas ou comerciais, atenderão ao seguinte:

I - as vagas e as faixas de acesso e de circulação interna, serão dispostas de forma adequada a atender à finalidade prevista, bem como à lotação fixada e à segurança dos usuários. Os acessos de veículos deverão ter capacidade para absorver o fluxo de entrada e de saída nas horas de mais intenso movimento;

II - os espaços de acesso e circulação de veículos deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) as faixas de entrada e de saída de veículos deverão ter indicações correspondentes e sinalização de advertência para os que transitam no passeio, não podendo localizar-se em distância inferior a 5,00 m (cinco metros) de qualquer esquina;
- b) as faixas de acesso e de circulação interna para cada sentido de trânsito, terão largura mínima de 3,00 m (três metros), 5,00 m (cinco metros) quando de duplo sentido, sendo que no caso das garagens privativas o acesso poderá ter 3,00 m (três metros) de largura;
- c) as faixas de acesso e de circulação interna não terão curva com raio inferior a 3,00 m (três metros). As faixas de acesso com o desenvolvimento em curva de raio inferior a 12,00 m (doze metros) terão a sua largura aumentada de acordo com a fórmula:

$$L_{(m)} = 3,00_{(m)} + \frac{12,00_{(m)} - R_{(m)}}{12}$$

onde L é a largura da faixa em metros e R raio da curva em metros;

- d) as faixas terão declividade máxima de 20% (vinte por cento) tomada no eixo para os trechos em reta e na parte interna, mais desfavorável, para os trechos em curva. A sobre-elevação da parte externa ou declividade transversal não será superior a 5% (cinco por cento);
- e) o início das rampas para movimentação dos veículos, deverá obedecer aos recuos obrigatórios previstos para a edificação;
- f) as rampas terão pã-direito de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros), no mínimo.

III - Quando as garagens em edifícios ocuparem mais de um pavimento, devem estes ser interligados por escadas ou rampas que satisfaçam às condições de acesso para uso comum ou coletivo de pessoas, independentemente da existência de outros acessos;

IV - Quando as garagens em edifícios dispuserem de rampas ou de elevadores simples de veículos, e nelas haja circulação interna desses veículos, deverá haver:

- a) em todos os pavimentos, vãos para o exterior correspondentes a 1/30 (um trinta avos) da área do piso, permitindo ventilação cruzada;
- b) se os andares destinados à guarda ou estacionamento de veículos atingirem altura superior a 10,00 m (dez metros), calculados nos termos do parágrafo 1º e 2º do artigo 78 deste Código, deverão ser servidos por pelo menos 1 (um) elevador de passageiros;

V - Nos projetos deverão constar, obrigatoriamente, as indicações gráficas referentes à localização de cada vaga e dos esquemas de circulação desses veículos, não sendo permitido considerar, para efeito de cálculo das áreas necessárias aos locais de estacionamento, as rampas, as passagens, os acessos e a circulação.

TÍTULO III  
NORMAS ESPECÍFICAS

CAPÍTULO I  
APLICAÇÃO

Art. 85 - As normas específicas são complementares às normas genéricas das edificações, devendo os projetos obedecer a ambas as categorias, prevalecendo a especificidade apenas nos casos dos artigos seguintes.

CAPÍTULO II  
LOCAIS DE MORADIA

Seção I  
Generalidades

Art. 86 - São considerados locais de moradias, as residências isoladas, as residências geminadas, as residências em séries, os conjuntos residenciais, os edifícios de apartamentos, os hotéis, os motéis, as pensões e similares.

Art. 87 - Toda habitação terá no mínimo 35,00 m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros quadrados) de construção e um quarto, uma sala, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço e um local para guarda de veículos.

Parágrafo Único - O local para guarda de veículos deverá constar do projeto não podendo ser utilizados os recuos obrigatórios.

Art. 88 - As residências poderão ter duas peças conjugadas, desde que a peça resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões de cada uma delas.

Art. 89 - Será permitida a utilização de iluminação zenital nos seguintes compartimentos: vestíbulos, banheiros, corredores, depósitos e lavanderias.

Parágrafo Único - Nos demais compartimentos, será tolerada iluminação e ventilação zenital quando esta concorrer no máximo com até 50% (cinquenta por cento) da iluminação e ventilação requeridas, sendo a restante proveniente de abertura direta para o exterior, no plano vertical.

## Seção II

### Dimensão dos Compartimentos

#### Subseção Ia.

##### Das Salas

Art. 90 - As salas de edifícios residenciais deverão ter:

I - área mínima de 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados);

II - forma tal que permita a inscrição no plano do piso de um círculo de diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

III - pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único - No caso de haver mais de uma sala na mesma morada, as demais poderão ter área mínima de 9,00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), com forma tal que permita a inscrição no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Subseção 2a.  
Dos Dormitórios

Art. 91 - Os dormitórios deverão ter:

- I - área mínima de 11,00 m<sup>2</sup> (onze metros quadrados);
- II - forma tal que permita a inscrição no plano do piso de um círculo de diâmetro mínimo de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros);
- III - pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 1º - No caso de haver mais de um dormitório na mesma no radia, as demais poderão ter área mínima de 9,00m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), com forma tal que permita a inscrição no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

§ 2º - Os dormitórios de empregados domésticos terão área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados), e forma tal que permita a inscrição no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2,00m (dois metros).



§ 3º - Os dormitórios não poderão ter ligação direta com a cozinha e a garagem.

Art. 92 - Poderá existir quarto de vestir quando:

I - na moradia houver mais de dois dormitórios;

II - obrigatoriamente, comunicar-se com os dormitórios;

III - atender às condições determinadas no Capítulo IV do título II deste Código, para iluminação e ventilação, e possuir área superior a 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados).

Subseção 3a.

Das cozinhas, copas e depósitos em residências

Art. 93 - As cozinhas e copas deverão ter:

I - área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados);

II - forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros);

III - pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

IV - teto construído com material incombustível quando existir pavimento superposto.

Art. 94 - Os depósitos em residências terão normalmente área máxima de 2,50 m<sup>2</sup> (dois vírgula cinquenta metros quadrados) quando não possuírem iluminação e/ou ventilação.

Parágrafo Único - Poderã existir depósitos com área superior a 2,50 m<sup>2</sup> (dois vírgula cinquenta metros quadra dos) quando:

- a) possuírem iluminação e ventilação;
- b) houver na habitação, no mínimo, 2 (dois) dor mitórios e 1 (um) quarto de empregado domés tico;
- c) o depósito tiver comunicação direta com a co zinha, ou a copa, ou a área de serviço ou a garagem.

Art. 95 - As cozinhas e os depósitos não poderão constituir passagem obrigatória entre as salas e os dormitō rios, os dormitórios e os banheiros ou sanitários, ou entre dormitórios.

Subseção 4a.  
Das áreas de serviço

Art. 96 - As áreas de serviço terão:

- I - área mínima de 1,80 m<sup>2</sup> (um vírgula oitenta me tros quadrados);
- II - forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de 1,00 m (um metro);
- III - pē-direito mínimo de 2,25 (dois metros e vin te e cinco centímetros).

Parágrafo Único - Quando existir edícula a área de serviço deverá obrigatoriamente localizar-se na mesma e ser obrigatoriamente aberta em uma das faces.

Seção III  
Residência Isolada

- Art. 97 - Consideram-se residências isoladas as habitações uni familiares com 1 (um) ou 2 (dois) pavimentos, ou em função da topografia, no máximo 3 (três) pavi mentos.
- Art. 98 - A cada residência isolada deverá corresponder 1 (um) lote.
- Art. 99 - As edículas ou dependências de serviço poderão exis tir separadas da edificação principal quando:
- I - respeitarem as condições de ocupação estabela cida pela Lei de Zoneamento;
  - II - tiverem área máxima construída de 30,00 m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados);
  - III - fizerem, obrigatoriamente, parte integrante da habitação.

Seção IV  
Residências Geminadas

- Art. 100 - Consideram-se residências geminadas 2 (duas) uni dades de moradia contíguas, que possuam uma para de comum.
- Art. 101 - Será permitida, em cada lote, a edificação de, no máximo 2 (duas) casas geminadas, desde que satis façam às seguintes condições:
- I - constituírem, especialmente no seu aspecto es tético, uma unidade arquitetônica definida;

II - observarem condições de ocupação fixadas pela Lei de Zoneamento;

III - a parede comum às residências deverá ser de alvenaria, com espessura mínima de 0,25 m (vinte e cinco centímetros), alcançando o ponto mais alto da cobertura;

IV - cada uma das unidades deverá obedecer às demais normas estabelecidas por este Código;

V - seja indicada no projeto a fração ideal de terreno de cada unidade, que não poderá ser inferior a 180,00 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados).

**Art. 102 -** A propriedade das residências geminadas só poderá ser desmembrada quando cada unidade:

I - tiver área mínima de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) e testada mínima de 12,00 m (doze metros);

II - atender às condições de ocupação estabelecidas pela Lei de Zoneamento.

#### Seção V

#### Residências em Série Transversais ao Alinhamento Predial

**Art. 103 -** Consideram-se residências em série transversais ao alinhamento predial, o agrupamento de 3 (três) ou mais moradias cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades de moradia no mesmo alinhamento.

Parágrafo Único - O conjunto deverá atender às exigências estabelecidas para o local pela Lei de Zoneamento.

Art. 104 - As edificações de residências em série transversais ao alinhamento predial deverão obedecer às seguintes condições:

I - o acesso se fará por um corredor que terá largura mínima de:

a) 4,00 m (quatro metros) quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso;

b) 6,00 m (seis metros) quando as edificações estiverem dispostas de ambos os lados do corredor;

II - quando houver mais de 5 (cinco) moradias no mesmo alinhamento, será feito um bolsão de retorno, cujo diâmetro deverá ser igual a 2 (duas) vezes a largura do corredor de acesso;

III - para cada unidade de moradia deverá haver, no mínimo, uma área livre, equivalente à área de projeção da moradia, não sendo computada a área do recuo de frente;

IV - cada conjunto de 5 (cinco) unidades terá uma área correspondente à projeção de uma moradia, destinada a "play ground" de uso comum;

V - cada uma das unidades deverá obedecer às demais normas estabelecidas por este código;

VI - o terreno deverá permanecer de propriedade de uma só pessoa ou de um condomínio, mantendo-se as exigências fixadas pela Lei de Zoneamento.

## Seção VI

## Residências em série, paralelas ao alinhamento predial

Art. 105 - Consideram-se residências em série, paralelas ao alinhamento predial, aquelas que, situando-se ao longo do logradouro público oficial, dispensam a abertura de corredor de acesso às unidades de moradia, não podendo ser em número superior a 20 (vinte) ou inferior a 3 (três).

§ 1º - O conjunto deverá atender às exigências estabelecidas para o local, pela Lei de Zoneamento.

§ 2º - A propriedade do imóvel só poderá ser desmembrada quando cada unidade estiver de acordo com as exigências do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.

Art. 106 - As edificações de residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - a testada de cada unidade terá no mínimo, 6,00 m (seis metros);

II - cada unidade possuirá área livre igual à área de projeção da moradia;

III - para cada 10 (dez) unidades haverá área igual ao dobro da área de projeção de uma moradia, destinada a "play ground" de uso comum;

IV - cada uma das unidades deverá obedecer às demais normas estabelecidas por este código.

Seção VII  
Conjuntos Residenciais

- Art. 107 - Consideram-se conjuntos residenciais aqueles que tenham 50 (cinqüenta) ou mais unidades de moradia, respeitadas as seguintes condições:
- I - o conjunto deverá atender ao estabelecido na Lei de Zoneamento e às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia;
  - II - o terreno deverá ter 10.000,00 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) no mínimo;
  - III - a largura dos acessos às moradias será determinada em função do número de moradias a que irá servir, sendo de 6,00 m (seis metros) a largura mínima;
  - IV - o acesso às moradias deverá ser pavimentado;
  - V - cada moradia terá área livre igual à área de projeção da moradia;
  - VI - para cada 20 (vinte) unidades de moradia ou fração haverá "play ground" comum, com área equivalente a 1/5 (um quinto) da soma das áreas de projeção das moradias;
  - VII - além de 100 (cem) unidades de moradia, será reservada área para escola e comércio vicinal;
  - VIII - o terreno será convenientemente drenado;
  - IX - serão previstas rede de iluminação e rede de água e esgoto;
  - X - os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos e/ou de moradias isoladas;

XI - o terreno, no todo ou em partes, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela desmembrada atenda às determinações fixadas pela Lei de Zoneamento;

XII - as edificações deverão obedecer às demais exigências deste código.

Seção VIII  
Edifícios Residenciais

Art. 108 - Os edifícios de 3 (três) ou mais pavimentos, e/ou 8 (oito) ou mais apartamentos possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria, dotado de caixa receptora de correspondência.

Parágrafo Único - Quando o edifício dispuser de menos de 3 (três) pavimentos, e/ou menos de 8 (oito) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa coletora de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 109 - Os edifícios que, obrigatoriamente, forem servidos por elevadores, ou os que tiverem mais de 15 (quinze) apartamentos, deverão ser dotados de apartamento para moradia de zelador.

§ 1º - O programa e as áreas mínimas deverão ser: sala com 9,00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), dormitórios com 9,00 m<sup>2</sup> (nove metros quadrados), cozinha com 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados), sanitários-CHBWC com 2,50 m<sup>2</sup> (dois vírgula cinquenta metros quadrados) e local para tanque.



§ 29 - Os edifícios não enquadrados nas disposições deste artigo deverão ser dotados de, no mínimo, um sanitário (CHWC) destinado ao zelador.

Art. 110 - Nos edifícios de que trata o artigo anterior será obrigatória a instalação de coletor de lixo, dotado de tubo de queda e de depósito com capacidade suficiente para acumular, durante 48 hs. (quarenta e oito horas), os detritos provenientes dos apartamentos, sendo que:

I - o tubo de queda deverá ter, internamente, superfície lisa e diâmetro mínimo de 0,40 m (quarenta centímetros);

II - deverão existir bocas de carregamento em todos os pavimentos;

III - o tubo de queda deverá ser ventilado na parte superior e elevar-se 1,00 m (um metro), no mínimo, acima da cobertura.

Art. 111 - As garagens dos edifícios residenciais, além de atender ao disposto no Capítulo VIII do Título II, terão o número de vagas fixado em função da área de construção:

I - para edifícios com apartamentos de área até 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), uma vaga para cada 2 (dois) apartamentos;

II - para edifícios com apartamentos de área entre 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) e 180,00 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados), uma vaga para cada apartamento;

III - para edifícios com apartamentos de área entre 180,00 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) e 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), 1 1/2 (uma e meia) vagas para cada apartamento;

IV - para edifícios com apartamentos de área acima de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), 2 (duas) vagas para cada apartamento;

V - o recuo de frente obrigatório não poderá ser utilizado como área de estacionamento de veículos.

Art. 112 - Os edifícios com área total de construção superior a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) disporão, obrigatoriamente, de espaço descoberto para recreação infantil, que atenda às seguintes exigências:

I - ter área correspondente a 3% (três por cento) da área total de construção, observada a área mínima de 22,50 m<sup>2</sup> (vinte e dois vírgula cinquenta metros quadrados);

II - conter no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

III - situar-se junto a espaços livres externos ou internos;

IV - estar separado de local de circulação ou estacionamento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso direto à circulação vertical;

V - conter equipamentos para recreação de crianças;

VI - ser dotado, se estiver em piso acima do solo, de fecho de altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros), para proteção contra queda.

#### Seção IX

#### Hotéis, pensionatos e similares

Art. 113 - Os edifícios de hotéis, pensionatos, casas de pensão, motéis e similares são os que se destinam à hospedagem de permanência temporária, com existência de serviços comuns.

Art. 114 - Conforme suas características, classificam-se em:

- I - hotéis;
- II - pensionatos;
- III - casas de pensão;
- IV - motéis.

Art. 115 - Quando se constituírem em edificações mistas, os hotéis, pensionatos e similares terão sempre acesso próprio, independente e fisicamente separado do acesso de uso comum ou coletivo do edifício.

Art. 116 - Os edifícios de hotéis, pensões, motéis, pensionatos e similares deverão dispor, no mínimo, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção ou espera;
- II - quartos de hóspedes;

III - acesso e circulação de pessoas;

IV - sanitários;

V - serviços;

VI - acessos e estacionamento de veículos.

Art. 117 - Os edifícios de hotéis, pensões, hotéis, pensio-  
natos e similares, deverão dispor de instalações  
sanitárias para uso dos hóspedes e dos empregados,  
em número correspondente ao total da área cons-  
truída dos andares servidos, conforme disposto no  
anexo V.

§ 199- Quando as instalações sanitárias para hóspedes  
não estiverem localizadas no mesmo andar dos com-  
partimentos a que deverão servir, ficarão situa-  
das pelo menos em andar imediatamente inferior ou  
superior cujo desnível não seja superior a 3,00 m  
(três metros).

§ 20 - Em qualquer caso, a distância de qualquer quarto,  
apartamento ou alojamento de hóspedes até a insta-  
lação sanitária não deverá ser superior a 50,00m  
(cinquenta metros).

Art. 118 - Os edifícios de hotéis, pensionatos, pensões, ho-  
téis e similares com área superior a 750,00m<sup>2</sup> (se-  
tecentos e cinquenta metros quadrados), deverão  
ter ainda, com acesso pelas áreas de uso comum ou  
coletivo e independente de eventual residência de  
zelador, pelo menos os seguintes compartimentos

de uso dos encarregados do serviço do prédio:

I - sanitários, conforme disposto no anexo V;

II - depósitos ou armários para material de limpeza, de consertos e outros fins;  
mínima

III - vestiário com área/de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo Único - Nos edifícios com área inferior a 750,00m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) será obrigatório apenas o compartimento mencionado no item I deste artigo.

Subseção 1a.  
Hotéis

Art. 119 - Todos os hotéis com área total de construção superior a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) deverão satisfazer ainda aos seguintes requisitos:

I - próximo à porta de ingresso, cuja largura mínima será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), deverá ficar o compartimento ou ambiente de recepção, espera, registro (portaria) e comunicação;

II - os quartos de hóspedes terão:

a) quando destinados a uma só pessoa, área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do pi

so, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros);

- b) quando destinados a duas pessoas, área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) e forma tal que permita no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

III - os apartamentos de hóspedes observarão as mesmas áreas mínimas estabelecidas no item anterior e terão em anexo pelo menos 1 (um) banheiro (CHWC) com área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);

IV - os dormitórios que não dispuserem de banheiros deverão ser dotados, internamente, de lavatórios.

Art. 120 - Além dos compartimentos expressamente exigidos nos artigos anteriores deste capítulo, os hotéis terão, pelo menos, salas de estar ou de visitas e compartimentos destinados a refeição, copa, cozinha, despensa, lavanderia, vestiários de empregados e escritório do encarregado do estabelecimento de acordo com as seguintes condições:

I - as salas de estar ou visitas e os compartimentos destinados a refeição e cozinha serão obrigatoriamente ligados aos acessos de uso comum ou coletivos e cada um deverá:

- a) ter área mínima de 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), se o total das áreas dos compartimentos utilizados para hospedagem for igual ou inferior a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e

cinquenta metros quadrados);

b) ter área mínima fixada na alínea anterior acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) ou fração, da área total de compartimentos para hospedagem, que exceda a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).

II - os compartimentos para copa, despensa e lavanderia terão cada um a área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), a que será também acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) ou fração, da área total de compartimentos para hospedagem, que exceder a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

III - o vestiário de empregados terá área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), a qual será acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) ou fração da área total de compartimentos para hospedagem que exceder a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

IV - o compartimento ou ambiente do escritório do encarregado do estabelecimento terá área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados).

Art. 121 - Deverá ser prevista área para estacionamento de veículos, correspondente a 1 (uma) vaga para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área total construída.

Art. 122 - Os hotéis com área total de construção igual ou inferior a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) estarão sujeitos às exigências previstas na Subseção 3a.

Subseção 3a.

Pensionatos

Art. 123 - Os pensionatos, casas de estudantes e outras modalidades de hospedagem semipermanente deverão obedecer ainda aos seguintes requisitos:

I - próximo à porta de ingresso deverá ficar o compartimento ou ambiente de recepção, espera ou registro (portaria);

II - os quartos de hóspedes terão:

a) área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros), quando destinados a uma pessoa;

b) área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) e forma tal que permita no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), quando destinado a 2 (duas) pessoas.

III - os apartamentos de hóspedes observarão as mesmas áreas mínimas estabelecidas no item anterior e terão em anexo pelo menos um banheiro-CHWC, com área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);



IV - os dormitórios coletivos ou alojamentos terão área correspondente a 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por leito.

Art. 124 - Além dos compartimentos expressamente exigidos nos artigos anteriores desta seção, os pensionatos terão, pelo menos, salas de estar ou visitas e compartimentos destinados a refeições, cozinha, despensa, lavanderia e escritório do encarregado do estabelecimento, de acordo com as seguintes condições:

I - as salas de estar ou visitas e os compartimentos destinados a refeições ou cozinha serão obrigatoriamente ligados aos acessos de uso comum ou coletivo e cada um deverá:

- a) ter área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros), se o total das áreas dos compartimentos que possam ser utilizados para hospedagem for igual ou inferior a 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados);
- b) ter área mínima fixada na alínea anterior acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados) ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem, que exceder de 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados).

II - os compartimentos para copa, despensa e lavanderia terão, cada um, a área mínima de 4,00 m<sup>2</sup>

(quatro metros quadrados) a qual será também acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) ou fração, da área total de compartimentos para hospedagem que exceder de 150,00 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados);

III - o compartimento ou ambiente de escritório do encarregado do edifício terá área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

Subseção 3a.  
Casas de Pensão

Art. 125 - As casas de pensão e outras modalidades de hospedaria de permanência mais prolongada do que os hotéis, deverão obedecer ainda aos seguintes requisitos:

I - terão ambiente ou compartimento para recepção ou portaria situada próximo à porta de ingresso;

II - os quartos de hóspedes terão:

a) área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados), e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros) quando destinado a uma pessoa;

b) área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com o diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) quando destinado a 2 (duas) pessoas.

Art. 126 - As casas de pensão ainda terão, pelo menos, com partimentos para refeição e cozinha com acessos pelas áreas de uso comum ou coletivo e lavanderias de acordo com as seguintes condições:

I - o compartimento para refeição terá área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

II - o compartimento para cozinha terá área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados);

III - o compartimento para lavanderia terá área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 127 - As casas de pensão com área total de construção igual ou superior a 400,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados) deverão dispor de área destinada a estacionamento de veículos, correspondente a uma vaga para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de construção.

Art. 128 - Se a edificação apresentar área total de construção superior a 750,00 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados) deverá satisfazer às condições fixadas para os hotéis (Subseção Ia).

#### Subseção 4a.

#### Motéis

Art. 129 - Os motéis se caracterizam pelo estacionamento dos veículos próximos às respectivas unidades distintas e autônomas destinadas a hospedagem, devendo satisfazer às seguintes exigências:

I - terão cada unidade distinta e autônoma para hospedar, constituída de:

- a) quarto com área de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) quando destinado a uma pessoa ou com área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) quando destinado a duas pessoas e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros) e 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), respectivamente;
- b) instalação sanitária dispondo, pelo menos, de lavatório, vaso sanitário e chuveiro, em compartimento cuja área não seja inferior a 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) - CHWC. Não se aplica a este caso o disposto no Anexo V.

II - terão compartimentos para recepção, escritório e registro (portaria), com área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros);

III - terão compartimentos para lavanderia com área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), a qual será acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem, que exceder a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);

IV - terão espaço para acesso e estacionamento de veículos na proporção mínima de uma vaga para cada unidade distinta e autônoma que possa ser utilizada para hospedagem.

Art. 130 - Se o hotel tiver serviço de refeição, deverá ser provido ainda de:

I - compartimento para refeições e cozinha, ligados entre si. Cada um desses compartimentos deverá:

- a) ter área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados), se o total das áreas dos compartimentos, que possam ser utilizados para hospedagem, for igual ou inferior a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados);
- b) ter a área mínima fixada na alínea anterior acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 35,00 m<sup>2</sup> (trinta e cinco metros quadrados) ou fração, de área total dos compartimentos para hospedagem que exceder de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).

II - compartimentos para copa, despensa e lavanderia, cada um com área de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), a qual será acrescida de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados) ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem que exceder a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).

### CAPÍTULO III COMÉRCIO A VAREJO

Art. 131 - Para as edificações destinadas a comércio a varejo e serviços, além das disposições deste Código referentes às edificações em geral, é obrigatório o atendimento dos requisitos constantes neste Capítulo.

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 132 - As lojas deverão atender às seguintes exigências:

I - área mínima de 14,00 m<sup>2</sup> (quatorze metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

II - pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros).

Art. 133 - Os sanitários para as lojas terão suas dimensões fixadas de acordo com o disposto no Capítulo V do Título II e quantificações em função da área da loja:

I - para lojas de área até 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), um lavatório e um vaso sanitário;

II - para lojas de área entre 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) e 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) dois lavatórios e dois vasos sanitários, divididos por sexo;

III - para lojas com área superior a 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) será acrescido um lavatório e um vaso sanitário para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) ou fração que exceda a 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados).

Art. 134 - Quando existirem sobrelojas, as mesmas deverão atender ao seguinte:

I - ter obrigatoriamente comunicação direta com a loja correspondente;

II - ter p $\acute{e}$ -direito m $\acute{i}$ nimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta cent $\acute{m}$ etros) quando a  $\acute{a}$ rea da sobreloja corresponder a 50% (cinquenta por cento) ou mais da  $\acute{a}$ rea da loja;

III - ter p $\acute{e}$ -direito m $\acute{i}$ nimo de 2,25 m (dois metros e vinte e cinco cent $\acute{m}$ etros) quando a  $\acute{a}$ rea da sobreloja corresponder a menos de 50% (cinquenta por cento) da  $\acute{a}$ rea da loja;

IV - ter p $\acute{e}$ -direito m $\acute{i}$ nimo de 2,00 m (dois metros) quando a  $\acute{a}$ rea da sobreloja corresponder a menos de 20% (vinte por cento) da  $\acute{a}$ rea da loja.

Par $\acute{a}$ grafo  $\acute{U}$ nico - No que se refere aos itens III e IV do presente artigo, o p $\acute{e}$ -direito da loja na  $\acute{a}$ rea de proje $\tilde{c}$ o da sobreloja, poder $\acute{a}$  ser de 2,50 m (dois metros e cinquenta cent $\acute{m}$ etros).

## Se $\tilde{c}$ o II Edif $\acute{c}$ ios Comerciais

Art. 135 - Nos edif $\acute{c}$ ios comerciais as salas para escrit $\acute{o}$ rios poder $\tilde{a}$ o ter:

I -  $\acute{a}$ rea m $\acute{i}$ nima de 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) e forma tal que permita a inscri $\tilde{c}$ o, no plano do piso, de um c $\acute{r}$ culo com di $\acute{a}$ metro m $\acute{i}$ nimo de 2,85 m (dois metros e oitenta e cinco cent $\acute{m}$ etros);

II - p $\acute{e}$ -direito m $\acute{i}$ nimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta cent $\acute{m}$ etros).

§ 19 - Cada sala deverá dispor de instalação sanitária (WC), conforme estabelecido no Capítulo V do Título II.

§ 29 - Para cada sala ou grupo de salas com área superior a 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), utilizados por mesmo ocupante, é obrigatório existir uma instalação sanitária (WC) para cada sexo.

Art. 136 - Nos edifícios com mais de 10 (dez) salas de escritório é obrigatória a existência de instalações para portaria no hall de entrada.

Parágrafo Único - Nos edifícios que tenham menos de 10 (dez) salas, será obrigatória a instalação de caixa coletora de correspondência por sala, em local visível no hall.

Art. 137 - Nos edifícios de que trata o artigo anterior, será obrigatória a instalação de coletor de lixo, dotado de tubo de queda e depósito com capacidade para acumular durante 48 (quarenta e oito) horas os detritos provenientes das salas, sendo que:

I - o tubo de queda deverá, internamente, ter superfície lisa, e diâmetro mínimo de 0,40 m (quarenta centímetros);

II - deverão existir bocas de carregamento em todos os pavimentos;

III - o tubo de queda deverá ser ventilado na parte superior e elevar-se 1,00 m (um metro), no mínimo



nimo, acima da cobertura.

Seção III  
Das Galerias

Art. 138 - Será permitida, nos edifícios, a abertura de galerias de passagens internas, no pavimento térreo ou em pavimento imediatamente superior ou inferior ao térreo, com largura mínima de 4,00 m (quatro metros) e pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), para o fim especial de acesso a lojas e/ou conexão entre duas ruas.

§ 19 - A largura e o pé-direito dessas galerias serão de no mínimo 1/20 (um vinte avos) do seu comprimento .

§ 29 - As galerias de passagem interna que não possuam lojas diretamente abertas para elas poderão ter largura correspondente no mínimo a 1/25 (um vinte e cinco avos) de seu comprimento, observando-se a largura mínima de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros) e pé-direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 139 - O hall de elevadores que se ligar a galerias deverá:

I - formar um remanso;

II - não interferir com a circulação das galerias;

III - constituir ambiente independente;

IV - ter área no mínimo igual ao dobro da soma das áreas das caixas de elevadores e largura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 140 - As lojas que abram para galerias poderão ser dis pensadas de iluminação e ventilação diretas quando sua profundidade não exceder a 1 1/2 (uma e meia) vezes a largura da galeria e o ponto mais distante de sua frente em relação ao acesso da própria galeria, não exceder a 5 (cinco) vezes a largura desta.

Parágrafo Único - As lojas de que trata o presente artigo de verão ter abertura de iluminação e ventilação com área igual a, no mínimo, 1/4 (um quarto) da área de seu piso.

Seção IV  
Comércio Especial

Subseção Ia,  
Generalidades

Art. 141 - Os edifícios de comércio especial destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

I - restaurantes - restaurantes, pizzarias, cantinas, casas de chá, churrascarias;

II - lanchonetes e bares - lanchonetes, bares, botequins, hot-dogs, pastelarias;

III - confeitarias e padarias - confeitarias, padarias, docerias e bufetes, massas e macarrão, sorveterias;

IV - açougues e peixarias - açougues, casas de carne, peixarias, aves e ovos, animais vivos ( de pequeno porte e pequeno número);

V - mercearias e quitandas - mercearias, empório, armazém, quitandas, laticínios, frios;

VI - mercados e supermercados - pequenos mercados e supermercados.

**Parágrafo Único** - As normas peculiares a cada atividade são estabelecidas nos artigos e subseções seguintes:

**Art. 142** - Nos estabelecimentos de comércio especial, os compartimentos destinados a trabalho, a fabrico, a manipulação, a cozinha, a despensa, a depósito de matérias primas ou gêneros, e a guarda de produtos acabados e similares, deverão ter os pisos, as paredes, os pilares e as colunas revestidas de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens.

§ 19 - Os compartimentos para venda, atendimento ao público ou consumo de alimentos, deverão ter, pelo menos, o piso revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens.

§ 20 - Os depósitos de material de limpeza, consertos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigia e a residência do zelador, não poderão estar no mesmo local, nem ter comunicação direta com os compartimentos destinados a consumo de alimentos, a cozinha, a fabrico, a manipulação, a depósito de maté

rias primas ou gêneros, e a guarda de produtos acabados.

Subseção 2a.  
Restaurantes

Art. 143 - Nos restaurantes, os salões de refeições deverão ter área total de no mínimo 30,00 m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados), podendo cada subcompartimento ter área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados).

Art. 144 - Se os compartimentos de consumo de alimentos não dispuserem de aberturas externas pelo menos em duas faces, deverão ter instalação de renovação de ar.

Art. 145 - Além da parte destinada a consumação, os restaurantes deverão dispor:

I - de cozinha - cuja área <sup>que não</sup> será inferior a 5,00m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados), deverá corresponder à relação mínima de 1:10 (um por dez) da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para consumo. As cozinhas não poderão ter comunicação direta com o salão de refeições;

II - de copa - com área equivalente a 1/3 (um terço) da área da cozinha, com um mínimo de 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados);

III - opcionalmente, de um compartimento para depósito ou depósito de gêneros alimentícios, que deverá satisfazer às condições exigidas para compartimentos de permanência transitória, estar li

gado diretamente à cozinha e ter área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 146 - As instalações sanitárias para o uso do público deverão atender ao disposto no Anexo VI.

Art. 147 - As instalações sanitárias para os funcionários, não poderão ter comunicação direta com os compartimentos de preparo e venda de alimentos, nem com os depósitos dos produtos e salões de refeições, devendo atender ao disposto no Anexo VII.

Subseção 3a.

Lanchonetes e Bares

Art. 148 - Nos bares e lanchonetes, a área dos compartimentos destinados à venda ou à realização de refeições ligeiras, quentes ou frias, deverão ter no mínimo 14,00 m<sup>2</sup> (quatorze metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros).

Parágrafo Único - Os compartimentos ou ambientes que possam ser utilizados para venda ou consumo de alimentos apresentando áreas cujo total seja superior a 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), deverão satisfazer às seguintes exigências:

- a) dispor de aberturas externas, pelo menos em duas faces ou de instalação de renovação de ar;

b) possuir um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que satisfça, para efeito de ventilação e iluminação, as condições estabelecidas para os compartimentos de permanência transitória, esteja ligado diretamente à cozinha e tenha área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 149 - As instalações sanitárias para o público e os funcionários deverão satisfazer às exigências previstas nos Anexos VI e VII deste Código.

#### Subseção 4a.

#### Confeitarias e Padarias

Art. 150 - Nas confeitarias e padarias a soma das áreas dos compartimentos, destinados à venda, ao consumo de alimentos, ao trabalho e à manipulação deverá ser igual ou superior a 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), podendo, cada um desses compartimentos, ter área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados).

Art. 151 - Os compartimentos de consumo, de trabalho e manipulação, quando tiverem área igual ou superior a 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) cada um, deverão ter instalação de renovação de ar, se não dispuserem de abertura externa pelo menos em duas faces.

Art. 152 - Havendo compartimento para despensa ou depósito de matéria prima para o fabrico de pão, massas, doces e confeitos, este deverá satisfazer às condições do compartimento de permanência transitória, estar ligado diretamente ao compartimento de trabalho e manipulação e ter área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados).

Art. 153 - As instalações sanitárias deverão satisfazer às exigências constantes nos Anexos VI e VII respectivamente para uso do público e de funcionários.

Parágrafo Único - Não havendo, no estabelecimento, área destinada à consumação, deverá existir pelo menos sanitários para funcionários, conforme Anexo VII considerando-se, para efeito de aplicação da mesma, a área total do estabelecimento.

Subseção 5a.

Açougues e Peixarias

Art. 154 - Os açougues e peixarias deverão dispor de um compartimento destinado à venda, atendimento ao público e retalho (corte) com área não inferior a 14,00 m<sup>2</sup> (quatorze metros quadrados), e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros), atendendo ainda às seguintes exigências:

I - o compartimento de que trata este artigo deverá ter, pelo menos, uma porta de largura não infe

rior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) , amplamente vazada, que abra para via pública ou para faixa de recuo do alinhamento de modo a as segurar plena ventilação para o compartimento;

II - não ter comunicação direta com os comparti mentos destinados a habitação;

III - ter água corrente e ser dotado de pias;

IV - ter suficiente iluminação natural e artifi cial;

V - as dependências destinadas ao público e ao corte deverão ser separadas entre si por meio de balcão com revestimento impermeável e adequado ao caso;

VI - as dependências destinadas ao público, ao corte e ao armazenamento não poderão ter abertu ras de comunicação direta com chuveiros ou sani tários.

Art. 155 - As instalações sanitárias obedecerão ao disposto no artigo 133.

#### Subseção 6a.

#### Mercearias e Quitandas

Art. 156 - Nas mercearias e quitandas a soma das áreas destinadas à venda, atendimento ao público e manipulação, deverá ter área igual ou superior a 14,00 m<sup>2</sup> (quatorze metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros).



Art. 157 - Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios este deverá satisfazer para efeito de ventilação e iluminação as condições de compartimento de permanência transitória e possuir área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 158 - As instalações sanitárias obedecerão ao disposto no Artigo 133.

Subseção 7a.

Mercados e Supermercados

Art. 159 - Os mercados, particulares ou não, caracterizam-se pela distribuição de produtos variados destinados a comércio, em recintos semi-abertos, como bancas ou boxes, voltados para acesso que apresente condições de trânsito de pessoas e veículos.

§ 1º - Os mercados deverão ter seções de comercialização, pelo menos, de cereais, verduras e frutas frescas, carnes e peixes, laticínios, conservas, frios e gêneros alimentícios enlatados.

§ 2º - A área ocupada pelas seções de gêneros alimentícios, mencionadas no parágrafo anterior, deverá medir, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da área total destinada aos recintos de comercialização.

Art. 160 - Os mercados deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - os principais acessos aos recintos de venda, atendimento ao público ou outras atividades, quando destinados ao trânsito de pessoas e veículos, terão largura nunca inferior a  $1/10$  (um décimo) do comprimento, respeitado o mínimo de 5,00 m (cinco metros). O comprimento será medido a começar de cada entrada até o recinto mais distante dela;

II - a proporção entre o comprimento e a largura poderá ser reduzida à metade, se existir uma entrada em cada extremidade, mantendo-se porém a dimensão mínima de 5,00 m (cinco metros);

III - partindo dos acessos principais, poderão existir outros, secundários, destinados ao trânsito de pessoas, que atendam a recintos de venda. Esses acessos secundários terão largura nunca inferior a  $1/10$  (um décimo) de seu comprimento, respeitado o mínimo de 3,00 m (três metros);

IV - os portões de ingresso serão no mínimo dois, localizados nos acessos principais, cada um tendo a largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

V - os acessos principais e secundários terão:

a) o piso de material impermeável e resistente ao trânsito de pessoas e veículos;

b) declividade longitudinal e transversal, não inferior a 1% (um por cento) nem superior a 3% (três por cento), de modo que ofereça livre escoamento para as águas;

- c) ralos, ao longo das faixas, para escoamento das águas de lavagem, espaçados entre si no máximo de 25,00 m (vinte e cinco metros);

VI - o local destinado a conter todas as bancas ou boxes de comercialização deverá ter:

- a) área não inferior a 800,00 m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), e forma tal que permita no plano do piso, a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de 20,00 m (vinte metros);
- b) pé-direito mínimo de 4,00 m (quatro metros), contados do ponto mais baixo da cobertura;
- c) aberturas convenientemente distribuídas para proporcionar ampla iluminação e ventilação; estas aberturas deverão ter, no conjunto, superfície correspondente a 1/5 (um quinto) da área do piso do local e serão vazadas, pelo menos, em metade de sua superfície;
- d) os pisos e as paredes, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), revestidos de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens; os pisos serão ainda dotados de ralos;
- e) balcões frigoríficos com capacidade adequada para exposição de mercadorias perecíveis, tais como carnes, peixes, frios e laticínios.

VII - haverá sistema completo de suprimento de água corrente composto de:

- a) reservatório com capacidade mínima correspondente a 30 l/m<sup>2</sup> (trinta litros por metro quadrado) da área do mercado, excluídos os espaços para estacionamento e pátio de carga e descarga;
- b) instalação de uma torneira em cada recinto, banca ou boxe;
- c) instalação ao longo dos acessos principais e secundários, de registros apropriados à ligação de mangueiras para lavagem, espaçadas entre si, no máximo 25,00 m (vinte e cinco metros);
- d) alimentação das instalações sanitárias.

VIII - as instalações sanitárias serão separadas por sexo, sendo dimensionadas em função do número de bancas ou boxes conforme o disposto no Anexo VIII e distribuídas de forma que não estejam a mais de 50,00 m (cinquenta metros) de distância de nenhum recinto de comercialização;

IX - dispor de compartimentos para administração e fiscalização municipal, com área não inferior a 15,00 m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados), sem que disto resulte qualquer ônus para a Prefeitura;

X - deverão ser previstos frigoríficos adequados à guarda de verduras, frios, peixes e carnes;

XI - se houver seção incumbida do preparo de carnes e desossamento deverá haver, para isso, com partimento próprio, que satisfaça o disposto no artigo 154;

XII - haverá compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo com capacidade equivalente ao recolhimento de lixo de dois dias. O compartimento terá piso e paredes de acordo com a letra "d", do item VI deste artigo, bem como torneira com ligação para mangueira de lavagem. Será localizado na parte de serviços e de forma que permita acesso fácil e direto aos veículos públicos em carregados da coleta, com pavimentação praticamente sem degraus.

Parágrafo Único - Os compartimentos destinados a escritórios, reuniões e outras atividades deverão satisfazer às exigências relativas aos compartimentos de permanência prolongada, com dimensões e áreas mínimas obedecendo ao disposto na Seção II do Capítulo III, Título III.

Art. 161 - Os supermercados caracterizam-se pela distribuição dos produtos variados destinados a comércio em balcões, estantes ou prateleiras, sem formação de bancas ou boxes e com acesso somente para pessoas, as quais se servirão diretamente das mercadorias.

§ 1º - Os supermercados deverão ter seções para comercialização, pelo menos, de cereais, legumes, verduras e frutas frescas, carnes, laticínios, conservas, frios e gêneros alimentícios enlatados.

§ 2º - A área ocupada pelas seções de gêneros alimentícios mencionadas no parágrafo anterior medirá, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da área total destinada à comercialização.

Art. 162 - Os supermercados deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - os balcões, estantes, prateleiras ou outros elementos para exposição, acomodação ou venda de mercadorias serão espaçadas entre si, de modo que formem corredores compondo rede para proporcionar circulação adequada às pessoas;

II - a largura de qualquer trecho da rede (corredor) deverá ser igual pelo menos 1/10 (um décimo) de seu comprimento e nunca menor do que 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

III - ter pelo menos duas portas de ingresso, cada uma com largura mínima de 2,00 m (dois metros);

IV - o local destinado a comércio, dispondo de balcões, estantes, prateleiras e outros elementos similares deverá ter:

a) área não inferior a 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados);

b) pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), contados do ponto mais baixo da cobertura;

c) abertura de iluminação e ventilação com área total não inferior a 1/5 (um quinto) da área interna e dispostas de modo a proporcionar iluminação homogênea para todo o compartimento;

- d) balcões frigoríficos com capacidade adequada para exposições de mercadorias perecíveis, tais como carnes, peixes, frios e laticínios.

V - haverá sistema completo de suprimento de água corrente, constituído de:

- a) reservatório com capacidade mínima correspondente a 20 l/m<sup>2</sup> (vinte litros por metro quadrado) da área do local de comércio;
- b) instalação de torneira e pia nas seções em que se trabalhar com carnes, peixes, laticínios e frios, bem como nas de manipulação, preparo, retalhamento e atividades similares;
- c) instalação ao longo do local de comércio de registros apropriados à ligação de mangueiras para lavagem, na proporção de um para cada 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), ou fração de área de piso;
- d) alimentação das instalações sanitárias;

VI - as instalações sanitárias não deverão ter comunicação direta com o salão de venda e com os depósitos de gêneros alimentícios, obedecendo ao seguinte:

- a) masculino - um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de área ou fração do salão de vendas;
- b) feminino - um vaso sanitário e um lavatório para cada 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) de área ou fração, do salão de vendas;

- c) dispor de um chuveiro, por sexo, para cada 400,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados) de área, ou fração, do salão de vendas.

VII - se houver seção destinada ao preparo de carnes e desossamento deverá haver, para isto, compartimento próprio;

VIII - eventuais compartimentos ou recintos, ainda que semi-abertos, destinados a comércio ou a depósitos de gêneros alimentícios deverão:

- a) ter área não inferior a 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros);
- b) dispor de iluminação e ventilação de compartimento de permanência prolongada.

IX - haverá compartimento para o depósito dos recipientes de lixo com capacidade equivalente ao recolhimento de lixo de dois dias. O compartimento terá piso e paredes, até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a constantes lavagens, bem como torneira com ligação para maneira de lavagem. Será localizado na parte de serviços e de forma que permita acesso fácil e direto aos veículos públicos encarregados da coleta com pavimento praticamente sem degrau.

**Parágrafo Único** - Os compartimentos de escritórios, reuniões e outras atividades deverão satisfazer às exigências relativas aos compartimentos de permanência prolongada, com dimensões e áreas mínimas obede



cendo ao disposto na Seção II, do Capítulo III do Título III.

Art. 163 - Não serão permitidos degraus em toda a área de exposição e venda, devendo as diferenças de níveis serem vencidas por meio de rampas.

Art. 164 - Deverá ser prevista no mercado e supermercado área para estacionamento de veículos correspondente a uma vaga para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados), da área total de construção.

#### CAPÍTULO IV SERVIÇOS ESPECIAIS

##### Seção I Postos de Serviços Automobilísticos

Art. 165 - Os postos de serviços automobilísticos destinam-se às atividades de abastecimento, lubrificação, lavagem e lavagem automática, que podem ser exercidos em conjunto ou isoladamente.

Art. 166 - Os postos deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - acesso e circulação de veículos;

II - serviços de abastecimento e/ou lavagem e/ou lubrificação;

III - administração;

## IV - sanitários.

Art. 167 - Aos postos aplicar-se-ão <sup>ainda</sup> as seguintes disposições :

I - o acesso de veículos deverá ter sinalização de advertência para os que transitam no passeio;

II - nas faces internas das muretas, jardineiras ou eventuais construções no alinhamento do imóvel, haverá canaletas para coleta das águas superficiais que, acompanhando a testada, se estenderão ao longo das aberturas de acesso, devendo, nestes trechos, serem providas de grelha;

III - quaisquer aparelhos ou equipamentos, tais como bombas para abastecimento, conjuntos para teste ou medição, elevadores, bem como as valas para troca de óleo, deverão ficar pelo menos a 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) do alinhamento frontal do imóvel, sem prejuízo da observância de recuo maiores exigidos para o local;

IV - a posição e as dimensões dos aparelhos ou equipamentos, dos boxes de lavagem, bem como de outras construções ou instalações deverão ser adequadas à sua finalidade, oferecer a necessária segurança e ainda possibilitar a correta movimentação ou parada dos veículos;

V - as bombas para abastecimento deverão observar a distância mínima de 4,00 m (quatro metros) de qualquer ponto da edificação e das divisas laterais e de fundo;

VI - os pisos das áreas de acesso, circulação, abastecimento e serviços, bem como dos boxes de

lavagem deverão ser impermeáveis, refratários ao desgaste e a solvente e anti-derrapantes, ter de clividade mínima de 1% (um por cento) e máxima de 3% (três por cento). Serão dotados de ralos para escoamento das águas de lavagem e de torneiras de água corrente.

Art. 168 - Os equipamentos para lavagem deverão ficar em compartimentos exclusivos dos quais:

I - as paredes serão fechadas em toda altura, até a cobertura, ou providas de caixilhos fixos para iluminação;

II - as faces internas das paredes, em toda altura, serão revestidas de material durável, impermeável, resistente a frequentes lavagens;

III - o pé-direito será fixado de acordo com o tipo de equipamento utilizado, observando o mínimo de 4,00 m (quatro metros);

IV - os compartimentos destinados à lavagem de veículos deverão estar afastados das divisas do lote no mínimo 3,00 m (três metros) e quando os vãos de acesso destas instalações estiverem voltadas para via pública ou para divisa do lote deverão distar dessas linhas 6,00 m (seis metros), no mínimo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de postos de lavagens automáticas os mesmos serão dispensados do disposto nos itens I, II e III deste artigo.

Art. 169 - Os postos também deverão dispor de:

I - compartimentos ou ambientes para administração, serviços e depósitos de mercadorias com área total não inferior 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), podendo cada um ter a área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados);

II - instalação sanitária (WC) para o público, com área mínima de 1,20 m<sup>2</sup> (um vírgula vinte metros quadrados) cada. Para empregados, as instalações sanitárias (CHWC) deverão ser providas de chuveiros e ter área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);

III - depósito de material de limpeza, de conserto e outros fins, com área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados).

Art. 170 - Os postos de serviços automobilísticos deverão dispor de instalações ou construções de tal forma que os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos ruídos, vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem.

Parágrafo Único - As instalações e depósitos de combustíveis ou inflamáveis deverão obedecer às normas próprias estabelecidas no Código de Posturas do Município.

Art. 171 - Nos postos de serviços automobilísticos, eventuais instalações de bares ou lanchonetes deverão

observar as exigências das respectivas normas específicas.

Seção II  
Edifícios-Garagem

Art. 172 - Os edifícios-garagem deverão dispor de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção e espera;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - acesso e circulação de veículos;
- IV - estacionamento ou guarda de veículos;
- V - Sanitários;
- VI - vestiários;
- VII - administração e serviços;
- VIII - depósito.

Art. 173 - Aos edifícios-garagem aplicar-se-ão o disposto no Capítulo VIII do Título II, além do seguinte:

I - se o acesso for feito por meio de elevadores ou dispositivos mecânicos:

- a) nas faixas de acesso, entre o alinhamento de logradouro e a entrada dos elevadores, haverá um espaço para acomodação de veículos, com área mínima correspondente a 5% (cinco por cento) da área total de estacionamento servida pelo acesso. Esse espaço terá conformação e ficará em posição que facilite a movimentação e a espera dos veículos em direção aos elevadores de forma a não perturbarem o trânsito de pessoas e veículos no logradouro;

b) os elevadores ou outros meios mecânicos de verão ter capacidade para absorver planamente o fluxo de entrada e saída de carros. O equipamento deverá ter capacidade mínima para atender a 1/150 (um cento e cinquenta avos) da lotação total do estacionamento por minuto, adotando-se o tempo médio de 2 (dois) minutos para movimentação de um veículo por elevador;

II - a entrada e saída deverão ser feitas por 2 (dois) vãos, com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada um, tolerando-se a existência de um único vão com largura mínima de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros);

III - quando houver vãos de entrada e saída volta dos cada um para logradouros diferentes, deverá haver no pavimento de acesso passagem para pedestres, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) que permita a ligação entre esses logradouros;

IV - haverá compartimentos de vestiário e sanitário com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) ou fração da área total de estacionamento, respeitada a área mínima de 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados);

V - haverá compartimento ou ambiente para recepção, espera e atendimento do público com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 400,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados) ou fração da área de estacionamento, respeitada a

área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados);

VI - haverá local destinado à guarda de objetos ou pertences do público;

VII - haverá compartimentos ou ambientes para administração e serviços com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 400,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados) da área total de estacionamento, respeitada a área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);

VIII - haverá depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins com área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados).

- § 1º - Eventuais instalações, serviços ou abastecimentos de veículos deverão observar as exigências das respectivas normas específicas.
- § 2º - Eventuais instalações de lanchonetes ou bares não poderão ter abertura ou comunicação direta com os espaços de acesso, circulação ou estacionamento de veículos e deverão observar às exigências das respectivas normas específicas.

### Seção III

#### Garagens ou Estacionamentos Coletivos

Art. 174 - Os locais cobertos ou descobertos para estacionamento ou guarda de veículos para fins comerciais no interior dos lotes, além do disposto no Capítulo VIII do Título II, deverão atender ao seguinte:

- I - existência de área destinada à administração;
- II - existência de instalação sanitária;
- III - o vão mínimo de acessos de veículos deverá ser de 3,00 m (três metros), sendo que, para estacionamento ou garagem com o número de vagas superior a 30 (trinta), será obrigatório acesso independente para entrada e saída de veículos, tolerando-se a existência de um único vão com largura mínima de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros).

Art. 175 - As construções e instalações deverão observar os recuos obrigatórios fixados pela Lei de Zoneamento,

Art. 176 - As divisas do lote terão fechamento com altura mínima de 2,00 m (dois metros).

Art. 177 - O piso do estacionamento deverá ter, pelo menos, revestimento primário como pedrisco, solo-cimento ou similar, e favorecer livre escoamento das águas pluviais.

§ 19 - Serão assinaladas as vagas para estacionamento.

§ 29 - Não serão utilizados para estacionamento os espaços de acesso, circulação e manobra, nem a área de acumulação de carros, que ficará contígua à entrada, tendo capacidade para comportar, no mínimo 3% (três por cento) do número de vagas, não devendo dificultar a saída de veículos.



Art. 178 - Não será permitido o exercício de qualquer outra atividade no terreno, nem sequer lavagem, troca de óleo, consertos de pneus ou pequenos reparos dos veículos.

CAPÍTULO V  
ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Seção I  
Hospitais

Art. 179 - Os edifícios de hospitais destinam-se à prestação de assistência médico-cirúrgica e social com possibilidade de internamento de pacientes.

Art. 180 - O edifício deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção, espera e atendimento;
- II - acesso e circulação;
- III - sanitários;
- IV - refeitórios, copa e cozinha;
- V - serviços;
- VI - administração;
- VII - quartos de pacientes e/ou enfermarias;
- VIII - serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;
- IX - acesso e estacionamento de veículos.

Art. 181 - Os edifícios de que trata esta seção deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - terão, próximo à porta de ingresso, compartimento ou ambiente para recepção, espera ou registro (portaria), com área mínima de 16,00 m<sup>2</sup> (dezessex metros quadrados);

II - terão compartimento ou ambiente de estar para visitante ou acompanhante com área mínima útil de 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados);

III - os corredores de circulação interna quando destinados ao trânsito de pacientes, acesso a salas de cirurgia e outros compartimentos de igual importância, terão largura mínima de 2,00 m (dois metros) e os corredores secundários, largura mínima de 1,00 m (um metro), devendo atender às especificações do Capítulo VI, Título II;

IV - terão compartimento de triagem ou imediato atendimento com ingresso próprio e possibilidade de acesso direto de carros. A área mínima desse compartimento será de 16,00 m<sup>2</sup> (dezessex metros quadrados);

V - os pavimentos deverão comunicar-se entre si através de uma rampa com largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), com a declividade máxima de 8% (oito por cento) quando não dispuserem de elevador;

VI - as escadas deverão atender às seguintes exigências:

- a) - largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);
- b) não serão admitidos degraus em leque;

- c) os degraus terão largura mínima de 0,30m (trinta centímetros) e altura máxima de 0,16 (dezesseis centímetros);
- d) sempre que o número de degraus exceder a 10 (dez) deverá ser intercalado patamar com profundidade mínima igual à largura da es cada.

VII - será obrigatória a instalação de elevadores nas edificações com mais de 10,00 m (dez metros) de distância vertical, contados do nível do pav<sub>i</sub>mento térreo até o piso do último pavimento, obede<sub>n</sub>do-se ao seguinte:

- a) dispor de elevador social e de serviço;
- b) as cabinas deverão ter dimensões que permitan o transporte de macas para adultos.

VIII - cada pavimento deverá dispor de instalações sanitárias na proporção de um vaso sanitário um lavatório e um chuveiro por grupo de 10 (dez) leitos e reunidas por sexo, sendo observado o isolamento individual quanto aos vasos sanitários . Não serão computados os leitos situados em quartos que disponham de instalações sanitárias privativas, obedecendo ao disposto no Capítulo V , Título II;

IX - as instalações sanitárias para empregadas e para o público em geral deverão obedecer às exigências contidas no Anexo IX;

X - as cozinhas dos hospitais deverão ter área correspondente a 0,75 m<sup>2</sup> (zero vírgula setenta e cinco metros quadrados) por leito, compreendendo-se na designação de cozinha os compartimentos das

tinados a despensa, a preparo e cozimento de alimentos, a lavagem de louças e utensílios de cozinha;

XI - nos hospitais de mais de um pavimento, a copa deverá comunicar-se, obrigatoriamente, com as copas secundárias, situadas nos diversos pavimentos, mediante elevadores monta-carga;

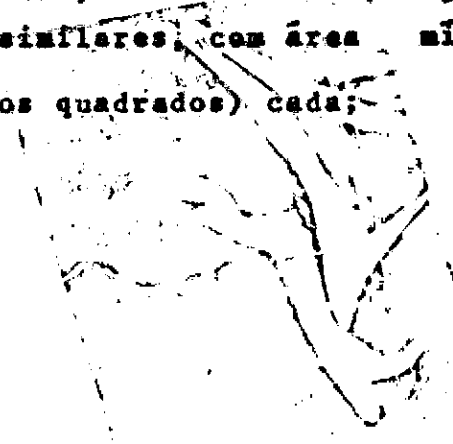
XII - ter refeitório para pessoal de serviço, com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) ou fração da área total dos compartimentos, que possam ser utilizados para internamento, alojamento, atendimento ou tratamento de paciente;

XIII - é proibida qualquer comunicação direta entre a cozinha, despensa e copa e os compartimentos destinados a sanitários, banheiros, vestiários, lavanderias, farmácia e necrotério, bem como os locais de permanência ou passagem de doentes;

XIV - serão obrigatoriamente instalados serviços de lavanderia com capacidade para lavar, secar e esterilizar; os compartimentos terão dimensões adequadas ao equipamento a instalar;

XV - é obrigatória a instalação de equipamentos para a incineração de lixo séptico;

XVI - deverá haver compartimentos para administração, registro, secretaria, contabilidade, gerência e outras funções similares, com área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) cada;



XVII - as enfermarias de adultos não poderão conter mais de 8 (oito) leitos em cada subdivisão, e o total de leitos não deverá exceder a 24 (vinte e quatro) em cada enfermaria. A cada leito deverá corresponder, no mínimo, 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) da área de piso; nas enfermarias paracrianças, a cada berço deverá corresponder, no mínimo, a superfície de 3,50 m<sup>2</sup> (três vírgula cinquenta metros quadrados) da área do piso;

XVIII - cada enfermaria deverá dispor ainda, no mesmo andar, de um quarto com leito para casos de isolamento, conforme o fixado no item seguinte;

XIX - os quartos para doentes deverão ter área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) para um só leito e de 14,00 m<sup>2</sup> (quatorze metros quadrados) para dois leitos;

XX - os quartos para doentes e as enfermarias deverão satisfazer às seguintes exigências:

a) pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros);

b) área total de iluminação não inferior a 1/5 (um quinto) da área do piso do compartimento;

c) área de ventilação não inferior à metade da exigida para iluminação;

d) portas de acesso de 1,00 m (um metro) de largura por 2,00 m (dois metros) de altura, no mínimo;

e) paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens, do piso ao teto e com cantos arredondados;

f) rodapês no plano das paredes formando con  
cordância arredondada com piso.

XXI - cada pavimento que contiver quartos, aparta  
mentos ou enfermarias para pacientes deverá dis  
por de:

- a) compartimentos para visitante na forma es  
tabelecida no item II do presente artigo;
- b) posto de enfermagem com área mínima de  
5,00 m2 (cinco metros quadrados);
- c) copa com área mínima de 5,00 m2 (cinco me  
tros quadrados).

Art. 182 - As salas de cirurgia deverão obedecer às seguin  
tes prescrições:

I - ter área mínima de 20,00 m2 (vinte metros qua  
drados) e permitir a inscrição de um círculo com  
diâmetro mínimo de 4,00 m (quatro metros);

II - ter pã-direito de 3,00 m (três metros);

III - ser providas, obrigatoriamente, de ilumina  
ção artificial adequada e de ar condicionado;

IV - ter tomadas de corrente, interruptores ou  
aparelhos elétricos à prova de faíscas;

V - ter instalação de emergência, de funcionament  
to automático que supra falhas eventuais da cor  
rente elétrica;

VI - o recinto para espectadores, quando existir,  
deve ser completamente independente, separado por  
meio de vidro inclinado e com acesso próprio.

- Art. 183 - As salas de laboratório de análise e de raios X terão, cada uma, área mínima de 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados).
- Art. 184 - A farmácia deverá ter área mínima de 15,00 m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados).
- Art. 185 - O laboratório deverá ter área equivalente a 0,40 m<sup>2</sup> (zero vírgula quarenta metros quadrados) por leito.
- Art. 186 - Os edifícios para maternidade ou para hospitais com seção de maternidade, deverão dispor de compartimentos em quantidade e situação capazes de satisfazer os seguintes requisitos:
- I - uma sala de trabalho de parto, acusticamente isolada, para cada 15 (quinze) leitos destinados a parturientes;
  - II - uma sala de parto para cada 25 (vinte e cinco) leitos destinados a parturientes;
  - III - sala de operação, quando não existir outra sala para o mesmo fim;
  - IV - sala de curativos para operações sépticas;
  - V - quartos individuais para isolamento de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas;
  - VI - quartos exclusivos para parturientes operadas;
  - VII - seções de berçários com tantos leitos quantos forem os das parturientes.

- § 19 - As seções de berçários deverão ser subdivididas em unidades de 24 (vinte e quatro) berços no máximo.
- § 29 - Cada unidade referida no parágrafo anterior deverá compreender 2 (duas) salas para berços, cada uma com capacidade máxima de 12 (doze) berços, além de uma sala para exame e outra para higiene das crianças.
- § 39 - É obrigatória a existência de unidades para isolamento de casos suspeitos e contagiosos, com capacidade mínima total de 10% (dez por cento) da quantidade de berços na maternidade, atendendo ao estabelecido nos parágrafos 19 e 29.

Art. 187 - Em todo hospital deverá haver ainda:

I - compartimentos especiais para necrotério e velório;

II - espaços verdes arborizados ou ajardinados, com área mínima de 1/10 (um décimo) da área total da construção do edifício;

III - área de estacionamento de veículos na proporção de uma vaga (2,50 x 5,00 m) para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) ou fração da área total de construção.

#### Seção II

Clínicas, Laboratórios de Análises e Pronto-Socorro

Art. 188 - Os edifícios de clínicas, laboratórios de análises e pronto-socorros destinam-se às seguintes ativi



dades:

I - clínicas com internamento de pacientes, pronto-socorro, ambulatórios e dispensários;

II - bancos de sangue e serviços de hemoterapia;

III - laboratórios de análises clínicas e serviços de radiologia;

IV - centros de fisioterapia, instituto de hidroterapia e centros de reabilitação.

Art. 189 - Os edifícios destinados às atividades constantes nesta seção, quando dispuserem dos compartimentos abaixo relacionados, deverão atender às seguintes exigências;

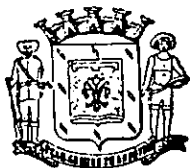
I - o compartimento de consulta, triagem ou imediato atendimento terá ingresso próprio e possibilidade de acesso por ambulância. A área mínima deste compartimento será de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados);

II - o compartimento ou ambiente para espera terá área mínima de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados);

III - o refeitório terá área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);

IV - a copa terá área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);

V - os vestiários terão área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);



PODER LEGISLATIVO DE GOIÂNIA  
- CÂMARA DE VEREADORES -  
. PRESIDÊNCIA .

97.

VI - os quartos ou apartamentos para pacientes terão área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados) quando destinados a um só paciente e 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) quando destinados a dois pacientes;

VII - as salas de colheita de sangue terão área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados);

VIII - os laboratórios de imunohematologia e sorologia terão área mínima de 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados);

IX - as salas de esterilização terão área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);

X - as salas de consulta terão área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);

XI - as salas de banhos privativos ou fisioterapia terão área mínima de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados).

Art. 190 - Além do estabelecido no artigo anterior, deverão ser atendidas as especificações constantes na Seção I deste Capítulo.

CAPÍTULO VI  
LOCAIS DE REUNIÃO

Seção I  
Disposições Gerais

Art. 191 - Os edifícios para locais de reunião são os que se destinam à prática de atos de natureza esportiva, recreativa, social, cultural ou religiosa e que, para tanto, comportem a reunião de numerosas pessoas.

Art. 192 - São considerados locais de reunião:

- I - estádios;
- II - auditórios, ginásios esportivos, hall de convenções, salões de exposições;
- III - cinemas;
- IV - teatros;
- V - templos religiosos.

Art. 193 - As partes destinadas ao uso pelo público, em geral, terão que prever:

- I - acesso e circulação;
- II - condições de visibilidade;
- III - espaçamento entre filas e séries de assentos;
- IV - instalações sanitárias;
- V - lotação.

Art. 194 - Os locais de reunião, principalmente quando situados em andares superiores ou inferiores ao nível do solo, deverão obedecer rigorosamente às normas de segurança, em especial às exigências de acesso, circulação e escoamento das pessoas e às normas construtivas estabelecidas neste Código, par

ticularmente quanto à estrutura de concreto armado ou similar, resistência ao fogo e isolamento térmico e acústico.,

- § 19 - As circulações e acessos em seus diferentes níveis obedecerão às disposições constantes no Capítulo V, Título II.
- § 29 - As escadas ou rampas de acesso serão orientadas na direção do escoamento e terminarão a uma distância de 3,00 m (três metros), no mínimo, da respectiva entrada quando esta se situar no alinhamento dos logradouros.
- § 39 - É obrigatória a colocação de corrimãos contínuos nos dois lados da escada.
- § 49 - Quando a lotação exceder a 5.000 (cinco mil) lugares serão sempre exigidas rampas para escoamento do público.

Art. 195 - Os compartimentos ou recintos destinados à plateia, assistência ou auditório, cobertos ou descobertos, deverão preencher as seguintes condições:

I - as portas de acesso ao recinto deverão ficar distanciadas, pelo menos, 3,00 m (três metros) da respectiva entrada quando esta se situar no alinhamento dos logradouros;

II - para o público, haverá no mínimo uma porta de entrada e outra de saída, com largura mínima de 2,00 m (dois metros). As suas folhas deverão abrir sempre para fora, no sentido da saída do recinto, e, quando abertas, não deverão reduzir o espaço dos corredores, passagens, vestíbulos, es

casas ou átrios dificultando o escoamento das pessoas;

III - quando tiverem capacidade que não seja superior a 100 (cem) lugares, poderão dispor de, pelo menos, duas portas, com largura mínima de 1,00 m (um metro) cada uma, distanciadas entre si 3,00 m (três metros), no mínimo, dando para os espaços de acesso e circulação ou diretamente para o espaço externo;

IV - quando tiverem capacidade superior a 200 (duzentos) lugares, a soma das larguras das portas será acrescida de 0,01 m (um centímetro) por pessoa prevista na lotação do local;

V - a lotação do recinto será obrigatoriamente anunciada em cartazes bem visíveis ao público, junto a cada porta de acesso, dos lados interno e externo;

VI - a área mínima do recinto será de 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados), e a menor dimensão no plano horizontal não será inferior a 6,00 m (seis metros);

VII - a distribuição e o espaçamento de mesas, de lugares como arquibancadas, cadeiras ou poltronas e de instalações, equipamentos ou aparelhos para utilização pelo público, no recinto, deverão proporcionar o escoamento, para os espaços de acesso e circulação, da lotação correspondente, em tempo não superior a 10 (dez) minutos;

VIII - os recintos serão divididos em setores, por passagens longitudinais e transversais, com larguras necessárias ao escoamento da lotação do setor correspondente. Para setores com lotação igual ou inferior a 150 (cento e cinquenta) pessoas, a largura livre e mínima das passagens longitudinais será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e das transversais será de 1,00 m (um metro). Para setores com lotação acima de 150 (cento e cinquenta) pessoas haverá um acréscimo nas passagens longitudinais e transversais à razão de 0,008 m (oito milímetros) por lugar excedente;

IX - a lotação máxima de cada setor será de 300 (trezentos) lugares;

X - os trechos de linha ou série sem interrupção por corredores ou passagens não poderão ter mais de 20 (vinte) lugares para as edificações destinadas às atividades esportivas, recreativas, sociais e culturais e de 15 (quinze) lugares para as edificações religiosas;

XI - não será permitido série de assentos que terminem junto às paredes, devendo ser mantido um espaço de no mínimo 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura;

XII - quando as linhas ou séries forem formadas de poltronas, cadeiras ou assentos, exigir-se-á:

- a) que o espaçamento mínimo entre as séries medida de encosto a encosto seja de 0,90 m (noventa centímetros);

- b) que a largura mínima das cadeiras medida de eixo a eixo dos braços, seja de 0,50 m (cinquenta centímetros);

XIII - o vão livre entre os lugares será de, no mínimo, 0,50 m (cinquenta centímetros);

XIV - as passagens longitudinais poderão ter de declividade até 12% (doze por cento). Para declividades superiores, terão degraus, todos com a mesma largura e altura, sendo:

- a) a largura mínima de 0,28 m (vinte e oito centímetros) e a máxima de 0,35 m (trinta e cinco centímetros);
- b) a altura mínima de 0,12 m (doze centímetros);

XV - havendo balcões exigir-se-ã:

- a) que a sua área não seja superior a  $2/5$  (dois quintos) da área destinada ao recinto;
- b) que tenham pé-direito livre de 3,00 m (três metros) no mínimo, e que o espaço do recinto situado sob eles também tenha pé-direito livre de 3,00 m (três metros) no mínimo;
- c) que satisfaçam aos mesmos requisitos para os recintos exigidos nos incisos V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV;
- d) que no caso de possuírem patamares, para a colocação de cadeiras, com desnível superior a 0,24 m (vinte e quatro centímetros), cada patamar tenha degraus intermediários, com os limites de largura e altura fixados nas alíneas "a" e "b" do item XIV deste artigo;

XVI - deverão ter isolamento e condicionamento a cústico atendendo às normas técnicas oficiais (ABNT);

XVII - serão dotados internamente, junto às por tas, de iluminação de emergência, nas mesmas con dições estipuladas no item acima;

XVIII - quando destinada à realização de espetá culos, divertimentos ou atividades que tornem in dispensáveis o fechamento das aberturas para o ex terior, o recinto deverá dispor de instalação de renovação de ar ou de ar condicionado, que atenda aos requisitos seguintes:

- a) a renovação mecânica do ar terá capacidade mínima de 50,00 m<sup>3</sup> (cinquenta metros cúbi cos) por hora por pessoa e será distribuída uniformemente pelo recinto, conforme as nor mas técnicas oficiais;
- b) o condicionamento do ar levará em conta a lotação, a temperatura ambiente e a distri buição pelo recinto, conforme as normas téc nicas oficiais;

XIX - as escadas ou rampas quando situadas em fren te às portas de acesso ao recinto deverão termi nar à distância mínima de 3,00 m (três metros) dessas portas.

Art. 196 - As edificações deverão satisfazer ainda às seguin tes condições:

- I - terão escada e abertura de acesso ao teto e à



cobertura, bem como passarela interna de circulação com finalidade de facilitar a inspeção periódica das condições de estabilidade e segurança do teto e da cobertura;

II - as paredes externas deverão ter resistência ao fogo, no mínimo de 4 (quatro) horas, e elevar-se, no mínimo, 1,00 m (um metro) acima da cobertura, a fim de dificultar a propagação do incêndio;

III - a fiação elétrica será obrigatoriamente embutida em dutos que terão seção adequada para evitar os riscos de curto-circuitos.

Art. 197 - As edificações para locais de reunião deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos empregados e do público em número correspondente à área total dos recintos e locais de reunião e dos compartimentos de permanência prolongada conforme disposto no anexo X.

§ 19 - Em qualquer caso, a distância de qualquer lugar, sentado ou de pé, até a instalação sanitária não deverá ser superior a 50,00 m (cinquenta metros).

§ 29 - Se a ventilação das instalações sanitárias for indireta, forçada ou especial, deverá ter o dobro da capacidade já fixada na seção competente deste código.

Art. 198 - Os compartimentos destinados a refeitório, lanche, copa, cozinha e vestiários, quando não dispuserem de sanitários em anexo, deverão ter pia com água corrente.

Parágrafo Único - Terão piso e paredes, pilares ou colunas revestidos de material liso e impermeável, resistente a frequentes lavagens.

Art. 199 - Os edifícios para locais de reunião deverão ainda ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, independentes de eventual residência do zelador ou vigia, pelo menos, um depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área não inferior a 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Seção II  
Esportivos

Art. 200 - Os edifícios para locais de reunião esportiva destinam-se às seguintes atividades:

- I - corridas de cavalo (hípica, trote e outros);
- II - corridas de veículos (autódromo, cartódromo, velódromo e outros);
- III - estádios;
- IV - ginásios;
- V - clubes esportivos;
- VI - piscinas coletivas, cobertas ou não;
- VII - recintos para prática ou competição esportivas;
- VIII - práticas de equitação;
- IX - rodeios;
- X - ringue de patinação;
- XI - esquição.

Art. 201 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - ingresso ou espera;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - sanitários;
- IV - refeições;
- V - serviços;
- VI - administração;
- VII - prática de esportes;
- VIII - espectadores.

Art. 202 - Os edifícios deverão satisfazer, pelo menos, às seguintes condições:

- I - próximo à porta de ingresso haverá compartimento, ambiente ou local para recepção ou espera, com área mínima de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados);
- II - os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00 m (três metros). Os espaços de acesso e circulação, como corredores passagens, átrios, vestíbulos, escadas e rampas de uso comum ou coletivo, sem prejuízo da observância das condições já estabelecidas neste código, terão largura mínima de 2,00 m (dois metros);
- III - haverá espaços de acesso e circulação para empregados, esportistas e público, independentes entre si e separados do acesso e circulação de veículos;
- IV - as rampas de acesso, vencendo altura superior a 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) deverão ter patamar intermediário com profundidade pelo menos igual à largura;

V - deverão dispor, além do exigido no anexo X, de instalações sanitárias para uso dos atletas, próximos aos locais para prática de esporte, em número correspondente à área total da parte destinada à prática de esporte conforme anexo XI;

VI - as instalações sanitárias de que trata o item anterior, terão obrigatoriamente, em anexo, compartimento de vestiário dos atletas com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 25,00 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) da área total da parte destinada à prática de esportes. Em qualquer caso a área do compartimento não será inferior a 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

VII - o disposto no Anexo XI e a proporção referida no item VI deste artigo, vigorarão até o limite máximo de 10.000,00 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) de área total destinada à prática de esportes e não incluirão as áreas de campo de atletismo, futebol, equitação, golfe e outros similares;

VIII - próximo aos locais para prática de esporte e para os espectadores, deverá haver bebedouros providos de filtros em número correspondente ao dobro do fixado para os chuveiros no anexo XI.

Art. 203 - Se o recinto para a prática de esportes for coberto, serão observadas as seguintes condições:

I - as aberturas deverão ser voltadas para a orientação que ofereça condições adequadas à prática do esporte a que se destina o recinto, evitando-se ofuscamento ou sombras prejudiciais;

II - a relação entre a área total das aberturas para iluminação e a área do piso do recinto não será inferior a 1/5 (um quinto);

III - no mínimo 60% (sessenta por cento) da área exigida no inciso anterior para abertura de iluminação deverá permitir a ventilação natural permanente, distribuída em duas faces opostas do recinto;

IV - o pé-direito mínimo será de 5,00 m (cinco metros).

Art. 204 - No posicionamento dos recintos descobertos será considerada a orientação que oferecer condições adequadas à prática do esporte a que forem destinados, evitando-se o ofuscamento ou sombra prejudiciais.

Art. 205 - Nos recintos cobertos ou descobertos, a correta visão da prática esportiva, por espectadores situados em qualquer dos lugares destinados à assistência, deverá ser assegurada, entre outras, pelas seguintes condições fundamentais;

I - distribuição dos lugares adequada à orientação de modo a evitar-se o ofuscamento ou sombra prejudiciais à visibilidade;

II - disposição e espaçamento conveniente dos lugares.

Art. 206 - As arquibancadas terão as seguintes dimensões:

I - para a assistência sentada:

a) altura mínima de 0,40 m (quarenta centímetros) e altura máxima de 0,48 m (quarenta e oito centímetros);

- b) largura mínima de 0,68 m (sessenta e oito centímetros) e largura máxima de 0,75 (setenta e cinco centímetros);

II - para a assistência de pé:

- a) altura mínima de 0,40 m (quarenta centímetros); e altura máxima de 0,48 m (quarenta e oito centímetros);
- b) largura mínima de 0,33 m (trinta e três centímetros) e largura máxima de 0,41 m (quarenta e um centímetros).

**Parágrafo Único** - Para efeito de cálculo da capacidade das arquibancadas e gerais, serão admitidas para cada metro quadrado (m<sup>2</sup>), duas pessoas sentadas e três em pé. Não serão computadas as áreas de circulação e o hall.

**Art. 207** - A área dos recintos corresponderá às necessidades da prática do esporte a que forem destinados, respeitada a distribuição decorrente da lotação máxima prevista.

### Seção III Recreativos ou Sociais

**Art. 208** - Os locais de reunião recreativos ou sociais destinam-se às seguintes atividades:

- I - clubes recreativos ou sociais;
- II - sedes de associação em geral;
- III - escolas de sambas;
- IV - danças ou bailes;
- V - restaurantes, bufetes, lanchonetes com música ao vivo;

VI - boates;

VII - boliches;

VIII - bilhares ou snookers;

IX - máquinas elétricas de jogos, futebol de mesa e outros;

X - jogos (carteados, xadres e outros).

Art. 209 - O edifício deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - ingresso ou espera;

II - acesso e circulação de pessoas;

III - sanitários;

IV - serviços;

V - reunião.

Art. 210 - As edificações deverão satisfazer, além do disposto na Seção I, pelo menos aos seguintes requisitos:

I - os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00 m (três metros);

II - as rampas de acesso, vencendo altura superior a 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de verão ter patamar intermediário com profundidade pelo menos igual à largura;

III - haverá ainda, com acesso pelos espaços de uso comum ou coletivo, compartimentos de vestiários com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) de compartimento para cada 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) ou fração da área total da construção, não podendo ser inferior a 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);

IV - se existir serviço de refeição, como restaurante, lanches, bares, bufetes ou similares, deverão ser observadas as normas próprias específicas estabelecidas neste código;

V - se houver palco ou se no local se realizarem atividades cênicas, deverão ser observadas as normas próprias estabelecidas nas alíneas "d", "e", e "f" do item VIII do artigo 213 e item I, II, III, IV e V do artigo 215;

VI - o recinto de reunião deverá satisfazer às condições estabelecidas para compartimento de permanência prolongada, exigindo-se ainda:

- a) pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros) ;
- b) área do recinto correspondente às necessidades da sua destinação, respeitada a distribuição decorrente da lotação máxima prevista;
- c) ventilação permanente proporcionada por 60% (sessenta por cento), no mínimo, da área exigida para abertura de iluminação, salvo se ocorrer a hipótese do item XVIII do artigo 195. Nos demais casos, apenas a metade da ventilação natural ora exigida poderá ser substituída por instalação de renovação do ar com capacidade mínima de 30,00 m<sup>3</sup> (trinta metros cúbicos) por hora, por pessoa, distribuída uniformemente pelo recinto e de acordo com as normas técnicas oficiais, ou sistema equivalente.



Seção IV  
Culturais

Art. 211 - Os edifícios para locais de reunião de fins culturais destinam-se às seguintes atividades:

- I - cinemas;
- II - auditórios e salas de concertos;
- III - bibliotecas, discotecas, cinematecas;
- IV - museu;
- V - teatros em geral.

Art. 212 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais, para:

- I - ingresso ou recepção;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - sanitários;
- IV - serviços;
- V - administração;
- VI - reunião;
- VII - espectadores.

Art. 213 - As edificações deverão satisfazer, ainda, pelo menos aos seguintes requisitos:

I - próximo às portas de ingresso haverá um compartimento ou ambiente para recepção ou uma sala de espera, com área fixada em função da área da sala de espetáculos, a que servir, na proporção mínima seguinte:

- a) para cinemas, 12% (doze por cento);
- b) para teatros, auditórios e outros, 8% (oito por cento);

II - se houver balcão, este deverá também dispor de sala de espera própria, dimensionada na forma do item anterior;

III - não poderão ser contados, na área exigida pelos <sup>itens</sup> anteriores, quaisquer espaços da sala de espera utilizados para a venda de comestíveis, bebidas, cigarros, fósforos e mercadorias congênit<sup>as</sup> ou para vitrinas, mostruários, bem como outros ambientes ou instalações similares;

IV - qualquer que seja a área da sala de espetáculos, a sala de espera terá área mínima de 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados). Para os balcões a área mínima será de 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados);

V - os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00 m (três metros). Os espaços de acesso e circulação, como corredores, passagens, átrios, vestíbulos, escadas e rampas de uso comum ou coletivo, sem prejuízo das normas específicas estabelecidas neste código, terão a largura mínima de 2,00 m (dois metros);

VI - as rampas de acesso, vencendo altura superior a 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) deverão ter patamar intermediário com profundidade pelo menos igual à largura;

VII - próximo aos agrupamentos de instalações sanitárias de uso do público deverá haver, com acessos de uso comum ou coletivo, bebedouros providos de filtros;

VIII - a sala de espetáculos deverá satisfazer às condições de compartimento de permanência prolongada, exigindo-se ainda:

- a) que as aberturas sejam voltadas para a orientação que ofereça ao ambiente condições adequadas de iluminação de modo a evitar ofuscamento ou sombra prejudiciais, tanto para os apresentadores como para os espectadores;
- b) que no mínimo 60% (sessenta por cento) da área exigida no inciso anterior para abertura de iluminação permita a ventilação natural e permanente. Salvo a hipótese do item XVIII do art. 195 aplicável a cinemas, teatros e outras atividades similares. Nos demais casos, apenas a metade da ventilação natural ora exigida poderá ser substituída por instalação de renovação mecânica de ar com capacidade mínima de 30,00 m<sup>3</sup> (trinta metros cúbicos) por hora, por pessoa, distribuída uniformemente pelo recinto, de acordo com as normas técnicas oficiais ou sistema equivalente;
- c) que o pé-direito seja de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros), no mínimo;
- d) que haja ampla visibilidade da tela ou palco por parte do espectador situado em qualquer um dos lugares. Para demonstrar essa condição tomar-se-á a altura de 1,125 m (um metro e cento e vinte e cinco milímetros), para a vista do espectador sentado, devendo a linha que liga o piso do palco ou a parte inferior da tela até a vista de cada espectador passar, pelo menos a 0,125m (cento e vinte e cinco milímetros) acima da do espectador da linha ou série anterior;

- e) que o ângulo da visibilidade de qualquer lugar com o eixo perpendicular à tela ou boca de cena seja no máximo de  $60^{\circ}$ ;
- f) que existam obrigatoriamente no recinto cadeiras, poltronas ou similares;
- g) para efeito do cálculo de capacidade das salas de espetáculo, considerar-se-ã para pessoas sentadas  $0,70 \text{ m}^2$  (zero vírgula setenta metros quadrados) por pessoa, e para pessoas em pé,  $0,40 \text{ m}^2$  (zero vírgula quarenta metros quadrados). Não serão computadas as áreas de circulação e hall.

Art. 214 - Nos teatros e cinemas, além dos circuitos de iluminação geral, deve existir um circuito de luzes de emergência com fonte de energia própria, quando ocorrer uma interrupção de corrente, as luzes de emergência deverão iluminar o ambiente o suficiente para permitir uma perfeita orientação dos espectadores.

Subseção 1a.  
Teatros

Art. 215 - As edificações para teatros e similares deverão atender, ainda, aos seguintes requisitos:

I - o ponto no centro do plano para a linha de visão será tomado de  $0,50 \text{ m}$  (cinquenta centímetros) acima do piso do palco e a profundidade de  $3,00 \text{ m}$  (três metros) acima da boca de cena;

II - o ângulo da visibilidade de qualquer lugar com o eixo perpendicular à tela ou boca de cena, será no máximo de  $60^{\circ}$ ;

III - a cobertura do palco deverá dispor de chaminé para ventilação e especialmente para tiragem dos gases quentes ou fumaça que se formam no espaço do palco;

IV - nas casas de espetáculo de lotação superior a 300 (trzentos) lugares, salvo as chamadas "de arena", exigir-se-á que a boca de cena e todas as demais aberturas do palco e suas dependências, inclusive depósitos e camarins, que se comunicarem com o restante do edifício, sejam dotados de dispositivos de fechamento imediato, feito de material resistente ao fogo por 1 (uma) hora, no mínimo, como cortina de aço ou similar para impedir a propagação de incêndio;

V - o dispositivo de fechamento imediato, referido no inciso anterior deverá:

- a) impedir que chamas, gases ou fumaça pentrem no recinto destinado ao público ou na sala de espetáculos;
- b) resistir à pressão horizontal, no seu centro, pelo menos de 25 kg/m<sup>2</sup> (vinte e cinco quilogramas por metro quadrado);
- c) ser acionado por meio eletro-mecânico ou por gravidade, com maior velocidade no inicio de percurso e frenagem progressiva até o final do fechamento, sem choque;
- d) ser também acionado por meios manuais;

VI - haverá depósito para cenários, guarda-roupas e outros materiais cênicos ou decorativos, com área pelo menos igual à de todo o palco, e construídos de materiais resistente ao fogo por 4 (quatro) horas, no mínimo. Essas depósitos não po<sup>derão</sup> ser localizados sob o palco;

VII - os cenários, materiais decorativos, cortinas e demais elementos do palco, deverão ser tratados com preservativos que os capacitem a resistir ao fogo;

VIII - haverá camarins ou vestiários de uso coletivo que deverão pelo menos:

- a) ser separados, em conjunto por sexo, dispondo cada conjunto de área total de 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), no mínimo;
- b) ser providos de lavatórios, com água corrente, na proporção de um lavatório para cada 5,000 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) de área do conjunto de camarins;
- c) dispor, em anexo ou em local próximo, de instalações sanitárias para uso de atores, devendo cada compartimento ser separado para cada sexo, contendo pelo menos lavatórios, vaso sanitário e chuveiro, com área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) na proporção mínima de um conjunto de peças para cada 10,00 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) ou fração da área de camarins ou vestiários;

IX - se houver camarins ou vestiários de uso individual ou privativo deverão pelo menos:

- a) ser separados para cada sexo;
- b) ser em número mínimo de 5 (cinco), tendo cada um área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);
- c) ser dotado de lavatório com água corrente;
- d) dispor de instalações sanitárias privativas ou coletivas que preencham as mesmas condi

ções e proporções constantes da alínea "c" do item anterior;

X - os compartimentos destinados aos artistas, músicos, praticantes, serviçais e empregados em geral, terão acesso para o exterior separado do destinado ao público.

Subseção 2a.  
Cinemas

Art. 216 - As edificações para cinema ou projeção similares deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - a posição da tela e da cabina de projeção, bem como a disposição dos lugares deverá ser prevista de forma que:

- a) o feixe luminoso da projeção fique sempre a distância vertical mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de qualquer ponto do piso da sala de espetáculo;
- b) a largura da tela não seja inferior a 1/6 (um sexto) da distância que separa a tela da linha ou série mais distante de lugares;
- c) as cadeiras ou poltronas não se localizem fora da zona, em planta, compreendida entre duas retas que partam das extremidades laterais da tela e formem com esta ângulo de  $120^{\circ}$ ;

II - as salas de espetáculos, sejam platéia ou balcões, terão pisos praticamente planos e sem de graus sob cada linha ou série de lugares no sentido transversal da sala de espetáculos, podendo formar patamares no sentido longitudinal;

III - a cabina de projeção deverá, pelo menos:

- a) ter espaço suficiente para comportar duas máquinas;
- b) ser construída de material resistente <sup>(e)</sup> <sup>A</sup> pelo menos 4 (quatro) horas de fogo;
- c) ser dotada de porta de acesso, que abrirá para fora e ser de material resistente a 1 h 30 min (uma hora e trinta minutos) de fogo, no mínimo;
- d) ser dotada de chaminé de comunicação direta com o exterior, construída de material resistente a 4 (quatro) horas de fogo, no mínimo, com seção transversal mínima de 0,09 m<sup>2</sup> (zero vírgula zero nove metros quadrados) e elevada pelo menos a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) acima da cobertura dessa parte da edificação;
- e) ter as aberturas para visor e projeção protegidas por obturadores manuais feitos de material resistente a 4 (quatro) horas de fogo, no mínimo;
- f) não ter outras comunicações diretas com a sala de espetáculos e não ser as aberturas estritamente necessárias para visor e projeção;

IV - a cabina deverá dispor, em local próximo, de instalação sanitária contendo pelo menos lavatório, vaso sanitário e chuveiro.

Art. 217 - Para cinemas do tipo especial, com tela central, as normas ora estabelecidas serão ajustadas ao sistema de projeção, sempre de forma a resguardar as condições mínimas de segurança, higiene, conforto e visibilidade.



Seção V  
Religiosos

Art. 218 - Os edifícios para locais de reunião de fins religiosos destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

- I - templos religiosos (igrejas, capelas);
- II - salões de agremiações religiosas;
- III - salões de culto.

Art. 219 - As edificações conterão, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - ingresso ou espera;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - sanitários;
- IV - serviços;
- V - reunião.

Art. 220 - As edificações deverão preencher, ainda, os seguintes requisitos:

- I - os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 2,00 m (dois metros);
- II - o local de reunião deverá satisfazer às condições de compartimento de permanência prolongada e observará ainda o disposto nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso VI do artigo 210.

Art. 221 - Quando destinados a atividades exclusivamente religiosas, os locais de reunião não estarão sujeitos a exigências de instalações sanitárias para uso público estabelecidas no artigo 197. Poderão

ter apenas um comportamento para uso do público , contendo lavatório, vaso sanitário e mictório, com área mínima de 1,50 m<sup>2</sup> (um vírgula cinquenta me tros quadrados) e situado próximo ao local, porém sem comunicação direta com este.

Art. 222 - Se os edifícios religiosos abrigarem outras atividades compatíveis ao fim a que se destinam, como escolas, pensionatos ou residência, deverão satis fazer também às exigências próprias previstas na respectiva norma específica deste Código.

## CAPÍTULO VII ESTABELECIMENTO DE ENSINO

### Seção I Disposições Gerais

Art. 223 - Os edifícios de escolas destinam-se a abrigar a realização do processo construtivo-educativo ou instrutivo da pessoa.

Parágrafo Único - Conforme as suas características e finalidades, os estabelecimentos de ensino classificam-se em:

- a) educação pré-escolar;
- b) ensino do 1º grau, com iniciação profissional;
- c) ensino do 2º grau, profissionalizante;
- d) ensino superior;
- e) ensino não seriado.

Art. 224 - Os edifícios de escolas serão constituídos pelo conjunto administrativo, conjunto de serviços - gerais e conjunto pedagógico e deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - conjunto administrativo:

- a) recepção, espera ou atendimento;
- b) diretoria;
- c) secretaria;
- d) reunião;

II - conjunto de serviços gerais:

- a) sanitários para alunos e empregados;
- b) refeições e/ou lanches;
- c) outros serviços como depósitos de limpeza, consertos;

III - conjunto pedagógico - constituído, conforme programação específica de cada modalidade de ensino por:

- a) salas de aulas expositivas;
- b) salas especiais (artes-plásticas, laboratórios, bibliotecas, etc);
- c) área de esporte e recreação.

Parágrafo Único - No cálculo das áreas mínimas exigidas para os compartimentos, ambientes ou locais do conjunto pedagógico será considerada a capacidade máxima da escola por período.

Art. 225 - Os edifícios de escolas terão obrigatoriamente, próximo à porta de ingresso, um compartimento, ambiente ou local de recepção ou atendimento do público em geral, com área mínima de 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados).

Art. 226 - As áreas de acesso e circulação, sem prejuízo da observância das condições estabelecidas por este código, no capítulo VI e VII do Título II, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,75 m (três metros e setenta e cinco centímetros);

II - os espaços de acesso e circulação de pessoas como vestíbulos, corredores, passagens de uso comum ou coletivo, terão largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - as escadas de uso comum ou coletivo terão largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) e degraus com largura mínima de 0,31 m (trinta e um centímetros) e altura máxima de 0,16 m (dezesseis centímetros);

IV - as rampas de uso comum ou coletivo terão largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) e declividade máxima de 12% (doze por cento).

Art. 227 - Os edifícios de escolas deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos alunos e dos empregados, em número correspondente ao total da área constituída dos andares servidos, conforme estabelecido no anexo XII.

§ 19 - As instalações sanitárias providas de chuveiros para uso dos alunos deverão ficar próximo do local destinado à prática de esporte e recreação e terão obrigatoriamente, em anexo, compartimento para vestiário com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) de área total dos compartimentos do conjunto pedagógico; em qualquer caso, a área mínima do compartimento será de 8,00

m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

§ 29 - Em qualquer hipótese, a distância de qualquer compartimento do conjunto pedagógico até a instalação sanitária e o vestiário não deverá ser superior a 50,00 m (cinquenta metros).

Art. 228 - Próximo aos compartimentos do conjunto pedagógico deverá haver ainda bebedouros providos de filtros em número igual ao exigido para os chuveiros de alunos (anexo XII).

Art. 229 - Os edifícios de que trata deste Capítulo deverão conter, com acesso pelas área de uso comum ou coletivo, pelo menos os seguintes compartimentos:

I - refeitório e/ou cantina, copa e cozinha tendo, em conjunto, área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) ou fração da área total dos compartimentos do conjunto pedagógico. Em qualquer caso, haverá pelo menos um compartimento com área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

II - despensa ou depósito de gêneros com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) ou fração da área total mencionada no item anterior. Em qualquer caso haverá pelo menos um compartimento com área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);

III - depósito de material de limpeza, consertos e outros fins com área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), quando a área total de construção for igual ou inferior a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), a área mínima do depósito poderá ser reduzida para 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados);

IV - compartimento de administração, registro, secretaria, contabilidade e outras funções similares. A soma das áreas desses compartimentos não deverá ser inferior a 30,00 m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados), podendo cada um ter a área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

V - salas para os professores com área mínima de 14,00 m<sup>2</sup> (quatorze metros quadrados).

Art. 230 - Os compartimentos do conjunto pedagógico observarão as seguintes exigências:

I - a relação entre as áreas da abertura iluminante e do piso do compartimento não será inferior a 1/5 (um quinto);

II - não terão, profundidade superior a duas vezes a largura;

III - terão pé-direito de 3,00 m (três metros) no mínimo.

Parágrafo Único - Nas salas de aula é obrigatória a iluminação unilateral pela esquerda dos alunos, sendo admitida a iluminação senital quando adequadamente disposta e devidamente protegida contra ofuscamento.

Art. 231 - Os espaços abertos destinados a esportes e recreação deverão ficar junto aos espaços cobertos (ou ginásios) e serão devidamente isolados, iluminados e ventilados.

Art. 232 - Os edifícios de escola deverão dispor de local de reunião, como anfiteatro ou auditório, com área correspondente ao número previsto de alunos multiplicado por 0,50 m<sup>2</sup> (zero vírgula cinquenta metros quadrados), com o mínimo de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados). Junto a esta haverá instalações sanitárias-para alunos que serão calculadas na forma do anexo XII, obedecendo aos mínimos ali fixados. Este local deverá permitir a inscrição, no plano do piso, de um círculo com diâmetro mínimo de 8,00 m (oito metros).

Art. 233 - Além do disposto neste Capítulo, deverão ser observadas as especificações constantes do Plano Estadual de Educação de Goiás.

## Seção II

### Educação Pré-Escolar

Art. 234 - As edificações de parques infantis e escolas similares deverão satisfazer ainda às seguintes condições:

I - a edificação deverá ter um único pavimento, admitindo-se andares em níveis diferentes quando se tratar de solução natural em face da topografia do terreno. Em qualquer caso, os alunos não deverão vencer desníveis superiores a 2,00 m (dois metros);

II - as salas de aulas expositivas terão área correspondente a 1,50 m<sup>2</sup> (um vírgula cinquenta metros quadrados) por aluno com o mínimo de 56,00m<sup>2</sup> (cinquenta e seis metros quadrados) e forma tal que permitirá a inscrição, no plano do piso, de um círculo com diâmetro mínimo de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros);

III - as salas de trabalhos manuais terão área correspondente a 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) por aluno com o mínimo de 32,00 m<sup>2</sup> (trinta e dois metros quadrados) e forma tal que permite a inscrição, no plano do piso, de um círculo com diâmetro mínimo de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros);

IV - o espaço descoberto destinado a esporte e recreação terá área correspondente a 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por aluno, com mínimo de 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados);

V - o espaço coberto para recreação terá área correspondente a 1,50 m<sup>2</sup> (um vírgula cinquenta metros quadrados) por aluno com o mínimo de 30,00 m<sup>2</sup> (trinta metros quadrados) e forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo com 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) de diâmetro.

### Seção III

#### Ensino de 1º grau com iniciação profissional

Art. 235 - As edificações de escolas de 1º grau, além de atender ao disposto na seção I deste Capítulo, terão no máximo 2 (dois) andares, sendo que:

I - admite-se a existência de andar baixo do nível do solo quando nenhum ponto de sua laje de cobertura ficar acima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) do terreno natural e quando destinado exclusivamente a estacionamento de veículos ou constituir porão ou subsolo sem aproveitamento para fins de habitação ou permanência humana;



II - em qualquer caso, os alunos não deverão vencer desníveis superiores a 9,00 m (nove metros);

Art. 236 - O conjunto pedagógico será constituído de compartimento, ambientes ou locais para:

I - aulas expositivas com área correspondente a 1,50 m<sup>2</sup> (um vírgula cinquenta metros quadrados) por aluno, com um mínimo de 56,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e seis metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 5,50 m (cinco metros e cinquenta centímetros);

II - artes gráficas com área correspondente a 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados) por aluno, com um mínimo de 56,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e seis metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 6,00 m (seis metros quadrados),

III - laboratórios com área correspondente a 2,30 m<sup>2</sup> (dois vírgula trinta metros quadrados) por aluno, com um mínimo de 56,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e seis metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 5,00 m (cinco metros);

IV - esporte e recreação em espaço descoberto com área correspondente a 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por aluno, com o mínimo de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados);

V - esporte e recreação em espaço coberto (ou ginásio) com área correspondente a 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) por aluno, com um mínimo de 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) e pé-direito de 5,00 m (cinco metros).

## Seção IV

## Ensino do 2º Grau Profissionalizante

Art. 237 - As edificações de escolas de 2º grau, além de atender ao disposto na Seção I deste CAPÍTULO, não terão limitação quanto ao número de pavimento, mas, deverão ser observadas as condições de segurança, circulação e serviço de elevadores para todos os usuários.

Art. 238 - O conjunto pedagógico será constituído de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - aulas expositivas com área correspondente a 1,50 m<sup>2</sup> (um vírgula cinquenta metros quadrados) por aluno, com o mínimo de 56,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e seis metros quadrados) e forma tal que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 6,00 m (seis metros);

II - habilitações em área específicas obedecendo aos planos curriculares estabelecidos pelo Plano Estadual de Educação de Goiás;

III - biblioteca com área mínima de 56,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e seis metros quadrados) destinada aos usuários e área mínima de 28,00 m<sup>2</sup> (vinte e oito metros quadrados) destinada ao preparo, catalogação e balcão de empréstimos;

IV - esporte e recreação em área aberta correspondendo a 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por aluno, com o mínimo de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados);

V - esporte e recreação em espaço coberto (ou Ginásio) com área correspondente a 2,00 m<sup>2</sup> (dois me

tres quadrados) por aluno, com o mínimo de 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados).

#### Seção V

#### Ensino Superior

Art. 239 - As edificações destinadas a ensino superior serão aplicadas as disposições constantes na Seção I, deste Capítulo, devendo estas, ainda atender as normas fixadas pelo Ministério da Educação e Cultura para este fim.

#### Seção VI

#### Ensino não seriado

Art. 240 - Os edifícios destinados a ensino não seriado ou livre, caracterizado pela menor duração do curso e por serem ministradas aulas isoladas compreendem os cursos preparatórios, cursos supletivos, datilografia e estenografia, desenho e decoração, danças, programação de dados, auto escolas e outros.

Art. 241 - Os edifícios cujas áreas de construção sejam superiores a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) deverão atender, no que couber em função da utilização a que se destinam, ao disposto na Seção I deste Capítulo.

Art. 242 - Os edifícios destinados a escolas de ensino não seriado com área total de construção até 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) estarão sujeitos tão somente às seguintes exigências:

I - aplica-se-lhes o disposto no artigo 227 com exclusão do seu parágrafo 1º, no inciso III do artigo 229 e no parágrafo único do artigo 230;

II - aplica-se-lhes o disposto no inciso IV do artigo 229, reduzindo-se a área mínima exigida para 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) para compartimen-  
tos ou ambientes da administração.

## CAPÍTULO VII OFICINAS E INDÚSTRIAS

### Seção I Disposições Gerais

Art. 243 - Os edifícios e instalações de oficinas e indústrias destinam-se às atividades de manutenção, consertos ou confecções, bem como de extração, transformação, beneficiamento ou desdobramento de materiais.

Art. 244 - Conforme suas características e finalidades, as oficinas e indústrias classificam-se em:

I - oficinas;

II - indústrias em geral;

III - indústrias de produtos alimentícios;

IV - indústrias químicas e farmacêuticas;

V - indústrias extrativas.

**Parágrafo Único** - Quando as edificações se destinarem a mais de uma das finalidades mencionadas neste artigo deverão obedecer às exigências das respectivas normas específicas.

**Art. 245** - As edificações para oficinas e indústrias deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - recepção, espera ou atendimento do público;
- II - acesso e circulação de pessoas;
- III - trabalho;
- IV - armazenagem;
- V - administração e serviços;
- VI - sanitários;
- VII - vestiários;
- VIII - acesso e estacionamento de veículos;
- IX - pátio de carga e descarga.

**Art. 246** - A soma das áreas dos compartimentos destinados à recepção, atendimento do público, espera, escritório ou administração, serviços e outros fins de permanência prolongada, quando houver, não será inferior a 40,00 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), podendo cada um ter área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

**Art. 247** - Os estabelecimentos deverão dispor, mediante acessos por espaços de uso comum ou coletivo de:

- I - instalações sanitárias para uso dos empregados em número correspondente ao total da área construída

da dos andares servidos, conforme disposto no Anexo XIII. Os compartimentos sanitários não poderão ter comunicação direta com o local de trabalho;

II - compartimentos para vestiários na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) ou fração da área total de construção, respeitada, para cada compartimento, a área mínima de 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados);

III - depósitos de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados).

Art. 248 - As oficinas e indústrias com área total de construção superior a 1.000,00 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) deverão ainda dispor de:

I - compartimento de refeições com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados) ou fração da área total de construção, respeitada para cada compartimento a área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados). Serão dotadas de lavatórios na proporção mínima de 1 (um) para cada 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados) ou fração da área do compartimento, quando distarem mais de 50,00 m (cinquenta metros) das instalações sanitárias;

II - copa cozinha com área, em conjunto, na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 80,00 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados) ou fração de área total de construção respeitada para cada compartimento a área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

III - dispensa ou depósito de gêneros alimentícios com área na proporção mínima de 1,00 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) para cada 180,00 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) ou fração da área total de construção respeitada a área mínima de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados).

Art. 249 - A estrutura, as paredes e os pavimentos da edificação deverão ser de material resistente a 4 (quatro) horas de fogo, no mínimo. As paredes situadas nas divisas do imóvel deverão elevar-se pelo menos, 1,00 m (um metro) acima das coberturas.

§ 1º - Eventuais compartimentos, ambientes ou locais de equipamento, manipulação ou armazenagem que apresentem características inflamáveis ou explosivos, deverão satisfazer as exigências do Capítulo IX destinados a inflamáveis e explosivos.

§ 2º - Conforme a natureza dos equipamentos de processamento da matéria prima ou do produto utilizado, deverão ser previstas instalações especiais de proteção ao fogo, tais como chuveiros e alarmes automáticos de acordo com as normas técnicas oficiais.

Art. 250 - As aberturas para iluminação e ventilação dos compartimentos de trabalho ou atividades terão área correspondente a pelo menos 1/6 (um sexto) da área do compartimento, que deverá satisfazer as condições de permanência prolongada.

§ 1º - Quando forem utilizadas na iluminação estruturas tipo Shed, as aberturas deverão ficar voltadas para a direção situada entre os rumos do quadrante S e E.

- § 2º - No mínimo 60% (sessenta por cento) da área exigida para abertura de iluminação deverá permitir a ventilação natural permanente.
- § 3º - Quando a atividade exercida no local exigir o fechamento das aberturas para o exterior, o compartimento deverá dispor de instalações de renovação de ar ou de ar condicionado, que atenda aos seguintes requisitos:
- a) a renovação mecânica do ar terá capacidade mínima de 50,00 m<sup>3</sup> (cinquenta metros cúbicos) por hora, por pessoa, e será distribuída uniformemente pelo recinto, conforme as normas técnicas oficiais;
  - b) o condicionamento do ar levará em conta a lotação, a temperatura ambiente e a sua distribuição pelo recinto conforme as normas técnicas oficiais.

Art. 251 - Conforme a natureza do trabalho ou atividade, o piso deverá ser protegido por revestimento especial e feito de forma a suportar as cargas das máquinas e equipamentos, bem como não transmitir vibrações nocivas a partes vizinhas.

Art. 252 - Nas edificações destinadas a oficinas e indústrias, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - nas instalações elétricas, o circuito de alimentação para as máquinas e equipamentos serão separados dos circuitos de iluminação, podendo apenas a entrada geral de alimentação ficar em comum;



II - as instalações geradoras de calor, que fica  
rão afastadas pelo menos 1,00 m (um metro) das pa  
redes vizinhas, serão localizadas em compartin  
tos próprios e especiais, devidamente tratados com  
material isolante, de modo a evitar a excessiva  
propagação do calor;

III - quando se utilizarem matéria prima ou supri  
mentos auxiliares de fácil combustão, as fornalhas  
serão ligadas à estufas, ou chaminés, que deverão  
estar localizadas externamente ao edifício ou, se  
internamente, em compartimento próprio e especial  
com tratamento indicado no inciso anterior;

IV - as chaminés industriais deverão ter altura que  
ultrapasse, no mínimo de 5,00 m (cinco metros) a e  
dificação mais alta, em um raio de 50,00 m (cin  
quenta metros) e dispor de câmaras de lavagem dos  
gases de combustão e detentoras de fagulhas;

V - os espaços de circulação das pessoas e dos ma  
teriâis, de instalação das máquinas e equipamentos  
de armazenagem das matérias-primas e produtos, e  
de trabalho ou atividades serão dispostos e dimen  
sionados de forma a que sejam respeitadas as nor  
mas de proteção à segurança e à higiene dos empre  
gados;

VI - adotar-se-ão medidas construtivas e instala  
ções de equipamentos próprios para o devido contro  
le da emissão de gases, vapores, poeiras, fagulhas  
e outros agentes que possam ser danosos ao traba  
lho ou atividade nos recintos, prejudicando a saúde  
dos empregados;

VII - adotar-se-ão igualmente providências para evitar o despejo externo de resíduos gasosos, líquidos ou sólidos que sejam danosos à saúde ou bens públicos ou que contribuam para causar incômodos ou por em risco a segurança de pessoas ou propriedades;

VIII - será obrigatória a existência de isolamento e condicionamento acústico que respeite os índices mínimos fixados pelas normas técnicas oficiais;

IX - as máquinas ou equipamentos deverão ser instalados com as precauções convenientes para reduzir a propagação de choques, vibrações ou trepidação, evitando a sua transmissão às partes vizinhas;

X - conforme a natureza e volume do lixo ou dos resíduos sólidos da atividade, deverão ser adotadas medidas especiais para a sua remoção.

- § 19 - Para o efeito de aplicação dos itens V, VI, VII, VIII, IX e X deste artigo, serão levados em conta o esquema de atividade industrial, com base na posição e tipo das máquinas utilizadas, o processo de fabricação bem como as especificações das matérias-primas e suprimentos consumidos e ainda os subprodutos.
- § 20 - Serão obedecidas ainda as normas técnicas oficiais em especial as que dispõem, respectivamente, sobre condições de segurança e higiene, controle da poluição interna e externa, isolamento e condicionamento acústico, de transmissão de vibrações e de remoção do lixo.

Seção II  
Oficinas

Art. 253 - Os edifícios de oficinas destinam-se, entre outras, às seguintes atividades:

- I - serralheria;
- II - mecânica, consertos e reparos de veículos e máquinas;
- III - recauchutagem de pneus;
- IV - usina de concreto ou asfalto;
- V - gráfica, tipografia e litografia;
- VI - estúdios de TV, rádio e comunicações;
- VII - estúdio cinematográfico e fotográfico;
- VIII - artigos de couro;
- IX - lavanderia e tinturaria industrial;
- X - serralheria;
- XI - carpintaria;
- XII - oficina de montagem de equipamento elétrico e eletrônico.

Art. 254 - Os edifícios destinados às atividades relacionadas no artigo anterior quando tiverem área total de construção inferior a 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), estarão dispensados do estabelecido nos artigos 245 e 246, no item II do artigo 247 e no artigo 249, devendo dispor de compartimentos para administração e serviço com área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

Art. 255 - Os edifícios de oficinas deverão obedecer ainda às seguintes disposições, além das estabelecidas na seção anterior:

I - as oficinas-de manutenção, reparo ou conserto de veículos deverão dispor de espaços adequados para o recolhimento de todos os veículos no local de trabalho ou de espera dentro do imóvel;

II - se a oficina possuir serviços de pintura, estes deverão ser executados em compartimento próprio e com equipamento adequado para proteção dos empregados e para evitar a dispersão, para setores vizinhos, das emulsões de tinta, solventes e outros produtos.

Art. 256 - Quando existirem nas oficinas serviços de lavagem, abastecimento e lubrificação, estas deverão obedecer às normas relativas a postos de abastecimento.

Art. 257 - As oficinas deverão ter pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros), salvo os compartimentos destinados à administração, almoxarifado, vestiário e sanitários.

Seção III  
Indústrias em Geral

Art. 258 - Os edifícios de indústria destinam-se ao serviço de extração, transformação, beneficiamento ou desdobramento de matérias-primas em produtos acabados ou semi-acabados, bem como aos serviços de montagem, acoplagem e similares. Compreendem as atividades abaixo relacionadas:

- I - indústria de transformação de minerais não-metálicos;
- II - indústria extrativa de produtos minerais;
- III - indústria metalúrgica e mecânica;
- IV - indústria de material elétrico e comunicações;
- V - indústria de transformação de madeira;
- VI - indústria de transformação de papel e papelão;
- VII - indústria de mobiliário;
- VIII - fabricação de peças e artefatos de borracha;
- IX - indústria de transformação de couros, peles e produtos similares;
- X - indústria de transformação de material plástico;
- XI - indústria textil;
- XII - indústria de vestiário, de artefatos de tecidos e calçados;
- XIII - indústria de fumo;
- XIV - indústria editorial e gráfica;
- XV - indústria de material escolar e de escritório;
- XVI - indústria de brinquedos;
- XVII - indústria de precisão para uso técnico, cirúrgico e ortopédico;
- XVIII - indústria de filme e material fotográfico e cinematográfico;
- XIX - indústria e montagem de material de transporte.

Art. 259 - As edificações para indústria deverão obedecer ainda às seguintes disposições:

I - terão área total de construção não inferior a 120,00 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados), respeitadas as disposições dos artigos 246 e 247.

II - se trabalharem com veículos, observarão o disposto no artigo 255.

Art. 260 - Os edifícios de indústrias sujeitos a normas adicionais mais específicas, são objeto de disposição das seções subsequentes deste Capítulo.

#### Seção IV

#### Indústria de Produtos Alimentícios

Art. 261 - As indústrias de produtos alimentícios destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

I - indústria de transformação de produtos alimentícios;

II - indústria de bebidas e gelo;

III - industrialização e preparo de carnes e conservas de carne, de pescados e derivados;

IV - matadouros;

V - matadouros frigoríficos;

VI - matadouros avícolas;

VII - charqueadas;

VIII - triparias;

IX - entrepostos de carne e pescados;

X - industrialização do leite, laticínios e produtos derivados;

XI - fabricação de pão, massas, doces, conservas e similares;

XIII - torrefação de café.

Art. 262 - Nas edificações destinadas a atividades de que trata esta Seção, os compartimentos para fabricação, manipulação, acondicionamento, depósito de matérias-primas ou de produtos alimentícios, bem como para atividades acessórias deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - terão piso e paredes, pilares ou colunas revestidos de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens até a altura mínima de 2,00 m (dois metros);

II - deverão dispor de pia com água corrente e de ralo para escoamento de água de lavagem do piso;

III - os depósitos ou despesas de matéria prima deverão estar diretamente ligados ao compartimento do trabalho e ter área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

IV - terão instalações de renovação de ar com capacidade mínima de renovação do volume de ar do compartimento por hora, ou sistema equivalente;

V - terão portas com dispositivos adequados que as mantenham permanentemente fechadas.

§ 1º - Os compartimentos destinados a venda, atendimento público ou consumação deverão ter, pelo menos, pia com água corrente e o piso conforme disposto no item I do artigo anterior.

§ 29 - Os depósitos de material de limpeza, consertos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigias e a residência do zelador, não poderão estar em comum com os compartimentos destinados à consumação, cozinha, fabrico, manipulação, depósitos de matéria-prima ou gêneros e guarda de produtos acabados, nem ter com estes comunicação direta.

Art. 263 - Os matadouros deverão satisfazer ainda as seguintes condições:

I - as instalações, compartimentos ou locais destinados ao preparo de gêneros alimentícios deverão ser separados dos utilizados no preparo de substâncias não comestíveis e também daquelas em que forem trabalhadas as carnes e derivados;

II - haverá, afastado no mínimo 80,00 m (oitenta metros) dos compartimentos ou instalações de preparo, manipulação, acondicionamento, conserva e armazenamento, local apropriado para a separação e isolamento de animais suspeitos de doenças;

III - haverá compartimento para necropsias com as instalações necessárias e incinerador em anexo, para cremação das carnes viscerais e das carcaças condenadas;

IV - as dependências principais do matadouro-frigorífico, tais como sala de matança, triparia, sala de fusão e refinação de gorduras, sala de salga ou preparo de couros e outros subprodutos, deverão ser separadas umas das outras.



Art. 264 - Os matadouros avícolas, aos quais as exigências relativas aos matadouros em geral, previstas no artigo anterior e adaptadas às condições peculiares ao produto devem dispor ainda de:

I - locais para separação das aves em lotes;

II - compartimento para matança com área mínima de 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados);

III - tanques apropriados para a lavagem e preparo dos produtos, nos termos do item IV do artigo 265 .

Art. 265 - As indústrias de conservas de carnes, pescados e produtos derivados deverão satisfazer ainda as seguintes condições:

I - observarão o disposto no item I do artigo 263;

II - os compartimentos, instalações e dependências serão separadas segundo a natureza do trabalho e o gênero da matéria-prima e do produto;

III - os fogões ou fornos serão providos de coifas e exaustores que garantam a tiragem de ar quente e fumaça, bem como chaminés, se for o caso;

IV - não será permitida a utilização de tanques nem depósitos com revestimento de cimento para guarda ou beneficiamento de carnes e gorduras;

Art. 266 - Não poderão ser construídas ou instaladas casas de carnes, açougues ou congêneres, junto aos matadouros frigoríficos e às demais indústrias de carnes e derivados.

Art. 267 - As edificações destinadas a usinas de beneficiamento, refrigeração, industrialização e entrepostos de leite e derivados, deverão guardar afastamento mínimo de 3,00 m (três metros) das divisas do lote e do alinhamento dos logradouros, se não houver maiores recuo estabelecidos pela Lei de Zoneamento.

Parágrafo Único - Nas edificações de que trata este artigo, as plataformas de recebimento e expedição do leite deverão ser devidamente abertas.

Art. 268 - As edificações destinadas a usinas de beneficiamento de leite terão ainda instalações, compartimentos ou locais para funcionamento independente das seguintes atividades:

- I - recebimento e depósitos de leite;
- II - laboratório de controle;
- III - beneficiamento;
- IV - câmaras frigoríficas;
- V - lavagem e esterilização do vasilhame;
- VI - depósitos de vasilhames;
- VII - expedição.

§ 19 - Os compartimentos de beneficiamento do leite não poderão ter comunicação direta com os depósitos de lavagem e esterilização de vasilhame nem com os de maquinaria.

§ 29 - As edificações para postos de refrigeração de leite, além do disposto neste artigo, terão ainda instalações destinadas exclusivamente a esta finalidade.

Art. 269 - As edificações para a fabricação de laticínios deverão conter ainda, conforme o tipo de produto industrializado, instalações, compartimentos ou locais destinados às seguintes atividades:

- I - recebimento e depósitos de matéria-prima;
- II - laboratório;
- III - fabricação;
- IV - acondicionamento.

Art. 270 - Nas edificações de que trata esta Seção, os compartimentos das instalações sanitárias e dos vestiários deverão ficar totalmente separados dos destinados a beneficiamento, preparo, manipulação, armazenamento e a outras funções similares, aos quais devem ser ligados por acesso coberto.

Art. 271 - As edificações para o fabrico de pão, massas e congêneres deverão ter, ainda, instalações, compartimentos ou locais para:

- I - recebimento e depósito de matéria-prima;
- II - fabricação;
- III - acondicionamento;
- IV - expedição;
- V - depósito de combustível.

Parágrafo Único - As edificações de que trata este artigo deverão obedecer ainda aos seguintes requisitos:

- a) os depósitos de matéria-prima ou de produtos ficarão contíguos aos locais de trabalho e observarão os mesmos requisitos exigidos para estes;

b) os depósitos de combustível deverão ficar em local separado dos locais de trabalho e dos depósitos de gêneros alimentícios, e instalados de modo a que não prejudiquem a higiene e o asseio das instalações;

c) nas fábricas de massas ou congêneres, a secagem dos produtos será feita por meio de estufa ou de câmara de secagem, que terá piso, paredes, pilares ou colunas bem como as aberturas, satisfazendo as condições previstas nos incisos I, e II do artigo 262.

Art. 272 - As edificações para as fábricas de gelo deverão satisfazer ainda às seguintes exigências:

I - terão compartimentos ou locais destinados exclusivamente à instalação das máquinas;

II - os acessos às câmaras de refrigeração deverão ser feitos por meio de antecâmaras.

Art. 273 - As edificações para a torrefação de café somente poderão ser usadas para esse fim, não sendo permitida no local nenhuma outra atividade ainda que relacionada com produtos alimentícios.

§ 19 - As edificações de que trata este artigo deverão conter ainda instalações, compartimentos ou locais para:

I - recebimento e depósito de matéria-prima;

II - torrefação;

III - moagem e acondicionamento;

IV - expedição;

V - depósitos de combustível.

- § 29 - As edificações serão providas de chaminés, na forma prevista no item IV do artigo 252, devidamente munidas de aparelhos de aspiração e retenção de fuligem de películas ou resíduos da torrefação de café, bem como de dispositivos para retenção do odor característico.

#### Seção V

#### Indústrias Químicas e Farmacêuticas

Art. 274 - As indústrias de produtos químicos e farmacêuticos possuirão, no mínimo, as seguintes dependências:

- I - salão de manipulação, elaboração e preparo dos produtos;
- II - acondicionamento e expedição;
- III - laboratórios;
- IV - vestiários e instalações sanitárias separadas por sexo e sem comunicação direta com as dependências dos itens I e III;
- V - escritórios.

Art. 275 - As fábricas de produtos químicos e farmacêuticos deverão satisfazer, nas suas diferentes dependências, as condições seguintes:

- I - pisos em cores claras, resistentes, não absorventes de gordura, inatacáveis pelos ácidos e dotados de ralo com a necessária declividade;
- II - paredes revestidas, do piso ao teto, de azulejos claros vidrados, ou de material de qualidade equivalente;

III - pia com água corrente;

IV - bancas destinadas à manipulação, revestidas de material apropriado de fácil limpeza e resistentes a ácidos.

Parágrafo Único - As exigências acima não são obrigatórias para os escritórios e as salas de acondicionamento e expedição.

Art. 276 - Os laboratórios de indústrias farmacêuticas que fabricarem ou manipularem quaisquer produtos ou especialidades injetáveis são expressamente obrigados a possuir salas ou câmaras assépticas onde manipulem tais substâncias ou produtos.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se <sup>sala</sup> sala ou câmara asséptica o compartimento independente que, além de satisfazer às exigências do artigo 275, tenha as paredes revestidas de azulejos, e o teto pintado a óleo ou esmalte, cantos arredondados sem arestas vivas.

Art. 277 - A indústria química ou farmacêutica está sujeita, além das exigências acima, às prescrições referentes aos estabelecimentos de trabalho em geral, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 278 - As exigências contidas nos artigos 275, 276 e 277 são extensivas às edificações destinadas a laboratórios de análises e pesquisas.

CAPÍTULO IX  
INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 279 - Os edifícios e instalações de inflamáveis e explosivos destinam-se à fabricação, manipulação ou depósito de combustíveis, inflamáveis ou explosivos, uns e outros em estado sólido, líquido ou gasoso.

§ 19 - Consideram-se inflamáveis:

I - algodão;

II - fósforo e materiais fosforados;

III - gasolina e demais derivados do petróleo;

IV - éteres, álcoois, aguardente e óleos em geral;

V - carburetos, alcatrão e matérias betuminosas líquidas;

VI - toda e qualquer outra substância que tenha seu ponto de inflamabilidade abaixo de 135º C.

§ 29 - Consideram-se explosivos:

I - fogos de artifícios;

II - nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III - pólvora e algodão pólvora;

IV - espoletas e estopins;

V - fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI - cartuchos de guerra, caça e minas;

VII - corpos de composição química definida ou as misturas de compostos químicos que, sob a ação do calor, atrito, choque, percussão, faísca elétrica ou qualquer outra causa, possam produzir reações

exotérmicas instantâneas dando como resultado a formação de gases superaquecidos, ou, cuja pressão seja suficiente para destruir ou danificar pessoas ou coisas.

§ 39 - Segundo suas características e finalidades, as edificações ou instalações de que trata este Capítulo classificam-se em:

- a) fábricas ou depósitos de inflamáveis;
- b) fábricas ou depósitos de explosivos;
- c) fábricas ou depósitos de produtos químicos agressivos;

§ 49 - Além das exigências deste Capítulo as edificações ou instalações deverão observar as normas técnicas oficiais e as normas especiais emanadas da autoridade competente.

§ 59 - Não estão sujeitos às exigências deste Capítulo os reservatórios de combustíveis que fizerem parte integrante dos motores de combustão interna, ficando a eles aderentes, bem como as autoclaves destinadas à fusão de materiais gordurosos, limpas e secas e instalações congêneres, desde que apresentem capacidade limitada e condições adequadas fixadas pelas normas técnicas oficiais.

Art. 280 - Sem prejuízo do disposto no parágrafo 29 do artigo anterior, nenhuma fábrica ou depósito de inflamável explosivo ou produto químico agressivo poderá ser construído ou instalado sem prévio exame e pronunciamento das autoridades competentes, especialmente quanto à localização, ao isolamento e às con



dições especiais de construção, dos equipamentos ou instalações, bem como sobre as quantidades máximas de cada espécie.

- § 1º - A construção ou instalação de estabelecimentos onde se pretenda comercializar inflamáveis, explosivos, produtos químicos agressivos, iniciadores de munições ou materiais similares ficam igualmente sujeitos a todas as exigências deste artigo.
- § 2º - A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, ordenar a execução de obras e serviços ou a adoção das providências consideradas necessárias à proteção das pescas, propriedades e logradouros públicos.
- § 3º - O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo de inflamável, a natureza e a capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo o aparelhamento ou maquinário a ser empregado na instalação.
- § 4º - A aprovação do projeto por parte da Prefeitura ficará condicionada à prévia aprovação do Corpo de Bombeiros.

Art. 281 - Devido à sua natureza, as edificações e instalações somente poderão ocupar imóvel de uso exclusivo, completamente isolado e afastado de edificações ou instalações vizinhas, bem como do alinhamento dos logradouros públicos.

- § 19 - As edificações, <sup>ou instalações,</sup> sem prejuízo do estabelecido na lei de zoneamento, ficarão afastadas:
- a) no mínimo 4,00 m (quatro metros) entre si ou de quaisquer outras edificações e ainda das divisas do imóvel;
  - b) no mínimo 10,00 m (dez metros) do alinhamento dos logradouros.
- § 29 - Para quantidades superiores a 10.000 kg (dez mil quilogramas) ou 100,00 m<sup>3</sup> (cem metros cúbicos), os afastamentos serão de 15,00 m (quinze metros) no mínimo.
- § 39 - As edificações destinadas exclusivamente à administração, poderão obedecer ao recuo mínimo de 5,00 m (cinco metros).
- Art. 282 - As edificações deverão conter, pelo menos, compartimentos, instalações ou locais para:
- I - recepção, espera ou atendimento público;
  - II - acesso e circulação de pessoas;
  - III - armazenagem;
  - IV - serviços, inclusive de segurança;
  - V - sanitários e serviços;
  - VI - vestiário;
  - VII - pátio de carga, descarga e estacionamento.
- § 19 - Se houver fabricação ou manipulação, o estabelecimento deverá conter ainda compartimentos, ambientes ou locais para:

- a) armazenagem da matéria-prima
- b) trabalho;
- c) administração;
- d) refeitório.

4 29 - As atividades previstas nos itens V e VI deste artigo e nas letras "a", "b", "c" e "d" do § 1º deverão ser exercidas em compartimento próprio e exclusivo, separado dos demais.

Art. 283 - Aplicam-se às atividades de que trata este Capítulo, devidamente ajustadas às características de cada caso, as normas do Art. 247, bem como, se houver edificações para trabalhos de manutenção, reparos, transformação, beneficiamento ou para armazenagem, as disposições dos artigos 246, 248, 250 e dos itens V, VI, VII, IX e X do artigo 252.

Art. 284 - Observar-se-á ainda o seguinte:

I - O acesso ao estabelecimento será feito através de um só portão, com dimensão suficiente para entrada e saída de veículos; poderá haver mais de um portão, destinado ao acesso de pessoas, localizado junto à recepção ou portaria;

II - será obrigatória a instalação de aparelhos de alarme de incêndio, ligados ao local da recepção, do vigia ou guarda;

III - haverá instalações e equipamentos especiais de proteção ao fogo, que levarão em conta a natureza dos materiais de combustão, do material a ser utilizado como extintor, bem como as instalações elétricas e industriais previstas, tudo de acordo com as normas da autoridade competente;

IV - os edifícios, pavilhões ou locais destinados a manipulação, transformação, reparos, beneficiamento ou armazenagem de matérias-primas ou produtos serão protegidos contra descargas elétricas atmosféricas; os tanques metálicos e as armaduras dos de concreto armado serão ligados eletricamente à terra;

V - haverá suprimento de água sob pressão, proveniente da rede urbana ou de fonte própria; os reservatórios terão capacidade proporcional à área total da construção, bem como ao volume e natureza do material armazenado ou manipulado.

Art. 285 - Qualquer edifício onde tenham de ser armazenados mais de 2.000 l (dois mil litros) de líquidos in flamáveis em recipientes não selados, deverá ter, obrigatoriamente, suas janelas providas de vidros fixos armados em caixilhos metálicos, que garan tam a ventilação permanente.

Art. 286 - Nos compartimentos ou locais destinados às se ções, manipulação, reparos, transformação, benefi cimento ou armazenagem de matéria-prima ou produtos, acondicionados em vasilhames ou não, serão observadas as seguintes condições:

I - o pé-direito não será inferior a 4,00 m (qua tro metros) nem superior a 6,00 m (seis metros) e a área de cada compartimento, pavilhão ou local não será inferior a 60,00 m<sup>2</sup> (sessenta metros qua drados), nem deverá apresentar dimensões no plano horizontal, inferior a 6,00 m (seis metros);

II - os compartimentos ou locais integrantes da mesma seção serão separados dos pertencentes a outros por meio:

- a) de paredes com resistência ao fogo de 4 (quatro) horas no mínimo, e que deverão elevar-se no mínimo até 1,00 m (um metro) acima da cobertura, calha ou fúfo;
- b) de completa interrupção dos beirais, vigas, terças e outros elementos constitutivos do teto ou da cobertura.

III - as faces internas das paredes do compartimentos serão de material liso, impermeável e incombustível;

IV - o piso será constituído de uma camada de, no mínimo 0,07 m (sete centímetros) de concreto, com superfície lisa, impermeabilizada e isenta de fendas ou trincas, e terá declividade mínima de 1% (um por cento) e máxima de 3% (três por cento) sendo provido de sistema de drenos, para escoamento e recolhimento dos líquidos;

V - as portas de comunicação entre as seções ou de comunicação destas com os outros ambientes ou compartimentos, terão resistência ao fogo de 1h30 min (uma hora e trinta minutos) no mínimo. Serão do tipo corta fogo e dotadas de dispositivo de fechamento automático protegido contra entaves ao seu funcionamento;

VI - as portas para o exterior deverão abrir no sentido de saída dos pavilhões.

Art. 287 - As edificações e instalações de que trata o presente Capítulo, além do disposto nos artigos constantes do mesmo, deverão obedecer às normas técnicas oficiais referentes à matéria.

TÍTULO IV  
PENALIDADES

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 288 - São passíveis de penalidades o profissional responsável por projeto arquitetônico de edificação e o profissional responsável pela construção, a firma responsável pelo projeto ou pela construção e o proprietário das edificações.

Art. 289 - Quando o infrator dos dispositivos do Código de Edificações for responsável pelo projeto arquitetônico das edificações, ou o responsável por sua construção, ser-lhe-ão aplicáveis as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão;

IV - exclusão do registro dos profissionais legalmente habilitados na Prefeitura;

V - embargo das obras;

VI - demolição, parcial ou total das obras.

- § 19 - Quando se verificarem irregularidades em projeto ou na construção de obras que resultem em advertência, multa, suspensão ou exclusão para o profissional, idêntica penalidade será imposta à firma a que aquele pertença e que tenha com ele responsabilidade solidária.
- § 29 - Quando o infrator for a firma responsável pela elaboração do projeto ou pela execução de edificação de qualquer tipo, as penalidades aplicáveis serão iguais às especificadas nos itens I a VI do presente artigo.
- § 39 - As penalidades discriminadas no presente artigo, são extensivas às infrações cometidas por administrador ou contratante de obras públicas ou de instituições oficiais.
- § 49 - A Prefeitura, através de seu órgão competente, representará ao CREA, a 15a. Região, contra o profissional ou firma que, no exercício de suas atividades profissionais, violar as disposições do Código de Edificações e da legislação federal em vigor concernente à matéria.

Art. 290 - Quando o infrator do Código for o proprietário das obras, as penalidades aplicáveis serão as seguintes:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - embargo das obras;
- IV - demolição, parcial ou total, das obras;
- V - cassação da licença para construir a edificação.

**Parágrafo Único** - As penalidades especificadas nos itens de I a V serão aplicadas, igualmente, nos casos de infrações na construção de obras pertencentes a empresas concessionárias de serviços públicos, federais, estaduais e municipais.

**Art. 291** - Verificada a infração a qualquer dos dispositivos do Código de Edificações, será lavrado imediatamente, pelo servidor público municipal competente, o respectivo auto de infração, em que se colherá a assinatura do infrator ou o motivo alegado para a recusa.

§ 1º - A lavratura do auto de infração independe de testemunha e o servidor público municipal que o lavrou assume inteira responsabilidade pela mesma, sendo passível de penalidade por falta grave, em caso de erros ou excessos.

§ 2º - Nos casos em que o infrator se recusar a assinar o auto de infração serão tomadas medidas visando comprovar seu conhecimento do Auto.

§ 3º - O infrator terá o prazo de 5 (cinco) dias, a partir da data da lavratura do auto de infração, para apresentar defesa, por meio de requerimento dirigido à autoridade competente.

**Art. 292** - O profissional e a firma suspensos ou excluídos do registro de profissionais e firmas legalmente habilitados, não poderão apresentar projetos para aprovação, iniciar obras de qualquer tipo, nem prosseguir nas que estiverem executando, enquanto viger a penalidade.



- § 19 - É facultado ao proprietário da obra embargada , por força de penalidade aplicada ao profissional ou firma responsável, requerer ao órgão competente da Prefeitura a substituição do profissional ou firma.
- § 29 - Quando se verificar a substituição do profissional ou de firma na forma do parágrafo anterior , a Prefeitura só reconhecerá o novo responsável após este apor a sua assinatura no requerimento apresentado pelo proprietário do imóvel.
- § 39 - No caso previsto no parágrafo anterior, o novo construtor deverá comparecer ao órgão competente da Prefeitura, munido do contrato anotado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - 15a. Região, para assinar, como responsável técnico, todas as peças do projeto aprovado e a licença para edificar.
- § 49 - O prosseguimento das obras só poderá realizar-se após serem sanadas, se for o caso, as irregularidades que tiverem dado motivo à suspensão ou à exclusão do profissional ou firma.

Art. 293 - Compete aos órgãos próprios da Secretaria de Serviços Urbanos a confirmação dos autos de infração e o arbitramento de penalidades.

Parágrafo Único - Julgadas procedentes, as penalidades serão incorporadas ao histórico do profissional , da firma ou do proprietário infratores.

Art. 294 - A aplicação de penalidades referidas nesta Lei não isenta o infrator das demais penalidades que lhe forem aplicáveis pelos mesmos motivos e previstas pela legislação federal ou estadual, nem da obrigação de reparar os danos resultantes da infração, na forma do artigo 159 do Código Civil.

CAPÍTULO II  
DAS ADVERTÊNCIAS

Art. 295 - A penalidade de advertência pode ser aplicável ao profissional responsável, à firma ou a proprietário.

Parágrafo Único - A advertência será aplicada quando for apresentado projeto em flagrante desacordo com as disposições do Código de Edificações ou com a legislação sobre o uso do solo do local a ser edificado.

CAPÍTULO III  
DAS MULTAS

Art. 296 - As multas aplicáveis a profissional ou firma responsável por projeto ou pela execução de obra serão as seguintes:

I - de 0,700 (setecentos milésimos) da Unidade de valor Fiscal de Goiânia (UVFG) por apresentar projeto em desacordo com os dispositivos do Código de Edificações ou da legislação sobre o uso do solo;

II - de 1,400 a 2,800 UVFG por apresentar projeto de desacordo com o local, falseando medidas, cotas e demais indicações;

III - de 2,800 a 5,600 da UVFG por falsear cálculos do projeto e elementos de memoriais descritivos ou por viciar projeto aprovado, introduzindo-lhe, ilegalmente, alterações de qualquer espécie;

IV - de 2,800 a 5,600 da UVFG por assumir a responsabilidade de uma obra e entregar sua execução a terceiros sem a devida habilitação;

Parágrafo Único - As multas especificadas nos itens do presente artigo serão extensivas a administrador e a contratante de obras públicas ou de instituições oficiais.

Art. 297 - As multas aplicáveis simultaneamente a profissional ou firma responsável e a proprietário serão as seguintes:

I - de 4,200 a 7,000 da UVFG pela inobservância das prescrições técnicas e da garantia de vida e de bens de terceiros na execução de edificações ou demolições;

II - de 4,200 a 7,000 da UVFG por iniciar ou executar obras de qualquer tipo sem a necessária licença ou em desacordo com o projeto aprovado ou qualquer dispositivo do Código de Edificações;

III - de 0,280 da UVFG por inexistência no local da obra de cópia do projeto e da licença para edificar ou demolir;

IV - de 0,350 da UVFG por executar obra de qualquer natureza após o prazo fixado na licença;

V - de 4,200 a 8,400 da UVFG pela inobservância de qualquer dos dispositivos do Código de Edificações relativos a habilitações coletivas e edificações para fins especiais em geral;

VI - de 1,400 a 2,800 da UVFG pela inobservância de qualquer dos dispositivos do Código de Edificações relativos a área e a aberturas de iluminação e ventilação, dimensões de compartimentos, pés-direitos, balanços, galerias e elementos construtivos;

VII - de 2,800 a 5,600 da UVFG pelo não cumprimento de intimação em virtude de vistoria ou de determinações fixadas no laudo de vistoria.

Parágrafo Único - As multas especificadas nos itens do presente artigo serão extensivas a administradores e contratantes de obras públicas ou instituições oficiais.

Art. 298 - As multas aplicáveis a proprietários de edificações serão as seguintes:

I - de 2,600 a 5,600 da UVFG por habitar ou fazer habitar ou por ocupar ou fazer ocupar edificações sem ter sido concedido o referido "habite-se" ou a referida ocupação pelo órgão competente da Prefeitura;

II - de 0,350 da UVFG por subdividir compartimentos sem a devida licença do órgão competente da Prefeitura;

III - de 2,800 da UVFG por dia de não cumprimento da ordem, nos casos de obras embargadas e não paralisadas.

Art. 299 - Por infração a qualquer dispositivos do Código de Edificações não especificadas nos itens dos artigos 277, 278 e 279 desta Lei, poderão ser aplicadas multas ao infrator entre 0,700 a 1,400 da UVFG.

Art. 300 - Nas reincidências as multas serão combinadas em dobro.

Parágrafo Único - Considera-se reincidência a repetição da infração de um mesmo dispositivo do Código de Edificações pela mesma pessoa física ou jurídica depois de passada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória, referente à infração anterior.

Art. 301 - Têm os infratores o prazo de 5 (cinco) dias para o pagamento das multas aplicadas, após julgada im procedente a defesa apresentada ou não sendo esta apresentada nos prazos legais.

Art. 302 - As multas serão impostas gradualmente, considerando-se para graduá-las, a maior ou menor gravidade da infração, as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes do infrator no tocante aos dispositivos do Código de Edificações.

Art. 303 - As multas não pagas nos prazos legais serão inscritas em dívida ativa.

Parágrafo Único - Quando o infrator se recusar a pagar as multas nos prazos legais e administrativos, esses débitos serão judicialmente executados.

Art. 304 - Quando em débito de multa, nenhum infrator poderá receber quaisquer quantias ou créditos que tiver com a Prefeitura, participar de licitação, firmar contratos ou ajustes de qualquer natureza, ter projetos aprovados ou licenças para construir concedidas, nem transacionar com a Prefeitura a qualquer título.

Art. 305 - Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos legais serão atualizados, nos seus valores monetários, na base dos coeficientes de correção monetária fixados periodicamente em resoluções do órgão federal competente.

Parágrafo Único - Nos cálculos de atualização dos valores monetários dos débitos decorrentes de multa a que se refere o presente artigo serão aplicados os coeficientes de correção monetária que estiverem em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

Art. 306 - Aplicada a multa não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência a que tiver determinado.

CAPÍTULO IV  
DA SUSPENSÃO

Art. 307 - A penalidade de suspensão será aplicada ao profissional responsável nos seguintes casos:

I - quando sofrer, em menos de um ano, 3 (três) advertências;

II - quando modificar projeto aprovado, introduzindo alterações contrárias a dispositivos do Código de Edificações;

III - quando iniciar ou executar obras sem a necessária licença e em desacordo com as prescrições do Código;

IV - quando em face de sindicância for constatado ter se responsabilizado pela execução de obras, entregando-as a terceiros se a devida habilitação;

V - quando, através de sindicância, for apurado ter assinado projeto como seu autor, sem o ser, ou que, como autor do projeto, falseou medidas, a fim de burlar dispositivos do Código de Edificações;

VI - quando, mediante sindicância, for apurado ter construído obras em desacordo com o projeto aprovado ou ter cometido na execução de obras, erros técnicos ou imperícias;

VII - quando for autuado em flagrante na tentativa de suborno ou for apurado, através de sindicância, ter subornado servidor público municipal ou quando for condenado pela justiça por atos praticados contra interesses da Prefeitura e decorrentes de atividades profissionais.

- § 19 - A penalidade de suspensão é aplicável, também, a firmas que infringirem quaisquer dos itens do presente artigo.
- § 29 - A suspensão poderá variar de 2 (dois) a 24 (vinte e quatro) meses.
- § 39 - No caso de reincidência, pela mesma pessoa física ou jurídica dentro do período de 2 (dois) anos, contados a partir da data da vigência da penalidade anterior, o prazo de suspensão será aplicado em dobro.

CAPÍTULO V  
DA EXCLUSÃO DE PROFISSIONAL OU FIRMA

Art. 308 - A penalidade de exclusão de profissional ou firma do registro dos profissionais e firmas legalmente habilitados, existente no órgão competente da Prefeitura, será aplicada quando for comprovado mediante sindicância:

I - ter sido, por incompetência, omissão ou fraude, responsável por acidente ocorrido em obra sob sua responsabilidade ou dela decorrente;


II - ter cometido grave erro técnico no projeto ou na sua execução que ponha em perigo a estabilidade da obra ou a segurança de pessoas ou bens;

III - ter utilizado, por meio de fraude, material inadequado ou de qualidade inferior ao especificado;



IV - ter incorrido nas faltas prevista no item VII do artigo anterior, pela segunda vez, dentro do prazo de 10 (dez) anos, a contar do início da primeira suspensão;

V - ter reincidido nos casos previstos nos itens do artigo anterior por mais de uma vez, no período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da primeira suspensão.



CAPÍTULO VI  
DO EMBARGO

Art. 309 - Qualquer construção ou modificação de edificação, em execução ou concluída poderá ser embargada, sem prejuízo de multa para os seguintes casos:

I - quando não tiver projeto aprovado ou licença para edificar;

II - quando estiver sendo construída em desacordo com as prescrições do Código de Edificações;

III - quando desobedecidas as prescrições da licença para construir a edificação;

IV - quando desrespeitadas normas vigentes da ABNT;

V - quando empregados materiais inadequados ou sem as necessárias condições de resistência, resultando, a juízo do órgão competente da Prefeitura, em perigo para a segurança de edificação do pessoal que a constrói e do público;

VI - quando, a juízo do órgão competente da Prefeitura, a edificação estiver ameaçada na sua segurança, estabilidade ou resistência;

VII - quando o construtor isentar-se da responsabilidade de execução da edificação ou quando for substituído sem os referidos fatos serem comunicados ao órgão competente da Prefeitura;

VIII - quando o construtor ou o proprietário se recusarem a atender qualquer intimação da Prefeitura referente ao cumprimento de dispositivos do Código de Edificações.

- § 19 - As prescrições estabelecidas nos artigos do presente artigo são extensivas às demolições.
- § 29 - A notificação do embargo de uma obra será feita:
- a) diretamente à pessoa física ou jurídica proprietária da obra, mediante entrega de segunda via do termo de embargo e colheita do recibo na primeira;
  - b) por ofício, na forma prevista nos parágrafos 79 e 89, deste artigo, quando se tratar das entidades especificadas;
  - c) por edital, com prazo de 5 (cinco) dias, publicado uma só vez no Diário Oficial do Município quando o proprietário for pessoa física residente fora do município, for desconhecida e a obra não estiver licenciada ou quando se oculta para não receber a notificação.
- § 39 - As obras que forem embargadas deverão ser imediatamente paralisadas.

- § 49 - Para assegurar a paralisação de obra embargada, a Prefeitura poderá, se for o caso, requisitar força policial, observados os requisitos legais;
- § 59 - O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências que o motivarem e mediante requerimento do interessado ao órgão competente da Prefeitura, acompanhado dos respectivos comprovantes do pagamento das multas e taxas devidas.
- § 69 - Se a obra embargada não for legalizável, só poderá verificar-se o levantamento do embargo após a correção ou eliminação do que tiver sido executado em desacordo com dispositivos do Código de Edificações.
- § 79 - O embargo de obras públicas em geral ou de instituições oficiais, através de mandato judicial será efetuado quando não surtirem efeito os pedidos de providências encaminhados por via administrativa, em ofícios da chefia do órgão competente da Prefeitura ao Diretor da repartição ou instituição responsável pelas obras, bem como de comunicação escrita do Prefeito ao Ministro ou Secretário ao qual as mesmas estiverem subordinadas.
- § 89 - No caso de desrespeito do embargo administrativo, em obras pertencentes a empresas concessionárias de serviços públicos, deverá ser providenciado mandato judicial.

CAPÍTULO VII  
DA DEMOLIÇÃO

- Art. 310 - A demolição parcial ou total das edificações será aplicável nos seguintes casos:

I - quando, decorridos mais de 30 (trinta) dias , não forem atendidas as exigências do Código de Edificações referentes à construção paralisada que oferecer perigo à segurança pública ou prejudicar a estética da cidade;

II - quando o proprietário não atender a intimação para reiniciar imediatamente serviços de demolição, paralisados por mais de 60 (sessenta) dias;

III - quando as obras forem julgadas em risco, na sua segurança, estabilidade ou resistência por laudo de vistoria e o proprietário ou construtor responsável se negar a tomar as medidas de segurança ou a fazer as reparações necessárias, previstas na Lei;

IV - quando for indicada no laudo de vistoria a necessidade de imediata demolição parcial ou total diante de ameaça de iminente desmoronamento ou ruína;

V - quando, no caso de obras em condição de serem legalizadas, o proprietário ou construtor responsável não realizar no prazo fixado as modificações necessárias nem preencher às exigências legais , determinadas no laudo de vistoria.

- § 19 - No caso a que se refere o item V do presente artigo deverão ser observadas sempre as prescrições dos artigos de nº 934 a 940 do Código de Processo Civil.
- § 20 - Salvo os casos de comprovada urgência, o prazo a ser dado ao proprietário ou construtor responsável para iniciar a demolição será de 7 (sete) dias , no máximo.

- § 3º - Se o proprietário ou construtor responsável, se recusar a proceder à demolição, o órgão competente da Prefeitura embargará a obra e providenciará, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, nos prazos legais, a sua ratificação em juízo; posteriormente, complementarará as medidas administrativas cabíveis no caso (artigo 935 e Parágrafo Único e § 2º do artigo 940 do Código de Processo Civil).
- § 4º - As demolições referidas nos itens do presente artigo poderão ser executadas pela Prefeitura, por determinação expressa do Diretor do departamento responsável, "ad referendum" do Secretário de Serviços Urbanos,
- § 5º - Quando a demolição for executada pela Prefeitura, o proprietário ou construtor ficará responsável pelo pagamento dos custos dos serviços, acrescidos de 20%, a título de despesas de administração.

CAPÍTULO VIII

DA CASSAÇÃO DA LICENÇA PARA CONSTRUIR A EDIFICAÇÃO

Art. 311 - A penalidade de cassação da licença para construir a edificação será aplicada ao proprietário nos seguintes casos:

- I - quando for modificado projeto aprovado pelo órgão competente de Prefeitura, sem ser solicitada ao mesmo a aprovação das modificações consideradas necessárias através de projeto modificativo;
- II - quando forem executados serviços em desacordo com os dispositivos do Código de Edificações.

**Parágrafo Único** - Será incorporado, negativamente, ao histórico do profissional ou firma co-responsável pelas infrações enumeradas neste artigo, o fato de cassação da licença para construir, sem prejuízo das penalidades a que estiverem sujeitos.

**TÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 312** - Unidade de Valor Fiscal de Goiânia (UVFG) é a base de cobrança de tributos e multas previstas em legislação específica do Município.

**Art. 313** - De acordo com o resultado da vistoria do Órgão Municipal de Posturas, poderão ser exigidas obras complementares sem as quais não será permitida a continuação do uso do edifício.

**Art. 314** - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Código e as propostas de alteração do mesmo serão obrigatoriamente encaminhadas ao Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia - IPLAN.

**Art. 315** - No caso específico de conjuntos habitacionais já existentes até a data de aprovação dessa lei, será permitida a ampliação da moradia nos seguintes casos:

I - a ampliação se destine exclusivamente à habitação, não sendo permitido qualquer outro uso;

II - não comprometa as condições de segurança e ventilação/iluminação da mesma ou das moradias vizinhas;

III - não contrarie as condições estabelecidas para o conjunto ou as normas fixadas pela Lei de Zoneamento.

Parágrafo Único - Será permitida a construção de varandas abertas sobre o recuo da frente, desde que:

- a) seja no mínimo igual a frente da moradia e tenha profundidade máxima de 2,00m (dois metros);
- b) esteja afastada no mínimo 3,00 m (três metros) do alinhamento do lote;
- c) não impossibilite a guarda do veículo dentro do lote.

Art. 316 - Naquilo que couber, as disposições deste Código submeter-se-ão ao que preceitua a legislação federal sobre segurança de vôo e telecomunicações e outras que possam vir a existir.

Art. 317 - Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e cinco (25.11.1975).

ZEUXIS GOMES DE MORAIS  
Presidente

deso/.

**POÇO DE VENTILAÇÃO PARA SANITÁRIOS**  
**Área mínima da seção horizontal do poço**

**ANEXO I**

<b>Número de Pavimentos</b>	<b>Área Mínima (m<sup>2</sup>)</b>
1º PAVIMENTO	0,360
2º PAVIMENTO	0,360
3º PAVIMENTO	0,468
4º PAVIMENTO	0,624
5º PAVIMENTO	0,780
6º PAVIMENTO	0,936
7º PAVIMENTO	1,092
8º PAVIMENTO	1,248
9º PAVIMENTO	1,404
10º PAVIMENTO	1,560
11º PAVIMENTO	1,716
12º PAVIMENTO	1,872

**ACIMA DE 12 PAVIMENTOS ACRESCE 0,16 m<sup>2</sup> POR PAVIMENTO**



ÁREAS ABERTAS PARA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO Dimensão mínima das seções horizontais		ANEXO II
Nº DE PAVIMENTOS	Diâmetro mínimo do círculo inscrito	
	Para Compartimentos de Permanência Prolongada	Para Compartimentos de Permanência Transitória
Até 3º pav.	2,00	1,50
4º pav.	2,20	1,50
5º pav.	2,40	1,50
6º pav.	2,60	1,50
7º pav.	2,80	1,50
8º pav.	3,00	1,62
9º pav.	3,20	1,75
10º pav.	3,40	1,87
11º pav.	3,60	2,00
12º pav.	3,80	2,12
Acima do 12º pavimento	acresce 0,10 m p/pav.	acresce 0,10m p/pav.

OBS.: nas zonas onde houver obrigatoriedade de recuo, prevalecem aqueles fixados pela Lei de Zoneamento e constantes em seu Quadro 2.

- Área de iluminação e ventilação
- Área ocupada pela edificação de diâmetro inscrito
- d - diâmetro do círculo inscrito.

**ÁREA SEMI-ABERTA PARA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO**  
 Dimensões mínimas das seções horizontais

**ANEXO III**

Nº DE PAVIMENTOS	DIÂMETRO MÍNIMO DO CÍRCULO INSCRITO	
	Para Compartimentos de Permanência Prolongada	Para compartimentos de Permanência Transitória
Até 39 pav.	2,00	1,50
49 pav.	2,40	1,50
59 pav.	2,80	1,75
69 pav.	3,08	1,92
79 pav.	3,36	2,10
89 pav.	3,64	2,27
99 pav.	3,92	2,45
109 pav.	4,20	2,62
119 pav.	4,48	2,80
129 pav.	4,76	2,97
Acima de 12 Pavimentos	5,00	3,50

ÁREAS FECHADAS PARA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO Dimensões e áreas mínimas das seções horizontais				ANEXO IV	
Nº DE PAVIMENTOS	Para Compartimentos de Permanência Prolongada		Para Compartimentos de Permanência Transitória		
	Diametro Míni- mo do circ. inscrito	Área Mínima	Diametro Mí- nimo do circ. inscrito	Área Mínima	
Até 29 pav.	3,00	9,00	2,00	6,00	
39 pav.	3,00	10,24	2,00	6,12	
49 pav.	3,60	14,44	2,25	6,44	
59 pav.	4,00	21,16	2,50	6,75	
69 pav.	4,40	29,16	2,75	9,00	
79 pav.	4,80	38,44	3,00	11,56	
89 pav.	5,20	49,00	3,25	14,44	
99 pav.	5,60	60,48	3,50	17,64	
109 pav.	6,00	73,96	3,75	21,16	
119 pav.	6,40	88,36	4,00	25,00	
129 pav.	6,80	104,04	4,25	29,16	
Acima de 12 Pavimentos	7,20m dimensão mínima fixa	acresce 16,00 m2 por pav.	5,00m dimensão mínima fixa	acresce 4,00 m2 por pavi- mento	

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA HOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES Instalações Mínimas Obrigatórias		ANEJO V					
Total da área do andar mais dos eventuais an- dares cont. servidos	HÓSPEDES			EMPREGADOS			
	Lavat.	V. Sanit.	Chuveiros	Lavat.	V. Sanit.	Mictório	Chuveiros
até 50 m2	1	1	1	1	1	-	-
de 60 a 119 m2	2	2	2	1	1	1	1
de 120 a 249 m2	3	3	3	1	1	1	1
de 260 a 499 m2	4	4	4	2	2	1	2
de 500 a 999 m2	6	6	6	2	2	2	2
de 1000 a 1999 m2	8	8	8	3	3	3	3
de 2000 a 3000 m2	10	10	10	4	4	4	4
Acima de 3000 m2 *	1/300m2 ou fração	1/300m2 ou fração	1/300m2 ou fração	1/500m2 ou fração	1/500m2 ou fração	1/600m2 ou fração	1/600 m2 ou fração

\* Acresce uma peça para cada 300 - 500 - 600 m2 ou fração.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA PÚBLICO EM RESTAURANTES Instalações Mínimas Necessárias			ANEXO VI
	MULHERES		
Área total do Salão de Refeições	HOMENS		
	Lavatório	V. Sanitários	Mictórios
até 50 m <sup>2</sup>	1	1	-
de 50 a 119 m <sup>2</sup>	2	2	1
de 120 a 249 m <sup>2</sup>	3	3	2
de 250 a 449 m <sup>2</sup>	4	4	3
de 500 a 999 m <sup>2</sup>	6	6	4
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>	8	8	5
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>	10	10	6
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *	1/300 m <sup>2</sup> ou fração	1/300 m <sup>2</sup> ou fração	1/500 m <sup>2</sup> ou fração

\* Acresce uma peça para cada 300 - 500 m<sup>2</sup> ou fração.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA EMPREGADOS EM RESTAURANTES				ANEXO VII
Instalações Mínimas Obrigatórias				
Área Total do Salão de Refeições	Lavatório	V. Sanitário	Mictório	Chuveiro
até 50 m <sup>2</sup>	1	1	-	-
de 50 a 119 m <sup>2</sup>	1	1	1	1
de 120 a 249 m <sup>2</sup>	2	2	1	1
de 250 a 499 m <sup>2</sup>	2	2	2	2
de 500 a 999 m <sup>2</sup>	3	3	3	3
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>	4	4	4	4
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>	6	6	5	5
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *	1/500m <sup>2</sup> ou fração	1/500 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600m <sup>2</sup> ou fração

\* Acresce uma peça para cada 500 - 600 m<sup>2</sup> ou fração.

<b>INSTALAÇÕES SANITÁRIAS EM MERCADOS</b> Para cada 20 bancas ou boxes, ou fração				<b>ANEXO VIII</b>
<b>Separação por Sexo</b>	<b>V.Sanitário</b>	<b>Chuveiro</b>	<b>Lavatório</b>	<b>Mictórios</b>
<b>Masculino</b>	1	1	1	1
<b>Feminino</b>	2	1	1	-

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA PÚBLICO E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE		PÚBLICO						ANEXO IX
Instalações Mínimas Obrigatórias		EMPREGADOS						
Total da Área do Andar Mais dos Eventuais Andares Contíguos Servidos	Lav.	Vasos	Mict.	Chuveiro	Lavat.	V. Sanit.	Mict.	
Até 50 m <sup>2</sup>	1	1	-	-	-	-	-	
de 50 a 119 m <sup>2</sup>	1	1	1	1	-	-	-	
de 120 a 249 m <sup>2</sup>	2	2	1	1	-	-	-	
de 250 a 499 m <sup>2</sup>	2	2	2	2	1	1	1	
de 500 a 999 m <sup>2</sup>	3	3	3	3	2	2	2	
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>	4	4	4	4	3	3	2	
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>	6	6	5	5	4	4	3	
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *	1/500m <sup>2</sup> ou fração	1/500m <sup>2</sup> ou fração	1/600m <sup>2</sup> ou fração	1/600m <sup>2</sup> ou fração	1/750m <sup>2</sup> ou fração	1/750m <sup>2</sup> ou fração	1/1000m <sup>2</sup> ou fração	

\* Acresce uma peça para cada 500 - 600 - 750 - 1000 m<sup>2</sup> ou fração.



INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA PÚBLICO E ESPREGADOS EM LOCAIS DE REUNIÃO		PÚBLICO										ANEXO X
Instalações Mínimas Obrigatórias		EMPREGADOS										
Área total dos recintos e locais de reunião e dos compartimentos de perman. prolongada		Lav.	V.San.	Mict.	Lav.	V.Sanit.	Mic.	Lav.	V.Sanit.	Mic.	Lav.	V.Sanit.
Até 80 m <sup>2</sup>		1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de 80 a 119 m <sup>2</sup>		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
de 120 a 249 m <sup>2</sup>		2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
de 250 a 499 m <sup>2</sup>		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
de 500 a 999 m <sup>2</sup>		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>		4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>		5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *		1/500 m <sup>2</sup> ou fração	1/500m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração	1/600 m <sup>2</sup> ou fração

\* Acresce uma peça para cada 500 - 600 m<sup>2</sup> ou fração.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA ATLETAS EM LOCAIS ESPORTIVOS Instalações Mínimas Obrigatórias		ANEXO XI			
Área total dos recintos e dos compartimentos de permanência prolongada	Lavatórios	V. Sanitários	Micrômetros	Chuveiros	
Até 80 m <sup>2</sup>	-	-	-	-	
de 80 a 119 m <sup>2</sup>	-	-	-	-	
de 120 a 249 m <sup>2</sup>	1	1	1	1	
de 250 a 499 m <sup>2</sup>	2	2	2	2	
de 500 a 999 m <sup>2</sup>	3	3	3	3	
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>	4	4	4	4	
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>	6	6	5	6	
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *	1/500 m <sup>2</sup> ou fracção	1/500 m <sup>2</sup> ou fracção	1/600 m <sup>2</sup> ou fracção	1/500m <sup>2</sup> ou fracção	

\* Acresce uma peça para cada 500 - 600 m<sup>2</sup> ou fracção.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA ALUNOS E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO  
Instalações Mínimas Obrigatórias

ANEXO XIII

Total da área do andar mais dos eventuais andares contíguos servidos	ALUNOS					EMPREGADOS				
	Lav.	V.Sanít.	Míct.	Chuv.	Lav.	V.Sanít.	Míct.	Chuv.		
Até 50 m <sup>2</sup>	1	1	-	-	1	1	-	-		
de 50 a 119 m <sup>2</sup>	2	2	1	1	1	1	1	1		
de 120 a 249 m <sup>2</sup>	2	2	2	2	2	2	1	1		
de 250 a 499 m <sup>2</sup>	3	3	3	4	2	2	2	2		
de 500 a 999 m <sup>2</sup>	4	4	4	6	3	3	3	3		
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>	6	6	5	8	4	4	4	4		
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>	8	8	6	10	6	6	5	5		
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *	1/375m <sup>2</sup> ou fracção	1/375m <sup>2</sup> ou fracção	1/500m <sup>2</sup> ou fracção	1/300m <sup>2</sup> ou fracção	1/500m <sup>2</sup> ou fracção	1/500 m <sup>2</sup> ou fracção	1/600m <sup>2</sup> ou fracção	1/600m <sup>2</sup> ou fracção		

\* Acresce uma peça para cada 300 - 375 - 500 - 600 m<sup>2</sup> ou fracção.

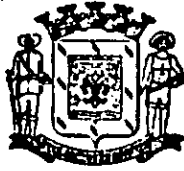
**INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA EMPREGADOS EM OFICINAS E INDÚSTRIAS**  
Instalações Mínimas Obrigatórias

ANEXO XIII

Área total do andar mais dos eventuais andares contíguos servidos	Lavatório	V. Sanitários	Mictório	Chuveiro
Até 120 m <sup>2</sup>	1	1	-	1
de 120 a 249 m <sup>2</sup>	2	2	1	2
de 250 a 499 m <sup>2</sup>	3	3	2	2
de 500 a 999 m <sup>2</sup>	4	4	3	3
de 1000 a 1999 m <sup>2</sup>	6	6	4	4
de 2000 a 3000 m <sup>2</sup>	8	8	5	5
Acima de 3000 m <sup>2</sup> *	1/300 m <sup>2</sup> ou fração	1/300 m <sup>2</sup> ou fração	1/500m <sup>2</sup> ou fração	1/500m <sup>2</sup> ou fração

\* Acresce uma peça para cada 300 - 500 m<sup>2</sup> ou fração.

gabianete



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.063, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1.975.

" Concede benefícios a ex-combatentes, revoga as leis que especifica e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É concedida ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, Força Aérea Brasileira, Marinha de Guerra e Marinha Mercante, que tenha participado, no exterior, de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, isenção de:

I - Imposto Territorial e Predial Urbano ao proprietário de um único imóvel, enquanto nele residir;

II - Taxa de asfalto, obedecidas as condições do inciso I, inclusive quanto aos débitos pendentes, vedando-se, em qualquer hipótese, o direito de restituição.

Art. 2º - Esses benefícios são extensivos, na forma desta Lei, à viúva do ex-combatente, enquanto permanecer em estado de viuvez, devendo, anualmente, fazer prova de sua condição civil.

Art. 3º - É assegurada a isenção concedida por tempo certo, na vigência da legislação anterior.

Art. 4º - É concedida isenção de Tributo incidente sobre o imóvel nº 20, quadra 95, da 11ª Avenida, Setor Leste, desta Capital, pertencente à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de Goiás, enquanto destinar à sua sede própria.

Art. 5º - São expressamente revogadas as Leis números 4.203, de 12-9-1969; 4.361, de 26-11-1.970; 4.623, de 10-11-1972; 4.659, de 03-01-1.973.



# **prefeitura**

## **Goiânia**

Art. 6º - São assegurados, até o final do corrente exercício, todos os direitos conferidos pela legislação anterior àqueles que, mesmo não satisfazendo as condições desta lei, obtiverem deferimento aos seus pedidos de isenção tributária.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26.  
dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

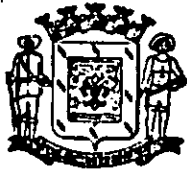
HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.065, DE 06 DE *dezembro* DE 1.975.

"Autoriza a alienação de bens móveis  
inservíveis e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:

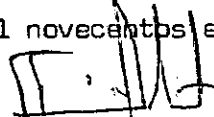
Art. 1º - É autorizado o Executivo a alienar, observada a  
legislação pertinente à espécie, as máquinas, viaturas, materiais mo  
tomecanizados e outros acessórios considerados inservíveis para o  
serviço público, de propriedade do Município.

Art. 2º - Para a execução do que estabelece a presente  
lei, fica o Secretário de Serviços Urbanos autorizado a nomear uma  
comissão técnica encarregada de proceder o levantamento dos bens  
assim considerados para efeito de avaliação.

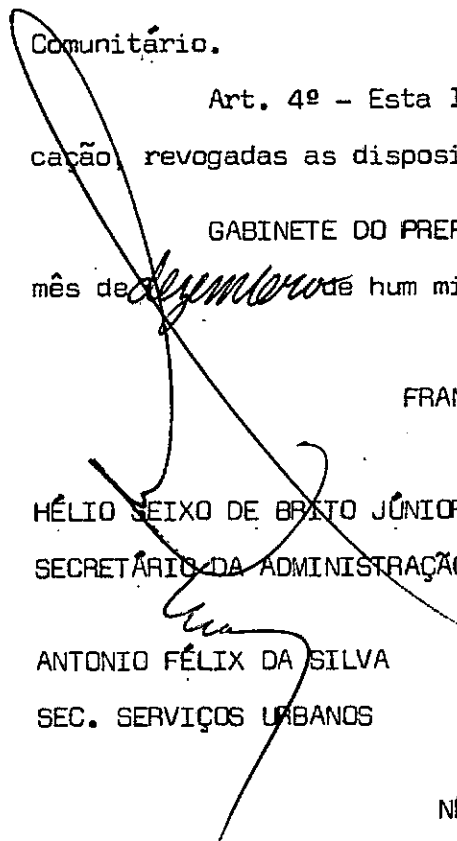
Art. 3º - Os recursos resultantes da alienação referida  
no art. 1º serão revertidos à Fundação Municipal de Desenvolvimento  
Comunitário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-  
cação, revogadas as disposições em contrário.

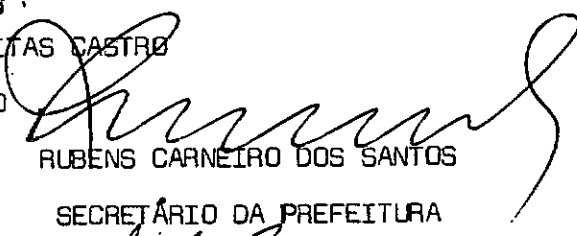
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do  
mês de *dezembro* de hum mil novecentos e setenta e cinco ( 1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO

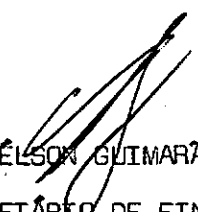
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANTONIO FÉLIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

  
NÉLSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.066 DE 06 DE dezembro DE 1.975

"Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Município a realizar serviços de terraplanagem e pavimentação".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É o Departamento de Estradas de Rodagem do Município - DERMU, autorizado a celebrar, mediante prévio depósito de seu valor, contratos com a indústria, o comércio e proprietários rurais, para a realização de serviços de terraplanagem e pavimentação, não incluídos nos planos viário e de obras do Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de dezembro (1.975) hum mil novecentos e setenta e cinco

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. Serviços urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.067, DE 10 DE dezembro DE 1.975

"Concede Título de Cidadã Goianien  
se."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

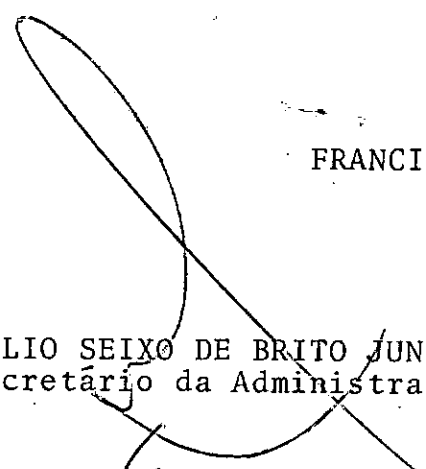
Art. 1º - Fica, pela presente Lei, concedi-  
do à Professora LAURINDA DAVID DE CARVALHO (Dona Lozinha), o  
Título de Cidadão Goianiense.

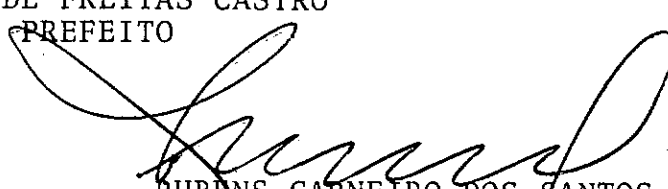
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em con-  
trário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA ,  
aos 10 dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecen-  
tos e setenta e cinco (1.975).

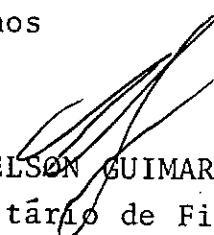
  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

gabinete



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.068, DE 23 DE Dezembro DE 1.975.

"Restringe o uso de vias públicas para estacionamento, cria Taxa de Licença para Estacionar, cria o Fundo Municipal de Sinalização de Vias Públicas e autoriza a Prefeitura a firmar convênio com a Polícia Militar do Estado de Goiás, para fiscalização de atividades de sua competência."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIO  
NO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - As vias públicas municipais terão seu uso regularizado, de conformidade com o Decreto a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo, com base nos artigos 37 e 46 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

§ 1º - O Prefeito Municipal deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, baixar Decreto Municipal com validade até que se regulamente o uso de vias públicas municipais, restringindo o uso das vias no que se refere a estacionamento, em barque e desembarque de passageiros e carga e descarga.

§ 2º - O Decreto a que se refere o § 1º deste artigo deverá fixar os locais, horários e períodos em que vigorarão as restrições ali previstas.

Art. 2º - Fica criada a "Taxa de Licença para Estacionar", que tem por fato gerador a restrição de uso de via pública quanto ao estacionamento de veículo, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º - O sujeito passivo da Taxa de Licença para Estacionar será o condutor ou proprietário de veículo que vier a estacionar em local de uso restrito e regulamentado nos horários e períodos estabelecidos.



# **prefeitura**

## **Goiânia**

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo deverá fixar por Decreto a base de cálculo, a cobrança e a arrecadação do tributo ora criado e estabelecer as penalidades e que ficam sujeitos os infratores das disposições legais referentes ao assunto.

Art. 3º - O produto da Taxa de Licença para Estacionar e das multas e dos demais ônus delas decorrentes terá a seguinte destinação:

I - 40% (quarenta por cento) ao 4º Batalhão de Polícia Militar (BTRAN), a que caberá a sua fiscalização, mediante convênio;

II - 40% (quarenta por cento) ao "Fundo Municipal de Sinalização de Vias Públicas";

III - 20% (vinte por cento) ao instituto de Planejamento Municipal de Goiânia - IPLAN -, a cuja competência fica afeto o Planejamento de Trânsito em Goiânia.

§ 1º - A importância destinada ao BTRAN tem por finalidade o equipamento, reequipamento, instalações, manutenção e abastecimento de viaturas, e outros encargos correlatos, do batalhão, para o exercício de atividades decorrentes de convênio com o Poder Público Municipal.

§ 2º - Fica o BTRAN obrigado a apresentar à apreciação da Prefeitura planos de aplicação e prestações de contas dos recursos a ele destinados.

§ 3º - A importância prevista no item I deste artigo só será destinado ao BTRAN enquanto vigor o Convênio previsto no artigo 4º desta Lei,

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio com a Polícia Militar de Goiás, para, através do BTRAN fiscalizar:

I - as áreas de estacionamento sujeitas a restrição e o cumprimento, pelos condutores, das normas municipais pertinentes;

II - os serviços de transportes coletivos;

III - os serviços de transporte individual de passageiros em automóveis de aluguel (táxis);



# **prefeitura**

## **Goiânia**

IV - o uso das estradas municipais.

Parágrafo Único - Para o exercício das atribuições previstas neste artigo, a Prefeitura Municipal deverá deferir a competência à Polícia Militar para impor penalidades, remover veículos e exercer todas e quaisquer atividades necessárias à plena realização desses serviços.

Art.5º - Fica criado o "FUNDO MUNICIPAL DE SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS" (FUNSIVIP), a ser movimentado pelo Departamento Municipal de Trânsito, com a finalidade de implantar e manter a sinalização das vias públicas municipais.

§ 1º - Constituem receitas do FUNSIVIP:

- I - dotações orçamentárias;
- II - 40% (quarenta por cento) da arrecadação da "Taxa de Licença para Estacionar" e do produto de multas, guinchos e outros ônus impostos a infratores das disposições pertinentes à matéria;
- III - recursos provenientes de convênios;
- IV - receitas patrimoniais;
- V - contribuições, legados e doações;
- VI - juros de depósitos bancários e produtos de operações financeiras de qualquer natureza;
- VII - cauções e depósitos que reverterem a seus cofres em razão de inadimplemento contratual;
- VIII - produtos de restituições;
- IX - outras rendas de qualquer natureza que porventura lhe sejam destinadas.

§ 2º - 5% (cinco por cento) da receita prevista para o FUNSIVIP poderão ser destinados a despesas de sua administração.

§ 3º - O Fundo criado por esta Lei é de natureza contábil e terá seu plano de aplicação, sua movimentação, sua prestação de contas e demais encargos administrativos regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.



# **prefeitura**

## **Goiânia**

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, por Decreto, os créditos adicionais necessários ao atendimento do disposto na presente Lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogados o item I, da alínea "a", do artigo 2º, da Lei nº 4.914, de 21 de outubro de 1.974, que cria o "Fundo de Urbanização de Goiânia" e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de ~~Dezembro~~ de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.)

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.069, DE 4 DE *dezembro* DE 1.975

"Concede abono especial."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - É concedido abono especial, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), por ocasião do Natal, aos servidores da administração centralizada e descentralizada do Município, que percebam Salário-Mínimo, independentemente de seu regime jurídico e do 13º Salário a que façam jus.

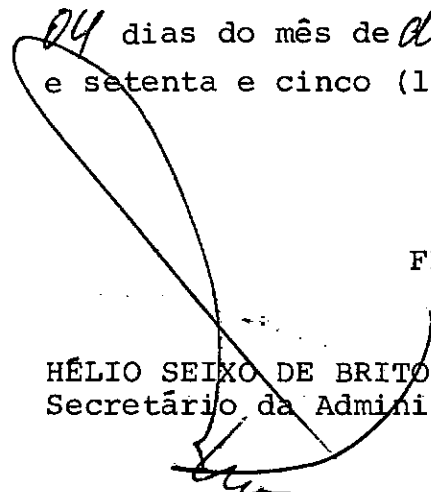
§ Único - O benefício versado no dispositivo anterior é extensivo, em iguais condições, aos servidores do Poder Legislativo e da Fumdec.

Art. 2º - O abono será pago pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, com recursos próprios ou transferidos pela Prefeitura, ficando esta, na última hipótese, autorizada a abrir crédito necessário à observância desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

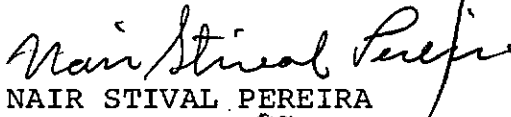
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos *04* dias do mês de *dezembro* do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

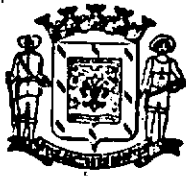
  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Secretário de Serv. Urbanos

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças

Gabinete



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.070, DE 28 DE Dezembro DE 1.975

"Dá nova denominação a Via Pública RODOLFO TAVARES DE MORAIS, a atual Rua C-118 Jardim América".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANÇÃO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica, pela presente Lei, denominada Rua RODOLFO TAVARES DE MORAIS a atual Rua C-118, Jardim América.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 28 dias do mês de Dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

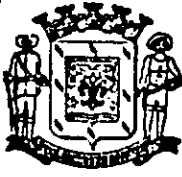
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

ANTONIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.071, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1.975

"Denomina Praça DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL a atual confluência das Ruas 99 com 101, Setor Sul."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU' SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Praça DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL, a atual confluência das Ruas 99 - com 101, Setor Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de Dezembro do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

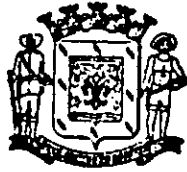
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças





# **prefeitura**

## **Goiânia**

LEI Nº 5.072, DE 26 DE Dezembro DE 1.975

"Denomina-se Praça BENEDITO SOARES DE CASTRO, a atual confluência das Ruas 110 com 113, Setor Sul."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Praça "BENEDITO SOARES DE CASTRO, a atual confluência das Ruas 110 com 113, do Setor Sul.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 26 dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.076, DE 14 DE Dezembro DE 1.975.

"Concede auxílio-doença e dá outras providências".


A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SAN-  
CIONO A SEGUINTE LEI:


Art. 1º - É concedido ao Vereador GERMINO ALVES PEREIRA auxílio-doença no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).


Art. 2º - É o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial para o cumprimento desta lei.


Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de Dezembro de hum mil novecentos e setenta e cinco (1.975.).

  
FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

  
HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
SECRETÁRIO DA PREFEITURA

  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
SEC. SERVIÇOS URBANOS

  
NAIR STIVAL PEREIRA  
SEC. DA EDUCAÇÃO E CULTURA

  
NELSON GUIMARÃES  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



**prefeitura**  
**Goiânia**

LEI Nº 5.077, DE 22 DE dezembro DE 1.975

"Modifica a Lei nº 5.056, de 23 de novembro de 1975, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Art. 1º 7 da Lei nº 5.056, de 23 de novembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - São reajustados para Cr\$ ... 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), respectivamente, os vencimentos e a gratificação de representação dos Secretários Municipais, do Procurador Geral do Município, do Assessor Jurídico Especial do Gabinete' do Secretário da Prefeitura, do Chefe do Gabinete do Prefeito e do Diretor-Geral da Câmara Municipal, símbolos C-1."

Art. 2º - É revogado o art. 10, da Lei nº 4.335, de 10 de julho de 1970, já modificado pelos arts. 10º e 6º, respectivamente, das Leis nºs 4.531, de 04 de janeiro de 1972, e 4.827, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 1975.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÂNIA,  
aos 22 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1.975).

FRANCISCO DE FREITAS CASTRO  
PREFEITO

HÉLIO SEIXO DE BRITO JUNIOR  
Secretário da Administração

*Rubens Carneiro dos Santos*  
RUBENS CARNEIRO DOS SANTOS  
Secretário da Prefeitura

*Antonio Felix da Silva*  
ANTÔNIO FELIX DA SILVA  
Sec. de Serviços Urbanos

*Nair Stival Pereira*  
NAIR STIVAL PEREIRA  
Sec. da Educação e Cultura

*Nelson Guimarães*  
NELSON GUIMARÃES  
Secretário de Finanças



*Prefeitura Municipal de Curitiba*

**LEI Nº 5.137**

**Data: 16 de julho de 1975.**

**"Assegura aos expedicionários o direito de preferência na obtenção de concessão para a exploração de serviços de táxi, conforme específica".**

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Pica assegurada aos expedicionários, devidamente inscritos no protocolo geral da Prefeitura, portadores de Diploma de Medalha de Campanha ou de Certificado equivalente, e domiciliado há mais de dois anos nesta cidade, a preferência de atendimento na outorga de termo de permissão, de motorista de táxi na proporção de vinte por cento (20%) das novas permissões autorizadas.

§ 1º Os termos de permissão de que trata esse artigo, serão expedidos na categoria de motorista profissional autônomo e somente serão transferíveis após decorrido o prazo de 3 (três) anos, ressalvado o disposto nos itens 3, 4 e 5 do artigo 8º da Lei nº 3.812/70.

§ 2º Em casos excepcionais, de comprovada incapacidade permanente para o exercício da profissão de motorista profis -



sional, a autorização poderá ser expedida na categoria de firma individual, vedada qualquer transferência antes de decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ressalvada, unicamente, a sucessão por falecimento do titular, nos termos do disposto no item 3 do art. 8º da Lei nº 3.812/70.

Art. 2º Fica revogado o artigo 34 da Lei nº 3.812, de 9 de outubro de 1970.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 16 de julho de 1975.

es. SAUL RAIZ

PREFEITO MUNICIPAL

Confere com a fotocópia.  
Em 22/07/75...rmf.-